UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO

HUGO REZENDE HENRIQUES

A legitimidade e o fundamento de autoridade do Direito na perspectiva da teoria
sociológica de Pierre Bourdieu

Ribeirão Preto
2016

HUGO REZENDE HENRIQUES

A legitimidade e o fundamento de autoridade do Direito na perspectiva da teoria
sociológica de Pierre Bourdieu

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da
Universidade de São Paulo como requisito parcial para a
obtenção do grau de Mestre em Direito.

Orientação: Prof. Dr. Márcio Henrique Pereira Ponzilacqua

Ribeirão Preto
2016

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
e Seção Técnica de Informática da FDRP/USP,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

H5181 Henriques, Hugo Rezende
 A legitimidade e o fundamento de autoridade do
Direito na perspectiva da teoria sociológica de
Pierre Bourdieu / Hugo Rezende Henriques;
orientador Márcio Henrique Pereira Ponzilacqua. --
Ribeirão Preto, 2016.
 120 p.

 Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
em Direito) -- Faculdade de Direito de Ribeirão
Preto, Universidade de São Paulo, 2016.

 1. SOCIOLOGIA JURÍDICA. 2. CAMPO JURÍDICO. 3.
SUBCAMPO LEGISLATIVO. 4. TEORIA DA REPRODUÇÃO
SOCIAL. I. Ponzilacqua, Márcio Henrique Pereira,
orient. II. Título

Nome: HENRIQUES, Hugo Rezende

Título: A legitimidade e o fundamento de autoridade do Direito na perspectiva da teoria sociológica de Pierre Bourdieu

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para a obtenção do grau de Mestre em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.	_____	Instituição:	_____
-----------	-------	--------------	-------

Julgamento:	_____	Assinatura:	_____
-------------	-------	-------------	-------

Prof. Dr.	_____	Instituição:	_____
-----------	-------	--------------	-------

Julgamento:	_____	Assinatura:	_____
-------------	-------	-------------	-------

Prof. Dr.	_____	Instituição:	_____
-----------	-------	--------------	-------

Julgamento:	_____	Assinatura:	_____
-------------	-------	-------------	-------

*Aos amigos da Luz,
sem o auxílio dos quais esse
trabalho não seria possível*

*Se “não existe ciência senão do que é oculto”, compreende-se
que a sociologia tenha muito a ver com as forças históricas que,
a cada época, constroem a verdade das relações de força
a se revelar, nem que seja pelo fato de obrigá-las
a se ocultarem cada vez mais
(BOURDIEU & PASSERON, 1970)*

RESUMO

No Estado moderno se, por um lado, parece intrínseca a uma ordem jurídica a sua pretensão coercitiva em relação aos diferentes aspectos da vida social, resta evidente que tal ordem deve ser dotada de um atributo de autoridade que lhe garanta primazia em relação a outras ordens (morais, religiosas, pessoais), para que se justifique dotá-la de atributos tão singulares como a coercitividade. A essa autoridade, contudo, no contexto democrático – mais especificamente no contexto do Estado Democrático de Direito contemporâneo – cumpre dotar-se de uma legitimidade ou, ao menos, uma aparência de legitimidade suficiente para imprimir efetividade àquela autoridade. Nesse sentido, o presente trabalho busca redefinir, a partir da perspectiva bourdieuniana, a percepção dos principais argumentos de legitimidade e autoridade do Direito – visto não só enquanto ordenamento jurídico, mas principalmente a partir de sua produção no ambiente legislativo, tantas vezes ignorada pela doutrina jurídica que habitualmente toma o direito posto, já legislado, como ponto de partida, neutralizando as disputas do subcampo legislativo e ignorando, em ampla medida, a questão da legitimidade da produção normativa. A pesquisa demonstra, a partir da perspectiva da Teoria da Reprodução Social de Bourdieu & Passeron (1992) que coloca em cheque toda legitimidade, que é aqui vista como mero efeito de uma autoridade, como a própria democracia é um conceito em disputa, e que a legitimidade das ações legislativas, bem como a dos próprios agentes legislativos não pode ser pressuposta.

Palavras-chave: 1. Sociologia jurídica; 2. Campo jurídico; 3. Subcampo legislativo; 4. Teoria da Reprodução Social

ABSTRACT

If, in modern State, the coercive pretension seems intrinsic to the legal order in respect to all the different aspects of social life, it is also evident that such an order must have an authority which guarantees its primacy over other (such as moral, religious or personal orders), so that we are able to justify its singular attributes. To this authority, however, in the democratic context of contemporary State (under the Rule of Law), we must also have at least a notion of legitimacy, enough to give effectiveness to that authority. In this context, the present work seeks to redefine, from the perspective of Bourdieu's theory, the perception of the main arguments to law's legitimacy and authority – especially in aspects of the legislative work, usually overseen by juridical doctrine that takes law for granted, neutralizing the disputes in legislative field and ignoring to some extent the different critics to legislative legitimacy. Our research demonstrates, from the perspective of the Social Reproduction Theory, developed by Bourdieu & Passeron (1992) and which questions all legitimacy, seen as mere effect of authority, how democracy itself is a concept in dispute, and that the legitimacy of the legislative actions, and that of its agents, can't be taken for granted.

Keywords: 1. Sociology of law; 2. Juridical field; 3. Legislative subfield; 4. Social Reproduction Theory

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1 O LEGISLATIVO E O DIREITO EM DISPUTA.....	12
1.1 A LEGITIMIDADE DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA.....	12
1.2 UMA SOCIOLOGIA DA PRÁTICA.....	23
1.3 O CAMPO JURÍDICO.....	31
1.4 O SUBCAMPO LEGISLATIVO.....	43
2 A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL.....	52
2.1 A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL E O CAMPO PEDAGÓGICO.....	57
2.1.1 A Ação Pedagógica.....	57
2.1.2 A Autoridade Pedagógica.....	62
2.1.3 O Trabalho Pedagógico.....	69
2.1.4 O Sistema de Ensino.....	75
2.2 A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL E O SUBCAMPO LEGISLATIVO.....	80
2.3 A LEGITIMIDADE E A AUTORIDADE DA VIOLÊNCIA.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
BIBLIOGRAFIA.....	116

INTRODUÇÃO

No Estado moderno se, por um lado, parece intrínseca a uma ordem jurídica a sua pretensão coercitiva em relação aos diferentes aspectos da vida social, resta evidente que tal ordem deve ser dotada de um atributo de autoridade que lhe garanta primazia em relação a outras ordens (morais, religiosas, pessoais), para que se justifique dotá-la de atributos tão singulares como a coercitividade. A essa autoridade, contudo, no contexto democrático – mais especificamente no contexto do Estado Democrático de Direito contemporâneo – cumpre dotar-se de uma legitimidade ou, ao menos, uma aparência de legitimidade suficiente para imprimir efetividade àquela autoridade.

Uma das questões fundantes do que se conhece por “Estado Moderno”, a cisão entre as diversas ordens que exercem algum grau de coerção sobre as atitudes dos indivíduos se cristalizou na criação do que se chamou de monopólio estatal da força coercitiva. Ou seja, embora essas diversas ordens (moral, religiosa, pessoal) possam exercer algum tipo de força simbólica ou mesmo física sobre um indivíduo, guiando suas ações em determinado sentido, é somente ao Estado que está garantido o uso da força coercitiva em sua plenitude, a despeito de um consentimento secundário do indivíduo. Chamo aqui de consentimento secundário o que seria uma aceitação individual do ordenamento estatal que não está atualmente inscrito em nenhum Estado, ou seja, o consentimento primário (ou virtual) significa que o indivíduo está sujeito à ação coercitiva do Estado simplesmente por estar de alguma forma sob sua jurisdição – seja por um critério de nascimento, de territorialidade, ou outro definido legalmente.

Dessa forma, temos no Estado uma autoridade *sui generis*, pois a ela estão sujeitos todos aqueles que ela própria define – casos como o do pedido de extradição do general Pinochet pelo juiz espanhol Baltazar Garzón levaram a ampliações universalistas da jurisdição estatal (ROHT-ARRIAZA, 2001). Assim, para os ditames do que contemporaneamente se denominou por Estado Democrático de Direito – ou Estado de Direito Democrático (DEL NEGRI, 2008, p. 40 e ss.) – surge a necessidade de que esta ordem jurídica, com capacidade coercitiva ampla e auto-definida, atenda a determinadas limitações, como é o caso do princípio geral da proporcionalidade e ainda, de maior interesse para nós, que tenha legitimidade, ou aparência de legitimidade que buscaremos melhor explicar nos próximos capítulos.

A fundamentação da legitimidade do direito, e a consequente autoridade que daí resultaria, é um problema central para a filosofia e a sociologia jurídica na busca por explicações e análises acerca da estruturação do campo jurídico e do campo social de maneira mais ampla. A visão clássica sobre o tema é dada pelos teóricos do Estado que, especialmente a partir da revolução francesa e com o advento do constitucionalismo, passam a observar na lei “a legitimidade de toda a atividade social, quer dos indivíduos, quer do poder” (HESPANHA, 1993, p.21).

Para a breve análise das diferentes formas de se compreender a legitimidade do Direito que buscaremos empreender nesta introdução, faz-se necessária a cisão – meramente didático-científica – da análise em duas frentes. A primeira, derivada principalmente da “teoria do Estado” e da ciência política busca compreender os fatores que conferem legitimidade ao “poder”, categoria analítica típica dessas áreas e que para efeito deste texto focará especialmente sobre a representação política legislativa. A segunda, tipicamente jurídico-normativista, busca reconhecer a legitimidade do Direito a partir somente do ordenamento jurídico (KELSEN, 2012, p. 215 e ss.), inclusive tomando este por um sistema fechado (LUHMANN, 2005, p.127).

A teoria bourdieuniana – que adotamos – rechaça a ideia de fechamento autopoietico dos campos sociais, buscando demonstrar, no próprio conceito de campos sociais, que trabalharemos de maneira aprofundada nos capítulos seguintes, que estes se influenciam mutuamente de forma constante, o que não implica imediatamente na perda de autonomia dos campos (BOURDIEU, 2004b, p.21). Para esta análise, o campo jurídico é o espaço socialmente estruturado em que se dão as relações de poder entre os agentes capazes de definir sentidos propriamente jurídicos (BOURDIEU, 2011b, p. 211). Por essa razão, ao analisarmos a questão da legitimidade do Direito, não poderíamos deixar de abordar a legitimidade dos agentes legitimados socialmente a produzir as normas no campo jurídico – especialmente no subcampo legislativo que é nosso foco específico. Daí a necessidade de abordarmos o problema da legitimidade a partir dessas duas frentes que em geral não se comunicam na divisão clássica do trabalho científico.

O capítulo 1 se inicia justamente por um tópico destinado a descortinar uma visão monolítica da representação política, apresentando o tema em sua complexidade e situando as principais disputas acerca do tema – note-se que a própria definição dos termos de qualquer disputa considerada mais relevante, é também um princípio de

divisão importante para o campo científico, que não é imune aos mecanismos de reprodução social e de dominação simbólica (BOURDIEU, 2004b, p. 30-43).

Assim, a discussão acerca da possibilidade de uma representação política que seja legítima interessa aqui especialmente para demonstrarmos, como bem clarifica Miguel (2014), que se trata de um território em disputa, e que argumentos que baseiem a legitimidade de todo o ordenamento na suposta legitimidade dos representantes eleitos nos variados sistemas eleitorais existentes têm que levar em conta as críticas de variadas matrizes ideológicas tecidas em relação a tais sistemas.

Em seguida, a sessão 1.1 do capítulo 1 discute os conceitos gerais da sociologia de Pierre Bourdieu que nos serão essenciais para a compreensão de todo o trabalho que desenvolveremos no capítulo seguinte. Especial atenção é dada aos conceitos de campo, *habitus* e princípios de visão e divisão que se conectam para dar as bases dessa sociologia das práticas empreendida pelo sociólogo francês e da qual aqui buscamos nos apropriar para discutir o campo legislativo.

A sessão 1.2 discute especialmente a ideia de campo jurídico presente, mas pouco explorada no universo bourdieuniano, contando para o aprofundamento desta questão também com os escritos de seus discípulos, especialmente Yves Dezalay, que realizou estudos inovadores sobre este campo.

Por fim, na sessão 1.3 buscamos localizar o subcampo legislativo como um subcampo híbrido entre os campos políticos e jurídicos, tentando explicar o distanciamento entre a concepção mais comum na obra de Bourdieu, que afasta o subcampo legislativo do campo jurídico, entendendo aquele como parte tão-somente do campo político.

No capítulo 2 buscamos abordar os principais elementos da teoria da reprodução social, uma das mais conhecidas contribuições da parceria entre Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron, pretendemos, ainda, mostrar as contribuições desta teoria na análise do subcampo legislativo, objeto privilegiado pela presente pesquisa.

Assim, a primeira sessão, 2.1 se dedica à análise da teoria da reprodução originalmente desenvolvida pelos sociólogos franceses, no contexto do campo pedagógico, no qual buscamos apresentar a leitura realizada dessa teoria, que oferece as bases para as análises seguintes. De especial interesse, buscamos compreender os mecanismos de mascaramento da violência simbólica pelos processos de naturalização e legitimação da autoridade pedagógica.

A sessão seguinte, 2.2, se dedica a um esforço teórico por transpor os mecanismos originalmente desenvolvidos no contexto da teoria pedagógica para o subcampo legislativo, procurando demonstrar as homologias estruturais que permitem esse movimento, bem como as divergências derivadas das particularidades desse subcampo, especificamente no contexto deste trabalho, no Brasil sob a Constituição da República Federativa de 1988.

A sessão final deste capítulo, 2.3, se dedica especificamente a analisar como as contribuições da teoria da reprodução aplicada ao contexto do subcampo legislativo brasileiro permite questionar as bases sob as quais se assentam os principais argumentos a respeito da impressão socialmente estabelecida de legitimidade e de autoridade de que goza o Direito, especialmente no quadro das teorias democráticas acerca da legitimidade da representação trabalhadas no capítulo anterior.

1 O LEGISLATIVO E O DIREITO EM DISPUTA

1.1 A LEGITIMIDADE DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Parece-nos que a ideia da necessidade de submissão, ao menos aparente, de todo poder à lei e a derivação da legitimidade do poder a partir desta submissão prevaleceu no mundo ocidental de tal forma que se apresenta na contemporaneidade como ortodoxia – uma ficção coletiva ou ilusão bem fundamentada (BOURDIEU, 2014, p.34).

A discussão se apresenta também no Brasil, ao menos desde a independência, no embate entre os liberais constitucionalistas – que buscavam ampliar o controle do parlamento sobre o imperador – e os conservadores imperialistas. Na visão adotada pela imprensa liberal de então, um dos pontos em disputa era justamente a supremacia da autoridade do parlamento ou do imperador (PEREIRA, 2010, p. 78-88). Posto de outra forma, a discussão de então se centrava na supremacia entre a legitimidade do parlamento, especialmente a Câmara dos Deputados eleita pelo sistema representativo de então (censitário, masculino e majoritariamente branco) – ideia defendida pelos liberais de então – e a legitimidade do imperador que teria sido conferida pelo povo desde o processo de independência e que seria, portanto, uma autoridade mais legítima do que aquela conferida transitoriamente aos parlamentares.

Que o modelo de representação política tenha conseguido se estabelecer com aparência de legitimidade muito superior à legitimidade conferida ao imperador àquele tempo, é hoje verdade para a imensa maioria do ocidente. No entanto, isso que poderia ser chamado de uma vitória da democracia representativa, bem como os moldes dessa, está longe de ser um território pacífico, sendo território de disputas e distensões constantes.

O “Dicionário Político” de Bobbio e colaboradores traz três modelos interpretativos da representação política: 1) a representação como relação de delegação; 2) a representação como relação de confiança; e 3) a representação como “espelho” ou representatividade sociológica. E segue explicando que no primeiro modelo, conhecido especialmente pelo que se denomina por “mandato imperativo”, o representante é visto como um mandatário privado de iniciativa ou de autonomia, devendo exercer a representação no estrito limite determinado pelos representantes nas suas instruções. O

segundo modelo entende o representante como um emissário dos interesses dos representados, interesses esses de que ele presumivelmente tem conhecimento, podendo exercer a representação ao menos com relativa autonomia. O terceiro modelo entende o conjunto dos representantes como um microcosmo que deve reproduzir, em algum grau, as características do corpo político, de forma que haja uma maior identificação entre representantes e representados em sentidos compreendidos como essenciais, a serem definidos em cada comunidade política – ideologias, gênero, raça, religiosidade, sexualidade (COTTA, 1998, p. 1102-1103).

Essa definição, como todo esforço mais generalizante é insuficiente para o propósito de compreensão da extensa discussão acerca da possibilidade da representação política, bem como se, uma vez compreendida como possível ou inevitável, quais seriam as exigências a esta representação para assegurar-lhe legitimidade – ou a maximização de sua aparência de legitimidade.

No entanto, a apresentação de tais modelos já deixa claro que a ideia de legitimidade do regime democrático representativo está em disputa. O fato de o modelo de democracia representativa de moldes liberais ter prevalecido em praticamente todos os Estados ocidentais desde a modernidade, ainda que distendido e rearranjado por diversas ondas de críticas e contestações, não determina que sociologicamente seja o modelo mais legítimo, mas tão somente que foi aquele que encontrou condições sociológicas adequadas para se estabelecer. Ou, nos moldes argumentativos da teoria sociológica de Bourdieu, pode-se afirmar que o modelo de representação política que cada local desenvolve será sempre aquele capaz de garantir a reprodução social naquela sociedade, dando aparência de legitimidade aos princípios de visão e divisão que beneficiem os grupos dominantes, sem que os dominados percebam a imposição do modelo em sua realidade de imposição – mecanismo que Bourdieu denomina por violência simbólica.

O primeiro modelo, de “mandato imperativo”, tem por fundamento genérico a ideia de que a legitimidade do poder está nos cidadãos e é intransferível em sua plenitude, somente sendo aceitável que um representante realize as decisões e as vontades estritamente permitidas pelo corpo de cidadãos que representa. Neste modelo, não há liberdade do representante, nem se considera que ele possa tomar decisões com base em interesses gerais e difusos, seja da população ou do grupo específico que ele representa.

O segundo modelo, de relação de confiança, é o prevalente em todo o mundo ocidental contemporâneo, e vincula a legitimidade do poder ao conjunto da “nação” ou do “povo”, e entende que essa legitimidade pode ser plenamente transferida aos representantes eleitos, que uma vez nessa condição deixam de representar seus eleitores para representar os interesses “nacionais” ou “gerais”. Como modelo prevalente, é também o maior alvo de críticas contemporâneas, que discutiremos oportunamente.

Por fim, o terceiro modelo, de representatividade sociológica, entende que a legitimidade do poder não se vincula somente aos cidadãos ou ao conjunto do povo, tomados enquanto indivíduos em um ou outro caso, mas deve também se vincular a grupos sociais que devem necessariamente ser representados de acordo com a sua presença na própria sociedade em questão (embora os critérios sejam também alvo de disputa nesses casos, as ponderações mais comuns se relacionam à necessidade de representatividade de gênero, “raça”, classe social, sexualidade). Nesse modelo, para que a representação seja legítima – seja ela imperativa ou de confiança – deverá também levar em conta a representatividade de determinados grupos sociais.

Há que se levar em conta, ainda, as correntes de pensamento que negam inteiramente a possibilidade de legitimidade de qualquer representação, principalmente por avaliar a existência de uma falha comunicacional básica entre o representante e os representados que não pode ser suprida de nenhuma forma. Assim, para essas correntes, o modelo de representação deveria ser abandonado ou matizado em favor do exercício de formas diretas de decisão.

Por fim, há ainda a crítica do próprio modelo universalizante representado pelo Direito estatal único, que a partir da percepção de uma incapacidade dos modelos vigentes em atender demandas de determinados grupos – especialmente de grupos subalternos – entende que o critério de legitimidade do poder deve se vincular ao reconhecimento entre os sujeitos que produzem e aplicam determinado conjunto normativo e os sujeitos que lhe serão alvo. Nessa visão, o poder, bem como a legitimidade de seu exercício, não é unívoco, podendo coexistir ordenamentos jurídicos diversos, cada um com seus próprios critérios de legitimidade de representação, de acordo com a avaliação de cultura e de conveniência dos grupos que a ele se sujeitam.

Assim, podemos situar historicamente as principais disputas acerca da legitimidade do poder no que tange à representação nas disputas do século XVIII e XIX entre modelos de democracia direta – prontamente rechaçados com base na complexidade das sociedades modernas – e entre os modelos de “mandato imperativo” e

“mandato não imperativo”, todos eles fortemente vinculados à categoria liberal de “indivíduos” e nas quais o modelo de mandato não imperativo emergiu como prevalente – com exceção clara nas repúblicas “socialistas” que adotavam modelos de mandato imperativo; e nas disputas contemporâneas entre as possibilidades de haver uma “legitimidade universalizante”, que deriva do reconhecimento de grupos subalternos e dos questionamentos a respeito da possibilidade de uma “elite política” (MIGUEL, 2014, p. 27 e ss.) ter legitimidade para influir sobre esses grupos, na forma de decisões políticas e jurisdicionais, ou mesmo do questionamento da possibilidade de um ordenamento jurídico único legitimamente instituído sobre uma sociedade plural, ambos modelos em clara tentativa de pontuar as insuficiências da noção de “indivíduo” a partir da noção de “grupos”.

Note-se, que independente do período considerado, o conteúdo do que se denomina por democracia representativa (ou entre os modernos, república), é um campo de disputa pelas formas e procedimentos considerados legítimos para que o Estado exerça sua autoridade e coercitividade sobre determinada população.

Para aquele Miguel (2014), o embate atual de ideias no campo da representação democrática se dá, primeiramente, quase unicamente dentro de determinados limites liberais. Ou seja, determinados pressupostos liberais, como a individualidade dos sujeitos e a suposição de que tais indivíduos tomarão decisões baseadas num cálculo racional a respeito dos efeitos de tal escolha para seu bem-estar, são minimamente levados em conta praticamente na totalidade das teorias mais discutidas no campo da representação. Para os efeitos do que aqui se pretende, embora procuremos retrair a discussão para demonstrar o embate atual de ideias em torno desses modelos, é importante ressaltar que o fato de o campo científico selecionar positivamente um grupo de ideias que orbitam dentro de um universo de expectativas cujos pressupostos são aqueles acima mencionados já é significativo, por si só, dos princípios de visão e divisão que orientam esse campo.

É dizer, por hora, que se determinado subcampo científico discute mais seriamente as ideias que carregam em si determinadas cargas valorativas – individualidade, racionalidade – este já é um dado em si importante para perceber como os princípios de visão e divisão dentro deste subcampo se conformam a uma estrutura social mais ampla que tende a favorecer determinados arbitrários culturais, conforme discutiremos mais detalhadamente nos capítulos seguintes.

Miguel (2014) coloca a disputa atualmente prevalente a respeito da democracia representativa nos termos do embate entre o que ele denomina “democracia elitista” e o “deliberacionismo”, sendo esse último marcado pela teoria habermasiana e de especial interesse aqui, pois é parte da sustentação das teorias a respeito do processo legislativo que analisaremos adiante.

A “democracia elitista” é o título, criado por aquele cientista político, para o que chamamos somente de “democracia”, sem qualquer adjetivação, e que prevalece na quase totalidade dos países ocidentais contemporâneos. As principais características desse modelo democrático são a redução da participação popular quase exclusivamente ao voto e a cristalização do ideal democrático nas eleições. A legitimidade de toda decisão dos representantes estaria então na confiança depositada neles pelos eleitores, que são aqui compreendidos numa perspectiva de sociedade atomizada em indivíduos que buscam seu próprio bem-estar de forma livre e que, portanto, no ato do voto exerceriam essa liberdade para eleger os representantes que melhor atenderiam às suas expectativas.

Críticas a esse modelo, e à suas características elitistas se encontram desde os modernos, como Montesquieu (2005, p. 242) que afirmava que “o sufrágio por sorteio está na natureza da democracia; o sufrágio por eleição está na da aristocracia”. De fato, o que observamos ao analisar a história da democracia representativa é, em um primeiro momento, a delimitação censitária do direito de voto que somente foi se ampliando a outros grupos sociais – pobres, negros, mulheres, analfabetos, imigrantes – quando a elite política já estava suficientemente consolidada para se sentir segura que a ampliação desse direito não representaria um imediato influxo de tais grupos na elite dirigente – não que se compreenda esse movimento como algo linear, como bem demonstram os estudiosos dessa área trata-se de um movimento marcado por avanços e retrocessos vinculados à conveniência e oportunidade política para as elites de inserção desses grupos no jogo eleitoral (KEYSSAR, 2014, p. 175 e ss.).

Alguns teóricos da corrente elitista chegaram mesmo a afirmar que toda organização geraria necessariamente uma minoria dirigente com interesses divergentes de sua base, uma vez que essa classe com acesso ao poder seria sempre conservadora (MICHELS, 1982, p. 219). Ressaltamos esse autor, pois em sua análise esse grupo oligárquico não é uma minoria auto-instituída, dotada de algum tipo específico de capacidade ou qualidade distintiva, como afirmavam outros autores dessa corrente. Michels percebe um vínculo necessário entre essa elite – para ele inescapável – e a base

que lhe dá, ou em algum momento lhe deu, legitimidade para exercer os poderes que exerce. A análise deste sociólogo é especialmente interessante, pois, afastando o risco de naturalização dessa elite, o seu estudo permite perceber como as estruturas de dominação se reproduzem dentro de grupos como os partidos políticos, refletindo em certa medida – e com seus princípios de visão e divisão específicos – as estruturas de dominação mais gerais de uma sociedade em que o modelo de organização do poder se baseia justamente nessa “democracia elitista”.

Essa análise nos é particularmente cara por desvelar um princípio ao qual voltaremos diversas vezes ao longo desse texto, a homologia estrutural, um conceito bourdieuniano central, que propõe justamente que os diversos grupos sociais tendem a espelhar em alguma medida, na sua estruturação e na definição de seus princípios de visão e divisão, as formas de dominação percebidas como legítimas em outras instâncias sociais que lhes sejam próximas em algum sentido. É um conceito essencial para que se possa perceber que as reproduções sociais não se dão necessariamente por mecanismos de imposição explícitos ou por reflexões sistemáticas e racionais sobre opções existentes, mas justamente por mecanismos de definições internos às disputas daquele grupo que, contudo, tendem a selecionar positivamente as formas de dominação simbólicas vigentes – que já são, por sua própria definição, consideradas legítimas.

Ademais, a perspectiva bourdieuniana evidencia que os grupos dominados não são menos aptos à participação política como supõem os teóricos da democracia elitista, estão, entretanto, alijados dos tipos específicos de capitais culturais, sociais, simbólicos e econômicos utilizados e requeridos para o ingresso e a permanência nesse campo. Isso poderia se traduzir numa perspectiva do mundo social que é compreendida no campo político como mais estreita – e, portanto, valorada negativamente – própria de uma história de vida a parte de todos os principais mecanismos de tomadas de decisão política ou econômica (BOURDIEU, 2011a, p. 520).

Contudo, antes que se possa inscrever essa perspectiva nos modelos participativistas que veremos a seguir, cabe ressaltar que a abertura de espaço aos grupos subalternos na tomada de decisões, embora essencial, é insuficiente. As noções de *habitus* e campo político desenvolvidos por Bourdieu nos elucidam que a entrada de indivíduos em um campo estabelecido é seguida pela incorporação dos *habitus* daquele campo ou a marginalização do indivíduo dentro da hierarquia do campo. Esse movimento de aproximação ou distanciamento dos *habitus* valorados positivamente já localiza o indivíduo nas hierarquias do campo, garantindo a perpetuação da dominação

simbólica pelos mecanismos de reprodução social. Outro aspecto a ser levado em conta e que discutiremos mais profundamente nos próximos capítulos é a perseguição dos ideais dominantes pelos próprios grupos dominados, que ao buscarem seus próprios interesses terminam por reforçar os mecanismos de reprodução e de dominação vigentes em dado campo social.

Embora na análise de Miguel o modelo de democracia elitista tenha se estabelecido amplamente nos Estados contemporâneos, especialmente na sua vertente schumpeteriana que vincula democracia quase exclusivamente às eleições, o próprio autor tece uma acertada crítica a respeito dos limites desse modelo. A partir da percepção da crise da representação, que nota não ser um problema contemporâneo, mas estar inscrito no cerne mesmo da democracia que floresceu no século XX, o cientista político observa que esse modelo está enviesado pelas desigualdades estruturais e que funcionou e ainda funciona mais como um instrumento conferidor de aparência de legitimidade às ações legislativas do que como instrumento de transformação (MIGUEL, 2014, p. 133). E segue em sua crítica ao afirmar que para esse grupo a democracia é:

“na melhor das hipóteses, um método de agregação, pelo mecanismo eleitoral, de preferências individuais consideradas como preexistentes e formadas na esfera privada. Na pior das hipóteses, tais preferências são consideradas irrelevantes, uma vez que os cidadãos não conseguem ter vontades efetivas em relação às questões públicas”. (MIGUEL, 2014, p. 63)

Ademais, outros autores buscaram demonstrar que as próprias instituições representativas não se foram desenvolvidas com vistas a responder à impossibilidade de exercício da democracia direta em espaços territorial e populacionalmente inchados. Foram pensados como uma forma eficaz de redução da participação popular nos assuntos públicos, que deveriam ser guiados por pessoas supostamente dotadas de características de elite (WOOD, 1995, p. 204 e ss.). A própria análise de Bourdieu (2011b, p. 188 e ss.) percebe ainda que há uma inversão da racionalidade da representação empreendida pelo modelo de democracia elitista na prática política, a partir da qual os representados não mais podem escolher seus representantes ativamente, mas têm de reagir às ofertas do mercado político, muitas vezes selecionando entre opções que não o contemplam. Essa prática retira daqueles a quem o poder está investido, na formulação democrática, a última parcela de exercício de poder que a teoria elitista supostamente havia resguardado.

Independente do posicionamento teórico-ideológico levado em consideração, o que fica claro ao longo do século XX são as limitações da democracia eleitoral, com a

participação nas eleições declinando vertiginosamente. Esse tipo de percepção deu margem a todo tipo de pensamento, desde a radicalização do pensamento à direita, que gradualmente passa a ver a participação popular no processo de decisões da esfera pública como algo cada vez mais dispensável – postulando que o desinteresse popular pela democracia seria o reflexo da satisfação com os rumos traçados pela elite política (DOWNS, 1999, p. 29) –; até as vertentes participacionistas à esquerda que identificavam a necessidade de estímulo à participação popular nas instâncias cotidianas para que se fomentasse o interesse político nos sujeitos (PATEMAN, 1992, p. 61), que encontraram resistências práticas seja por experiências reais mal sucedidas ou por sua incompatibilidade ao menos parcial com a propriedade privada, vez que advogavam a gestão participativa no ambiente fabril.

A partir dos anos 1980 as teorias participacionistas perdem espaço dentro da crítica à teoria democrática hegemônica para as análises da vertente da “democracia deliberativa”, cuja principal matriz é o pensamento habermasiano. O pensamento dessa vertente é sintetizado por Cohen (1998, p. 186), preconizando que as decisões políticas devem ser tomadas por aqueles que estarão submetidos a elas por meio do que denomina “raciocínio público livre entre iguais”. As principais quebras dessa vertente com a vertente elitista são o rompimento com a ideia de democracia enquanto agregação de preferências individuais atomizadas – aqui essas preferências podem ser construídas e reconstruídas num ambiente de interação na esfera pública –; a igualdade de participação; e a autonomia, no sentido da produção das normas sociais pelos indivíduos a elas sujeitos.

A matriz do deliberacionismo, centrada na “boa política” praticada na “esfera pública” (HABERMAS, 1984), assume que os sujeitos poderiam discutir livremente, sem distinções e hierarquias, os problemas públicos – pelos quais estariam interessados – e chegar a determinados entendimentos mútuos. Essa estilização do conceito de esfera pública, entretanto, perde de vista tanto as diferenças marcantes e distintivas dos grupos sociais – classe, raça, gênero – que colaboram com a desigualdade material entre os indivíduos, como as hierarquizações menos marcadas, ou mais propriamente simbólicas, que distinguem e dividem, no sentido dos princípios de visão e divisão que traz a teoria bourdieuniana e que são características de todo subcampo, gerando classificações e divisões dentro deste – as relações estabelecidas entre os *habitus*. Supõe-se, ainda, que a atividade comunicativa possa cindir com as atividades

instrumentais como as do poder político, dos interesses econômicos, das práticas midiáticas.

Como já discutimos em relação à matriz democrática elitista, se os grupos excluídos só adentram o campo político quando o grupo dominante já se estabeleceu (e por critérios que favorecem a entrada de determinados membros dos grupos excluídos, mais afins ao arbitrário cultural dominante), muito embora pareça-nos que esses influxos das diferenças possam gerar distúrbios nos campos, esses não deverão ser suficientes para desestabilizar – no sentido de uma revisão profunda das estruturas de reprodução social do campo em questão. O grupo dominante somente permite a integração de novos grupos ou de novas demandas na medida em que se sente apto a lidar com estes, ou por mecanismos que garantam a continuidade da dominação, mantendo as estruturas dessa dominação. Poderíamos conjecturar que o influxo massivo de grupos ou demandas talvez fosse uma forma de distender o sistema posto, permitindo uma revisão radical pela velocidade das demandas, no entanto, o campo político traça respostas eficazes, como as noções de parcimônia e progressividade, que represam tais possibilidades.

Outro expoente do que se pode denominar por modelo de democracia deliberacionista é o filósofo americano John Rawls, que também prevê a possibilidade de um consenso racionalista a partir do deslocamento do sujeito deliberante para uma posição de desconhecimento de si – o valor imparcialidade, representado pelo “véu da ignorância”, elimina a base do conflito de interesses ao eliminar a própria ideia de um indivíduo com interesses (RAWLS, 1997, p. 146 e ss.). Seja pelo valor do consenso, pela eliminação dos sujeitos interessados, ou por outros mecanismos, a linha de frente das teorias deliberacionistas que aqui trouxemos têm em comum a visão do conflito de interesses como mal a ser extirpado tanto quanto possível, e em geral evitam tocar nas estruturas que fundam esses interesses, não oferecendo uma crítica ao modelo capitalista vigente como fez a matriz participativista.

Os modelos de democracia deliberacionistas não parecem perceber que o acesso às discussões é condicionado pela posse de determinados capitais, inclusive aquele capital cultural necessário às formulações de argumentos válidos na perspectiva do que se chama genericamente de racionalidade. Isso implica na crença em dons inatos, sem aperceberem-se do treinamento social requerido para que se produzam discursos considerados legítimos dentro dessa razão. Nas palavras de Bourdieu, tratam-se justamente das “condições econômicas e sociais de aquisição da competência legítima e

da constituição do mercado onde se estabelece e se impõe essa definição do legítimo e do ilegítimo” (BOURDIEU, 1996a, p. 30). Ou seja, tanto os indivíduos possuem contingências determinadas pelo campo, quanto o próprio campo possui princípios de visão e divisão que contingenciam e são reproduzidos pelos *habitus* dos indivíduos que participam daquele campo.

A percepção da própria racionalidade como uma construção social e, portanto, alvo de disputas simbólicas, põe em cheque algumas das premissas elitistas e deliberacionistas. Configurando uma das formas de “exclusão interna” que permite a inclusão de determinados grupos num campo social, sem a possibilidade real de sua participação ou sem garantir a validade de sua argumentação do debate de ideias (YOUNG, 2000, p. 53 e ss.). As formas que esta exclusão interna tomam são variadas, sendo a incapacidade dos grupos dominados em traduzir seus interesses numa retórica universalista a mais recorrente:

“O embate entre trabalhadores e patrões não tomou historicamente a forma do confronto entre dois discursos classistas, mas entre um discurso classista (operário) e outro universalista, que apelava para a nação ou mesmo para a humanidade. Opositores de medidas de promoção das mulheres ou de minorias étnicas costumam recorrer à defesa da igualdade de oportunidades para todos, independente de suas características pessoais” (MIGUEL, 2014, p. 92)

Assim, notamos que as tensões acerca da representação não conseguem avançar sobre ao menos uma questão fundamente da democracia liberal contemporânea – classifico os modelos aqui apresentados como modelos de democracia liberal por não colocarem em questão os pressupostos da individualidade e da racionalidade individual fundantes da perspectiva liberal sobre a democracia –, qual sejam a capacidade de lidar com o conjunto dos indivíduos e grupos sociais mais ou menos organizados e politizados – no sentido de não apenas integrar esses indivíduos efetivamente à comunidade política dando-lhes voz e capacidade de influir sobre as decisões políticas, mas principalmente dando legitimidade aos discursos e às formas de racionalidade desses grupos em igualdade com os discursos e as racionalidades dominantes. Bourdieu, em seus escritos, demonstra possuir plena consciência dessa dificuldade da teoria democrática, aprofundando o tema em relação à própria capacidade de desenvolvimento da opinião pessoal – que os elitistas tomam por pressuposto de racionalidade:

“Platão dizia ‘opinar é falar’. Ora, nada é mais desigualmente repartido do que essa capacidade, e essa constatação choca a boa consciência democrática: todas as pessoas são iguais, é o dogma. Ora, dizer que todas as pessoas são iguais diante da questão da opinião é um erro, é um erro político. Nem todo mundo tem os instrumentos de produção da opinião pessoal. A opinião pessoal é um luxo. Há pessoas no mundo social que “são faladas”, por quem

se fala, porque elas não falam, para as quais se produzem problemas porque elas não os produzem. E, hoje, chega-se mesmo, no grande jogo da mistificação democrática, até a dar oportunidade para que respondam a problemas que não seriam capazes de produzir. E se faz, então, que produzam falsas respostas que fazem esquecer que elas não têm questões” (BOURDIEU, 2004b, p. 83-84)

A passagem acima, que não deve ser lida rapidamente, deixa clara a consciência que o autor apresenta sobre as limitações da teoria democrática elitista, bem como das formulações deliberacionistas. Bourdieu percebe que na sociedade contemporânea uma parcela significativa dos indivíduos não possui voz e, por isso, são falados, ou seja, fala-se em seu nome, produzem-se demandas e formulam-se questões para esses grupos sociais impedidos de adentrar no campo político como oradores legítimos. Ressalta ainda a tendência atual a voltar-se a estes sujeitos afônicos para que confirmem uma segunda aparência de legitimidade – a primeira sendo o voto – às decisões políticas através da resposta a questões que jamais foram suas.

A suposta legitimidade democrática está, em todos os modelos aqui apresentados, nos indivíduos – vistos de forma atomizada e numa perspectiva racionalista reducionista –, e a representação – mesclada ou não com instâncias deliberativas de participação popular – retira do voto e das eleições a legitimidade que conferirá ao conjunto de normas produzidas no ambiente legislativo. Na nuance deliberativa, esse procedimento ganha um contorno novo da necessária participação de camadas da população no processo deliberativo. Como veremos adiante, tais procedimentos são marcados, atualmente, pela construção de instâncias consultivas ou de tomada de decisões não vinculantes aos representantes ou administradores, mas são frequentemente trazidos à tona quando se procura legitimar determinadas visões e discursos no processo político.

Para o intuito que aqui buscamos, entretanto, cabe concluirmos demonstrando que a legitimidade da representação não pode ser utilizada como argumento *a priori* que garanta a legitimidade das definições produzidas pelo campo legislativo. Esse é um território em franca disputa, onde figuram além dos autores aqui apresentados, outros que nutrem desconfiança mais acentuada em relação à democracia representativa, seja por evidenciarem a importância de instâncias deliberativas mais próximas do convívio do indivíduo – como os conselhos (ARENDT, 2013, p. 200), ou, como os filósofos do plurinacionalismo, por evidenciarem a possibilidade de convivência de diferentes ordens normativas num mesmo Estado sem a necessidade de haver uma supremacia entre elas (JIMENO, 2012, p. 65).

1.2 UMA SOCIOLOGIA DA PRÁTICA

A sociologia de Bourdieu é um marco na sociologia ocidental por fazer uma síntese possível entre as duas correntes de pensamento vigente em meados do século XX, quais sejam, o estruturalismo, que propunha que determinadas estruturas sociais eram capazes de definir, em boa medida, as ações dos indivíduos; e as filosofias da consciência – de que são exemplos a fenomenologia e o existencialismo – que buscavam explicar as ações dos indivíduos baseando-se unicamente em sua experiência pura (CONSTANTINO & ALVES NETO, 2014). Entre a sociologia das estruturas e a sociologia dos indivíduos Bourdieu teorizou uma sociologia da prática que trouxe a centralidade da relação entre agentes (organizados ou não em grupos sociais) e os campos, e suas estruturas sociais objetivas – que são compreendidas simultaneamente como objetivas, no sentido de ser possível de analisa-las num dado tempo e local, mas também mutáveis – numa relação complexa entre o que o sociólogo francês denominou de estruturas estruturantes e estruturas estruturadas (BOURDIEU, 2011b, p. 8-9).

As estruturas sociais na sociologia bourdieuniana são estruturantes na medida em que determinados sistemas simbólicos (arte, religião, cultura) – e as formas como são apropriados, ou rechaçados – são as chaves para a compreensão das ações dos agentes em determinado campo. Seja se aproximando das definições oferecidas por tais sistemas simbólicos, ou se afastando deles, cada campo estabelece seus princípios de visão e divisão que determinarão as hierarquias dos sujeitos dentro dele. Igualmente, os agentes naquele campo, ao se aproximarem ou afastarem dos princípios de visão e divisão do campo, terão mais ou menos capital simbólico dentro daquele campo, o que definirá o seu espaço nas hierarquias internas a ele.

Mas as estruturas sociais também são estruturadas, pela relação entre os *habitus* dos agentes e o campo, redefinindo os princípios de visão e de divisão, seja por uma perturbação na divisão de capital (econômico, social, cultural) entre os agentes daquele campo, seja por influxos advindos de outros campos e que dão origem à ressignificações naquele.

Ainda mais importante, as estruturas sociais nessa perspectiva são também instrumentos de dominação e de reprodução social e o campo social, com seus princípios de visão e divisão, que definem as estruturas valoradas positivamente e aquelas às quais é negado valor, tende a submeter seus agentes a tais princípios – por

meio da introjeção do *habitus*, pela violência simbólica, ou seja, o indivíduo acredita desejar essa introjeção. A compreensão dos mecanismos de reprodução social são particularmente importantes para a teoria bourdieuniana, por ser um dos pontos que distanciam sua sociologia dos autores estruturalistas. Em trecho particularmente esclarecedor, Constantino & Alves Neto nos elucidam melhor a questão:

“A compreensão dos conceitos de *habitus* e campo permitem entender porque alguns autores afirmam ser a sociologia de Bourdieu uma “sociologia da reprodução”: fica patente como para Bourdieu a sociedade é estruturada em campos e instituições que tendem a fazer com os indivíduos não apenas as reproduzam, mas reproduzam também a própria condição de dominância e subordinação no campo social. Esta reprodução não é absoluta e ritualística, como no estruturalismo, mas determinada por tendências ou probabilidades de conformação que fazem com que os “pontos fora da curva” que ensejam transformações sejam a exceção, jamais a regra”. (CONSTANTINO & ALVES NETO, 2014)

Em sua teoria da prática, Bourdieu foca na relação entre os agentes e os campos sociais, especialmente na dialética entre a “interiorização da exterioridade” – a forma como os campos “estruturam” as subjetividades – e a “exteriorização da interioridade” – as formas como os sujeitos afetam tais campos, quase sempre reforçando as estruturas e contribuindo para sua reprodução (CONSTANTINO & ALVES NETO, 2014). Para melhor compreender essas formulações, parte-se dos conceitos de campo e *habitus*, que embora surjam em momentos bastante diferentes – o conceito de campo é formulado tardiamente por Bourdieu – estão intimamente relacionados.

O conceito de *habitus* se vincula ao que Pinto (2000, p. 38) denomina por uma “gramática gerativa de práticas em conformidade às estruturas objetivas de que ele é produto”; ou seja, há uma relação dialógica entre campo e *habitus*, uma circularidade essencial à melhor compreensão do próprio conceito, sem a qual não se poderia apreender plenamente a capacidade de produção de regularidades objetivamente analisáveis nos comportamentos dos agentes que não são a necessária tradução de regras explícitas, mas de uma modalidade de prática baseada na improvisação à qual Bourdieu usualmente denomina de ações baseadas num “sentido do jogo”. O *habitus* é, assim, essa adequação do agente aos princípios de visão e de divisão do campo em que se insere; é um “saber se portar” que implica no reconhecimento de hierarquias e princípios de conduta não codificados, que se traduzem em comportamentos adequados e distintos, por exemplo, quando o agente se encontra frente a outro agente do campo que reconheça como “superior”, que difere substancialmente do seu comportamento quando entre “iguais”.

Assim, que se possa compreender o *habitus*, na união desses aspectos objetivos (estruturas) e subjetivos (percepção, classificação), simultaneamente como a interiorização do exterior – no sentido da incorporação dos princípios de visão e divisão do campo e dos comportamentos adequados frente a tais situações – e a exteriorização do interior – as práticas objetivamente observáveis dos agentes no campo, frente às situações que são capazes de julgar e a elas responder a partir desse “senso prático”.

O *habitus* também deve ser compreendido enquanto conjunto de disposições do sujeito, que lhe é introjetado ao longo da vida, muitas vezes de forma racionalizada ou naturalizada ao ponto de parecerem ao agente como disposições auto-evidentes ou intrínsecas. Os diferentes espaços sociais, ou campos, selecionam positiva ou negativamente determinados *habitus*, de forma que, ao agente, tal seleção pareça fruto de suas aptidões naturais àquele campo. O exemplo mais contundente desenvolvido nas pesquisas de Bourdieu se deu a respeito do ambiente escolar francês, quando o sociólogo demonstrou que para além de qualquer disposição natural ou aptidão inata, o campo educacional francês selecionava positivamente o *habitus* de determinados agentes, especialmente aqueles encontrados em sujeitos de classes mais abastadas e advindos de famílias em que os pais tinham maior grau de escolaridade, em detrimento de outros agentes com *habitus* distintos.

Em uma evocação comum em seus textos, o sociólogo trata o *habitus* como o conhecimento das regras de funcionamento não formalizadas de determinado campo. É o “senso prático”, ou o sentido de conhecimento prévio das regras do jogo de um campo, que determinam que no momento em que o agente se vê ante a uma situação ele reconhece que deve se comportar de determinada forma, ou que o desvio desta acarreta em determinado tipo de sanção, normalmente simbólica.

Essa evocação é essencial para que nos afastemos de visões de alguns estudiosos da teoria bourdieuniana que entendem o *habitus* como um conjunto de tendências em boa medida inconscientes; note-se, que não se tratam de predisposições inconscientes, mas antes uma consciência do “sentido do jogo” de determinado campo. Em boa proporção, os agentes são capazes de perceber seus *habitus* e os dos campos sociais em que estão inseridos, e até mesmo de racionaliza-los até certo ponto, mas em geral os compreendem enquanto aptidões ou sentimentos de adequação social auto-evidente. É precisamente nessa auto evidência não problematizada que se encontra o caráter de dominação simbólica do conceito, que se perde em boa medida quando se lhe reduz a predisposições inconscientes.

Os *habitus* não são estanques, de tal forma que um indivíduo possa adquirir novas disposições ao longo da vida, especialmente quando em contato com campos sociais que possuam princípios de visão e divisão distintos daqueles aos quais está acostumado. No entanto, Bourdieu também é enfático ao demonstrar que essa aquisição de *habitus* se dá de maneira muito distinta entre os sujeitos de grupos sociais diferentes, sendo que quanto mais próximos os sujeitos – e muito possivelmente seu *habitus* – do “grupo dominante”, maior a eficiência em adquirir as novas disposições avaliadas positivamente dentro do campo. Colocamos a expressão “grupo dominante” entre aspas pois é um conceito importante para Bourdieu, sendo o grupo dominante uma parcela de agentes de cada campo que têm o maior capital (econômico, cultural, social, simbólico – a depender do que o campo valora) e portanto, poder dentro daquele campo, e consequentemente são os agentes mais eficazes em definir os seus princípios de visão e divisão.

O campo social, por sua vez, é o espaço socialmente delimitado e relativamente autônomo onde se definem os sentidos do que é próprio àquele campo. Ou, nas palavras de outro pesquisador vinculado à perspectiva bourdieuniana, são os “principais universos de referência de práticas culturais ordinárias” (LEBARON, 2012, p. 163) – e.g. o campo jurídico, o campo religioso, o campo intelectual/acadêmico, o campo artístico. Assim, compreende determinado campo, todos os espaços sociais onde há alguma forma de definição de sentido a respeito daquele campo. Ademais, o campo não é um espaço social pacífico ou estático: característica essencial dessa categoria é justamente o seu caráter de espaço de disputas, reais ou simbólicas, pela autoridade e legitimidade de definir sentidos relativos àquele campo. Como última ressalva nesse momento, cabe ressaltar que tais disputas, na visão de Bourdieu, jamais se dão com paridade de armas, tendo o grupo dominante imensa vantagem, inclusive no sentido de os dominados almejarem ter, ser e fazer aquilo que eles representam, nunca sendo plenamente eficientes nessa imitação, conforme discutiremos com vagar nos próximos capítulos.

O grupo dominante dentro do campo se identifica justamente pela sua capacidade de definir como princípios de visão e divisão, justamente aqueles que eles próprios detêm, como Bourdieu explicita a respeito do campo científico: “Os dominantes (...) são aqueles que conseguem impor uma definição da ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem”. (BOURDIEU, 1983, p. 128)

Para melhor explicar o conceito, tratemos do campo jurídico: na visão da sociologia bourdieuniana, é campo jurídico todo o espaço socialmente construído de definição de sentidos propriamente jurídicos, ou seja, não apenas o ambiente dos tribunais ou as decisões judiciais – dos quais Bourdieu trata prioritariamente em seus poucos textos acerca do campo jurídico –, mas também as faculdades de Direito, o ambiente legislativo, o ambiente do poder executivo quando este define sentidos jurídicos, dentre outros. Também é essencial compreendermos que definir sentidos jurídicos, ou “dizer o Direito”, não se trata apenas da capacidade que cada uma dessas instâncias possui de influenciar as normas, mas todo o *habitus* daquele campo – os modos válidos de conduta, de vestimenta, os discursos aceitos – bem como as hierarquizações dentro de cada uma dessas categorias.

O campo social se distingue do conceito de “estrutura” tanto por não ser estanque – embora tenha uma tendência à reprodução –, quanto por não ter características instrumentalistas, ou seja, os agentes, no campo social, não são passivamente moldados pelo campo ou têm suas ações predeterminadas por este; ao contrário, as ações dos sujeitos estão em relação dialética com o campo, podendo em determinada medida inclusive influir sobre os princípios de visão e divisão prevalentes neste. Ainda mais importante, o campo social não determina as ações dos sujeitos: Bourdieu é enfático em sua tentativa de explicitar esse ponto ao buscar demonstrar que é justamente na busca pelos seus interesses pessoais – que são construídos socialmente inclusive em relação com as possibilidades objetivas oferecidas pelo campo e pelo conjunto de capitais a que o sujeito tem acesso – que os sujeitos tendem a agir de modo a propiciar a reprodução social dentro daquele campo e a reforçar os princípios de visão e divisão deste.

Também não se confundem os conceitos de campo social e de sistema social, de matriz luhmanniana, especialmente no sentido do fechamento autopoiético característico destes. O campo social, embora goze de certa autonomia, que é variável de acordo com as características específicas do campo e sua relação com os demais, não é de forma alguma fechado às influências externas. O conceito bourdieuniano escapa às tentações simplificadoras da realidade social e reconhece que o universo social que engloba determinado campo é capaz de influenciá-lo e, a depender do campo em questão, inclusive ditar mais diretamente princípios de visão e divisão a este campo. Nesse sentido, as influências do campo econômico, político e midiático sobre outros campos são especialmente relevantes e o estudo social nas áreas mais sujeitas a estes

tipos de influxo beneficia-se particularmente dessa categoria bourdieuniana. Por fim, é importante ressaltar que cada campo, tomado individualmente tende a reproduzir em certa medida as hierarquias e as relações de poder da sociedade, ainda que transfiguradas simbolicamente, de forma que o conjunto dos campos sociais formem a estrutura da sociedade.

A respeito das variações no grau de autonomia dos campos, em conferência no Instituto Nacional de Pesquisas Agronômicas francês (INRA), Bourdieu explicita no contexto do campo científico francês que tal análise perpassa, necessariamente, a identificação dos fatores externos que exercem pressão sobre o campo, e os mecanismos internos de resistência a tais pressões, restando claro que é possível que determinado campo – ou alguns de seus agentes –, não seja capaz, ou não tenha interesse, em ser plenamente refratário a tais pressões.

“Um dos problemas conexos será, evidentemente, o de saber qual a natureza das pressões externas, a forma sob a qual elas se exercem, créditos, ordens, instruções, contratos, e sob quais formas se manifestam as resistências que caracterizam a autonomia, isto é, quais são os mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas próprias determinações internas” (BOURDIEU, 2004b, p. 21)

Às categorizações e hierarquizações Bourdieu trata como princípios de visão e divisão, ou seja, as formas como determinados comportamentos ou determinadas ações são valoradas positiva ou negativamente dentro de um campo determinado. Assim, determinados *habitus* são selecionados e conferem certo capital simbólico para o sujeito que os possui ou adquire – note-se que o capital adquirido é normalmente valorado menos positivamente do que o capital previamente existente, especialmente por não vir acompanhado de outros capitais –, por exemplo, a aquisição de capital econômico não implica necessariamente na aquisição de capital cultural, social, ou simbólico – ou dos *habitus* associados aos indivíduos que possuem aquele capital econômico, o que é percebido pelos agentes do campo e valorado negativamente.

Cabe ainda tratar rapidamente do que Bourdieu denomina “campo do poder”, um campo relativamente especial porque dele participam os sujeitos que detêm poderes (ou capitais) suficiente para ocupar posições dominantes em diferentes campos e que que funciona simultaneamente como supercampo, englobando todos os demais campos sociais e que definindo os princípios de visão e divisão que categorizarão e hierarquizarão todos os demais campos em uma dada sociedade (BOURDIEU, 1996b, p. 244 e ss.). O campo do poder é especialmente importante, pois, ao estruturar as

hierarquizações mais básicas de uma sociedade, ele define a própria sociedade – pensemos, por exemplo, na definição da posição do campo religioso numa sociedade ocidental contemporânea e numa sociedade teocrática – e é a partir dessas definições que os mecanismos de homologia estrutural funcionarão de forma mais acentuada; ou seja, todos os demais campos, ao definirem suas regras e princípios de divisão têm em conta, seja para reproduzir ou questionar, as regras mais gerais estabelecidas a partir do campo do poder.

Os efeitos de homologia são especialmente importantes, tendo em vista esse efeito, devido ao compartilhamento, entre os dominantes de diferentes campos sociais – e especialmente daqueles campos que detêm maior prestígio dentro da estrutura dos campos definida no campo do poder –, de um *habitus* mais ou menos compartilhado entre todos aqueles indivíduos dominantes pertencentes ao campo do poder, que em geral usufruem de quantidades de capitais muito mais elevadas que suas contrapartes, os indivíduos pertencentes a grupos dominados.

Bourdieu trabalha com pelo menos quatro tipos de capitais: além do capital econômico propriamente dito, temos o capital cultural – geralmente associado à educação formal, às artes clássicas, dentre outros –; o capital social – contatos, acessos, exposição –; e o capital simbólico – vinculado todo tipo de gosto, predisposição, adequação de comportamento. A posição dos agentes dentro de determinado campo é dada pela quantidade de capitais de que este dispõe, de acordo com a valoração destes dentro do campo em questão. Assim, se no campo científico o capital cultural/intelectual parece ser mais relevante, deve-se levar em conta que os demais capitais também devem ser equacionados, em alguma medida, para que se determine a posição real de um sujeito dentro deste campo.

Além disso, Bourdieu verifica a possibilidade de intercâmbio de capitais dentro de um mesmo campo ou entre campos; por exemplo, um indivíduo com vasto capital social pode converter este em capital econômico em dados campos; em outra situação, agora dentro do campo político, um indivíduo com vasto capital no campo artístico ou esportivo pode converter esse em capital político, elegendo-se a despeito de não ter, a priori, o capital especificamente requerido para o ingresso naquele campo. Note-se ainda que essa conversão nunca é perfeitamente efetuada, e os agentes dentro de um campo normalmente valoram negativamente os sujeitos que realizam tais conversões, ainda que se aproveitem dessa situação.

Por fim, cabe ressaltar, para os fins específicos da linha argumentativa que aqui desenvolveremos, que as relações de poder dentro de determinado campo se dão objetivando o monopólio da violência real ou simbólica que é compreendida como legítima dentro daquele campo. Ou seja, o grupo dominante é assim entendido porque possui o monopólio das possibilidades legítimas de definir sentidos e princípios de visão e divisão dentro de determinado campo. Ao definir sentidos, como já mencionamos, o grupo dominante define como valor máximo aquilo que é próprio justamente de seus membros: os *habitus* e os capitais que possuem. Definem, por consequência, aquilo que os demais grupos terão por objetivo.

A reprodução social se dá, como veremos, justamente pela manutenção destas definições relativamente constantes, justamente porque os demais agentes dominados dentro de um campo, ao buscarem ver atendidos os seus interesses, reforçam e reproduzem as hierarquizações estabelecidas pelo grupo dominante, reforçando também, em última análise, a estrutura do campo do poder, de forma que a estrutura social como um todo se mantenha relativamente rígida ao longo do tempo.

1.3 O CAMPO JURÍDICO

Antes de aprofundarmos nosso estudo acerca da teoria da reprodução social e das formas particulares como os mecanismos de reprodução social se manifestam no subcampo legislativo, cabe posicionar a compreensão de Bourdieu acerca do campo jurídico e do subcampo legislativo, especialmente levando em consideração que o pouco trabalho do autor acerca desse tema poderia levar a entendimentos pouco precisos a respeito do que se compreende por campo jurídico.

Como buscamos definir no tópico anterior, a noção de campo se vincula a esses universos sociais particulares e que buscam determinado nível de autonomia, mas que simultaneamente estão inseridos num contexto social mais amplo e dele sofrem influências de diversos matizes. Um campo social é, então, o espaço socialmente reconhecido onde se definem sentidos (ou princípios de visão e divisão) a respeito dos temas de interesse do próprio campo. É, além de tudo, espaço de disputas sociais, nas formas reconhecidas como legítimas pelo próprio campo. Assim, o campo jurídico não poderia ser diferente: é campo jurídico todo o espaço socialmente reconhecido de disputa pela definição de sentidos do que seja jurídico, ou nas palavras do próprio autor:

“O campo jurídico é o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, quer dizer, a boa distribuição (*nomos*) ou a boa ordem, na qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de *interpretar* (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um *corpus* de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social”. (BOURDIEU, 2011b, p. 212, grifos do autor)

Essa definição nos traz os elementos essenciais do campo jurídico, enquanto também desvela algumas características importantes acerca da sociologia bourdieuniana. A primeira delas é a percepção de que o autor escreve essencialmente sobre um campo jurídico específico, como ele próprio busca sempre frisar, não há uma unidade integradora entre campos jurídicos de diferentes locais ou em diferentes tempos. Assim, para compreender sua sociologia é importante destacar que ela não é uma sociologia do universal, a sociologia do campo jurídico de Bourdieu é principalmente uma sociologia do campo jurídico francês de meados dos anos 1970 e 1980, daí que ao se referir ao ordenamento jurídico o autor se refira com particular interesse a um *corpus* de texto. Apesar dessa observação, é evidente que as estruturas de reprodução social dentro dos campos sociais, e particularmente do campo jurídico, são

de tal forma eficazes, que em boa medida há ainda uma forte homologia entre o campo jurídico estudado por Bourdieu e o campo jurídico contemporâneo francês, ou mesmo o campo jurídico em outros ambientes de cultura ocidental e de matriz de “*civil law*”.

Essa homologia pôde também ser evidenciada, embora com muitas nuances específicas características de um modelo de organização distinta da estatal, nas considerações de Dezalay & Garth (1996) sobre uma espécie de campo jurídico transnacional, especificamente em seus estudos sobre arbitragem internacional. Esses estudos são particularmente interessantes por colocarem questionamentos essenciais a respeito das possibilidades de modificação das estruturas de dominação também no âmbito internacional enquanto permanecer o campo jurídico e os juristas – e seu papel na estabilização das desigualdades – como responsáveis por realizar essa mediação entre os agentes internacionais.

A respeito da circunscrição da análise de Bourdieu ao campo jurídico francês de um período específico, é relevante tecer ao menos um comentário adicional. O ofício do sociólogo não deixa de ser marcado por seu próprio tempo: mesmo quando este se disponha a empreender um esforço de desconstrução dos pressupostos vigentes são esses pressupostos que estão em seu horizonte de análise (BOURDIEU, 2004a, p. 114) e é, portanto, significativo que a análise do campo jurídico empreendida por ele se vincule tão fortemente a uma espécie de “sociologia dos tribunais”, ou seja, a centralização do foco do campo de disputa por definições de sentidos jurídicos nos tribunais é marcante de uma determinada visão do direito que nubla outros espaços igualmente importantes de definição de sentidos jurídicos como as faculdades de Direito e as instâncias legislativas.

De particular interesse para nossa pesquisa é a compreensão do campo jurídico como todo e qualquer espaço socialmente reconhecido como legítimo para definir sentidos do jurídico, sem se perder de vista que estes espaços estão submetidos aos princípios de visão e divisão do próprio campo jurídico, que determinam as hierarquizações dentro deste espaço social, ou seja, embora toda instância de disputa por definir sentidos do jurídico seja, efetivamente, campo jurídico, isso não implica que todas essas instâncias tenham a mesma capacidade de efetivamente produzir tais sentidos. Há, indubitavelmente, determinados espaços – *e.g.* as ações dos ministros de tribunais superiores, as ações do cânon de doutrinadores, as ações dos líderes legislativos – que detêm um reconhecimento particularmente legitimador dentro do

campo, de forma que as definições produzidas por estes agentes nas disputas por dizer o direito gozam de um reconhecimento social diferenciado dentro do campo.

Em relação ao reconhecimento das produções dos doutrinadores, Dezalay verifica ao analisa-las a necessidade e a importância de se questionar as relações dos produtores de direito com os grupos sociais aos quais estão vinculados, para que se possa atentar para quais “os interesses sociais que estes agentes traduzem na forma do Direito” (DEZALAY, 1993, p. 31).

Assim, temos que o campo jurídico é este espaço social de disputas simbólicas e reconhecidas como legítimas pelos agentes do próprio campo pelo monopólio do direito a definir os sentidos do jurídico. A estruturação desse monopólio implica na construção dialógica – penso na relação campo/agente-*habitus* – de todo um conjunto de estruturas sociais e de princípios hierarquizadores que organizam desde os indivíduos que participam do campo jurídico, e que, portanto, disputam, ainda que em disparidade de forças, esse monopólio, até as instituições, os capitais e os produtos que compõem esse campo.

Dessa forma, e para que melhor possamos inserir este trabalho no contexto da sociologia de Bourdieu, é necessário que não tomemos o campo jurídico nesse contexto de uma análise das práticas mais afeitas aos tribunais. Em nossa compreensão, o campo jurídico deve ser compreendido como todo o espaço de disputa por dizer o direito, o que inegavelmente nos leva a incluir nele os diversos atores e instituições socialmente reconhecidos que participam dessa disputa. A exemplo de autores como Ponzilacqua (2015), devemos necessariamente reconhecer – no contexto especificamente brasileiro – o papel de agentes e instituições diversas envolvidas nas disputas pelo monopólio de dizer o Direito, como as Polícias, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os Tribunais, os advogados e escritórios de advocacia, a Ordem dos Advogados do Brasil, as inúmeras faculdades de Direito, os Legislativos, e mesmo as ações de agentes executivos – como o chefe de Estado e de governo e os seus ministros – quando estes atuam definindo sentidos jurídicos, por exemplo, pela edição de resoluções.

O papel das instituições de ensino jurídico no contexto do campo jurídico brasileiro vem sendo debatido por diversos autores que identificam, com certa precisão, esses ambientes como o ponto de entrada para grande parte dos agentes que virão a competir pelo direito de dizer o direito (ENGELMANN, 2006, p. 11). Embora, ressalte-se, não possamos concordar integralmente com essa visão, especialmente em face de numerosos servidores que não necessariamente gozam de uma formação

especificamente jurídica, e que entretanto têm atuações importantes dentro das instituições estatais, inclusive por vezes influenciando nas definições do jurídico, bem como a atuação marcante dos agentes legislativos, que embora indubitavelmente definam sentidos do jurídico a partir de suas ações legislativas, não necessariamente possuam uma formação jurídica. Feita essa observação, resta evidente que o campo jurídico, inclusive no que tange ao subcampo legislativo que este trabalho pretende analisar, com todas as suas peculiaridades, hierarquiza positivamente a obtenção desse capital simbólico tão específico que é o diploma de bacharel em Direito.

Assim, embora não seja requisito essencial à entrada e à permanência no campo jurídico, o título de bacharel em Direito, assim como os demais títulos e graus acadêmicos, dota seu possuidor de um capital simbólico importante e avaliado muito positivamente no interior desse campo.

Feita essa ressalva às análises que vêm nas instituições de ensino superior em Direito o portal de entrada essencial ao campo jurídico, devemos concordar com elas no sentido de que tais cursos e títulos são, de fato, uma das vias mais legitimadas socialmente de ingresso nesse campo, e um dos caminhos mais eficazes para a aquisição do *habitus* jurídico. Alguns autores, contudo, vão além, e identificam essa introjeção em momentos ainda anteriores, relacionada a uma “trajetória de vida ligada às carreiras jurídicas de familiares” (TAVES, 2012).

É, contudo, dentro do ambiente das instituições de ensino jurídico que a grande maioria dos indivíduos terá contato mais direto com os princípios de visão e divisão do campo jurídico. As disputas típicas desses ambientes, como a divisão entre um núcleo de disciplinas denominadas “zetéticas” (ou de formação básica) e um grupo de disciplinas dogmáticas (ou de formação prática), já iniciam o agente nas hierarquizações típicas do campo. Essas divisões se exteriorizam de diferentes formas, desde o vestuário dos professores de um e outro núcleo, até a sua dedicação à pesquisa e o seu sucesso econômico.

Esse princípio de divisão será marcado dentro do eixo de distinção entre teóricos e práticos do direito, que no Brasil se traduz indubitavelmente numa percepção de maior sucesso econômico dos agentes vinculados à prática jurídica – ainda que exerça também a atividade de teórico, numa cumulação de atividades típica do campo jurídico brasileiro e pouco observada por Bourdieu (1986) no contexto francês ou por Dezalay (1994) no contexto internacional. A respeito dessa cumulação é interessante a análise empreendida por Engelmann (2006, p. 27), que verifica justamente que no campo jurídico brasileiro

não concorrem “práticos” e “acadêmicos”, sendo as problemáticas juridicamente legítimas definidas no “mundo prático” na divisão dos trabalhos de advogados, magistrados e membros do Ministério Público. Para este autor, o espaço das instituições de ensino superior em Direito não se autonomiza profissionalmente em relação ao universo dos “práticos”, estando profundamente integrado a este, sendo que mesmo os esforços de autonomização acadêmica possuem como condicionantes de legitimidade científica os vínculos com este universo.

Assim, estabelece-se desde o ingresso do novo agente no campo jurídico (por este meio recorrente, a faculdade de Direito) uma distinção entre os professores-professores – vinculados às disciplinas zetéticas, a uma menor atuação mais propriamente jurídica (seja como advogado, juiz, promotor, ou outros), e a um sucesso econômico menos pronunciado – e os professores-profissionais do direito – vinculados às disciplinas dogmáticas e práticas, à atuação simultânea como professor e profissional do direito, e a um maior sucesso econômico.

Outro princípio de divisão rapidamente percebido se dá entre os profissionais do que se denomina por “direito público” e aqueles vinculados ao “direito privado”, com as hierarquizações do campo jurídico apontando para uma avaliação mais positiva em relação a estes últimos, tidos como os “verdadeiros” juristas, por estarem relacionados às disciplinas mais tradicionais do universo jurídico, em oposição a uma avaliação menos positiva dos profissionais vinculados ao “direito público”, mesmo quando o sucesso econômico destes últimos seja maior que o de alguns profissionais “privatistas”. Essa divisão clássica, já apontada por Bourdieu (2011b, p. 218) é uma instância especialmente interessante para se perceber a forma como o campo do poder influencia os campos sociais em seus princípios de visão e divisão, determinando, por exemplo, que historicamente o direito vinculado à propriedade e aos mecanismos típicos do sistema capitalista (*e.g.* sociedades empresarias, mecanismos de crédito) seja avaliado mais positivamente nas hierarquias do campo jurídico.

Esse princípio de divisão também é interessante por constituir um ambiente atual de disputas típicas do campo jurídico, entre princípios de visão mais recentes, que tentam demonstrar a necessidade de submissão do “direito privado” aos princípios constitucionais, tipicamente “públicos”, como a função social da propriedade e o direito ao meio ambiente, e os princípios de visão mais clássicos, que julgam que os princípios de direito privado, vinculados ao “direito de propriedade” devem se prevalecer. Esse, embora seja um embate que ocorre hodiernamente, não é o foco de nossos estudos, mas

é bastante útil para que se compreenda como o campo jurídico, embora marcado por seus princípios de visão e divisão, não é uma estrutura absolutamente rígida e imune às disputas. Ao contrário, uma das contribuições mais importantes do conceito sociológico de campo é justamente a percepção dessas disputas, a apropriação dessas disputas por grupos de indivíduos, e a centralidade dada aos agentes dessa disputa. É, portanto, essencial perceber que as disputas que ocorrem no campo jurídico não são meros embates teóricos, mas disputas pela legitimidade de exercício de uma linguagem, da violência e do poder (BOURDIEU, 2011b, p. 209 e ss.).

A capacidade de definir os sentidos jurídicos é um poder absolutamente real e que se traduz em capital econômico, social, cultural e simbólico para os detentores dessa capacidade, que podem, inclusive negociar esse poder no que Bourdieu define como um “mercado de serviços jurídicos”. No contexto brasileiro, esse mercado é marcado por uma hierarquia que assegura maior proeminência aos profissionais do direito identificados com alguns poucos centros de formação técnico-profissional, demonstrando como a aquisição de capital simbólico, e principalmente de capital social é determinante para o sucesso no mercado jurídico do Brasil. Por certo, uma tal desigualdade de acesso aos postos detentores de maior poder dentro da hierarquia do campo jurídico reflete-se na homologia entre o grupo dominante nesse grupo e os grupos dominantes da sociedade em geral, implicando necessariamente em um reflexo entre as desigualdades de acesso aos cargos do mercado jurídico e as relações dos operadores jurídicos com os demais setores da sociedade, em especial os grupos dominados (PONZILACQUA, 2010). Observa-se ainda um imbricamento entre o exercício de cargos públicos de prestígio e o sucesso na advocacia privada, tendo melhor desempenho econômico no campo jurídico os advogados com passagens por cargos jurídicos que lhes confirmam um capital social extremamente específico, como é o caso de ex-ministros de tribunais superiores (ENGELMANN, 2006, p. 28).

No mesmo sentido, outros trabalhos buscam demonstrar os usos dos cursos de pós-graduação em Direito nos polos tradicionais como mecanismos de resposta adaptativa dos juristas provenientes de centros de formação não-tradicionais para a aquisição de capital social e simbólico que os autorize a conquistar determinadas posições dentro do campo jurídico brasileiro (ENGELMANN, 2006).

As hierarquizações como as citadas acima exercem um tipo particular de violência simbólica sobre os ingressantes no campo jurídico, que vão adquirindo gradualmente esses mesmos mecanismos de percepção, e passam eles também a se

comportar de maneira a levar em consideração tais princípios. Esse processo de introjeção é típico dos mecanismos de reprodução social, e responsáveis pela aquisição desse “senso prático” particular ao campo social, o *habitus*. O nível de formalismo exigido para se dirigir a um ou outro professor, o distanciamento deste dos alunos, o “rigor” e a “dificuldade” associados a determinadas disciplinas, vão sendo incorporados às expectativas dos agentes, especialmente quando as expectativas relacionadas a determinados grupos vão se confirmando em outros espaços sociais do campo jurídico. Assim, por exemplo, quando em um estágio o estudante percebe o descaso dos profissionais com as considerações sociológicas ou filosóficas, ou o fechamento dos juízes a esse tipo de argumento, os princípios de visão e divisão obtidos no ambiente da instituição de ensino – a avaliação negativa das matérias “zetéticas” – vão sendo reforçados e se configurando em princípios de visão e divisão do próprio agente.

Mas não só as hierarquizações determinam a aquisição do *habitus* típico ao campo jurídico. Também é essencial a aquisição de todo um conjunto de práticas e gostos vinculados a um capital simbólico específico que é expresso pelos agentes mais bem sucedidos no campo jurídico e que precisa ser levado em consideração por todos os demais agentes, ainda quando queiram subvertê-los. Trata-se da aquisição de um conjunto de conhecimentos tácitos, no sentido da razão prática, que envolve formas de tratamento, de vestuário, de postura, de linguagem verbal e de redação, dentre outros, que se constituem numa “série de elementos simbólicos verbais e não verbais, de preferências e gostos (que devem) ser assimilada para que o neófito possa se comunicar com outros indivíduos neste universo. Tem-se, assim, uma primeira manifestação da força homogeneizante do *habitus*” (DUARTE & SOUZA, 2012).

O ciclo de reprodução social nesse ambiente acadêmico se concretiza quando os agentes que adquiriram de maneira mais eficiente o *habitus* característico do campo jurídico e, portanto, que detêm um capital simbólico e cultural mais consoante ao daqueles indivíduos que constituem o grupo dominante dentro desse campo galgam, por isso mesmo, maior sucesso dentro dele e passam eles próprios a exercerem as funções de doutrinadores, professores, supervisores de estágio, entre outras funções típicas de formação de novos quadros de agentes ingressantes no campo jurídico inculcando, eles próprios, o *habitus* que um dia adquiriram em contato com essas mesmas instâncias (CONSTANTINO & ALVES NETO, 2014).

O processo de reprodução social, entretanto, não é absoluto, e a própria noção de campo social, em cujo cerne se encontra a noção de relações de poder e disputa,

autoriza a interpretação de que hajam movimentos contra-dominantes. Nesse sentido é a visão de Engelmann a respeito da emergência de movimentos como o dos “juízes alternativos” de meados da década de 1990 no Rio Grande do Sul, que teria adicionado novas possibilidades ao repertório das interpretações juridicamente válidas até então. O autor considera que “a diversidade social dos juristas amplia o espaço de concorrência interpares, levando a (re)definições e (re)hierarquizações das tecnologias jurídicas. (...) as profissões e possibilidades de uso do direito também sofrem processo de (re)elaboração” (ENGELMANN, 2006, p. 15-16). O ponto crucial dessa análise, contudo, é perceber que os responsáveis por essas redefinições e rehierarquizações são os grupos dominantes dentro do campo jurídico, que submetem as novas possibilidades aos seus princípios de visão e divisão, posicionando aquelas que se afastam do ideário dominante, caso dos “juízes alternativos”, subalternamente dentro do campo.

O campo jurídico possui algumas características marcantes, dentre as quais emerge necessariamente uma discussão acerca de sua autonomia. Embora não seja exclusiva desse campo, há nele uma necessidade particularmente forte de manutenção de uma aparência de neutralidade e de autonomia em face de outros campos sociais, especialmente os campos políticos e econômicos. Essa característica se traduz na instituição de um *habitus* particularmente distintivo pelos agentes desse campo, bem como num forte monopólio por seus agentes das competências essenciais à entrada nas disputas do campo, inclusive pela instituição de uma linguagem própria e exclusiva destes agentes. Nas palavras do autor:

“A constituição do campo jurídico é inseparável da instauração do monopólio dos profissionais sobre a produção e a comercialização desta categoria particular de produtos que são os serviços jurídicos. A competência jurídica é um poder específico que permite que se controle o acesso ao campo jurídico”. (BOURDIEU, 2011b, p. 233)

Para além desse esforço por autonomia, que implica na produção de formas particularmente autoritárias de violência entendida como legítima, especialmente pela presença do Estado como agente jurídico com monopólio do uso da força (legítima), que pode ser inclusive identificado como imbuído de forte teor político e enquanto agente instituidor e perpetuador de desigualdades (PONZILACQUA, 2015), a narrativa jurídica busca ainda o monopólio do próprio Estado. Esse movimento se dá pela alegação de ser o Direito a forma motriz na criação de conceitos, procedimentos e formas de organização das instâncias públicas, mas especialmente pelo monopólio da capacidade de codificação desses mecanismos – a codificação é assim considerada, nesse contexto, como a forma mais sublime (e, portanto, entendida como a mais

propriamente legítima) de definição dos sentidos jurídicos permitidos ou não proibidos. A consequência mais elementar do monopólio dessa definição pelo campo jurídico é a garantia, para os agentes desse campo, de uma forma de apropriação privada do serviço público que se baseia justamente na instrução – especialmente a instrução nos saberes jurídicos – e no mérito – valorando positivamente os *habitus* próprios do campo jurídico (BOURDIEU, 2004a, p. 96 e ss.).

Em um contraponto à essa visão da relativa eficiência do direito em demonstrar socialmente uma aparente autonomia em relação ao campo político, há autores que indentificam uma aproximação entre esses campos, especialmente a partir da década de 90 no Brasil, com a chegada ao judiciário de demandas como as de grupos sociais subalternos e de ONGs, bem como pela possibilidade de controle judiciário da política, especialmente pela via das Ações Diretas de inconstitucionalidade – as ADIs. Nessa perspectiva, essa politização viria justamente da penetração de ideologias contra-majoritárias no universo das possibilidades jurídicas válidas e reconfigurariam o espaço das disputas pelo monopólio do direito de dizer o Direito (ENGELMANN, 2006, p. 41-48). Em que pese essa visão, que alguns autores denominam também por judicialização da política e politização do judiciário, há de se levar em conta que o campo jurídico ainda é amplamente refratário a interferir diretamente no campo político, como pode-se depreender das recorrentes negativas do Supremo Tribunal Federal em se imiscuir nas questões *interna corporis* do Legislativo Federal; entretanto, talvez seja um fenômeno crescente que, como veremos nos capítulos seguintes, possui adeptos entre os doutrinadores pátrios que trabalham o processo legislativo. De maior relevância, contudo, é a permanência do monopólio das definições dos limites e dos modos como esse processo se dará, caso venha a acontecer, nas mãos dos grupos dominantes do campo jurídico; ou seja, essa alteração, por si só, não altera os mecanismos de dominação simbólica e as estruturas de reprodução social existentes no campo jurídico.

Nesse ponto vale realizar uma breve digressão a propósito da noção de Estado em Bourdieu, uma vez que em sua sociologia este ganha um papel complexo, vez que o Estado é ao mesmo tempo um campo de disputas entre os agentes que o compõem, pelo monopólio do uso dito legítimo desse aparelho, mas é também agente quando as suas ações se inscrevem dentre as ações tomadas pelos diferentes agentes em sua relação com um campo social. O Estado é um campo a ser determinado pelos seus efeitos, ou seja, na medida em que nele um agente sofre determinados efeitos ou que por meio dele é capaz de produzi-los (BOURDIEU, 2004c, p. 97). Por outro lado, o Estado também

pode ser “identificado como uma estrutura objetiva, uma instituição ou agente social, que é também capaz de mobilizar práticas sociais e políticas, jurídicas ou não, a seu favor num dado contexto de tempo e segundo a posição que ocupa no espaço” (MARCHIONI, 2011, p. 27).

O Estado é esse agente *sui generis* que serve de uma maneira muito particular aos diversos mascaramentos essenciais à estrutura de legitimação de diferentes campos sociais. Em relação ao campo jurídico, é interessante notar como reputa-se a esse superagente a produção de todas as operações de totalização, normalização e categorização que objetivamente são realizadas por agentes individuais e humanos nos contextos de disputa próprios do campo, mas externalizados nessa forma asséptica como ação desse agente, o Estado. Assim se realiza uma transcendentalização das relações de forças em disputa em determinados campos sociais: será, enfim, o Estado quem imporá um padrão de percepção e um consenso sobre um conjunto de evidências compartilhadas, constitutivas de um senso comum (BOURDIEU, 2004c, p. 116).

Dessa forma o Estado se coloca como mecanismo por excelência de mascaramento sobre a arbitrariedade – no sentido bourdieuniano do termo – das escolhas realizadas nos campos sociais que detém a possibilidade de impor por esse meio particularmente eficaz e socialmente legitimado. Assim, ao Estado é atribuído, como característica intrínseca, o condão de transformar um ato arbitrário – como a lei definida em *petit comité* – em um ato de impostura legítimo, ou nas palavras de Bourdieu (2004c, p. 113), “É ele [o Estado] que, agindo como uma espécie de banco de capital simbólico, garante todos os atos de autoridade, atos arbitrários, mas que não são vistos como tais, atos de ‘impostura legítima’”.

As ações estatais, pressupostas sempre como legítimas e, portanto, detentoras de uma autoridade *per se*, ou seja, que na sociedade contemporânea dispensa maiores esforços para ser reconhecida como válida, são então ações que gozam de um conjunto de características muito próprias e são capazes de exercer violência real e simbólica com uma eficácia bastante elevada. Em última análise, o Estado é um agente capaz de mascarar violências com a maximização da aparência de legitimidade, ao mesmo tempo que é o centro instituidor da doxa nas sociedades contemporâneas:

“O Estado concentra a informação, que analisa e redistribui. Realiza, sobretudo, uma *unificação teórica*. Situando-se do ponto de vista do Todo, da sociedade em seu conjunto, ele é o responsável por todas as operações de *totalização*, especialmente pelo recenseamento e pela estatística ou pela contabilidade nacional, pela *objetificação*, por meio da cartografia, representação unitária, do alto, do espaço, ou simplesmente por meio da

escrita, instrumento de acumulação do conhecimento (por exemplo, os arquivos) e de *codificação* como unificação cognitiva que implica a centralização e a monopolização em proveito dos amanuenses ou dos letrados.” (BOURDIEU, 2004c, p. 105, grifos do autor)

Assim, discutir a apropriação deste superagente pelo campo jurídico, é dizer que as imposições desse campo comungam dos efeitos particulares de que são detentoras as ações estatais. De maneira semelhante, por estar inscrito mesmo dentro do universo de atuação estatal, as ações legislativas detêm essa capacidade de mascaramento peculiar das ações estatais, sendo impostas sob um manto de legitimidade auto-evidente, que dispensa maiores esforços. Em última análise, as ações às quais se consegue eficientemente vincular a noção de serem tomadas pelo agente-Estado gozam automaticamente de uma característica dóxica cujo desvelamento em sua verdade objetiva de imposição será sempre e necessariamente muito mais complexo, inclusive por depender, muitas vezes, de outra ação desse mesmo agente. O Estado é enfim capaz, pela unificação dos códigos (*e.g.* jurídico, linguístico, métrico), pela homogeneização das formas de comunicação e por meio dos sistemas de classificação (especialmente de acordo com idade e sexo), que se inscrevem no direito, nos procedimentos burocráticos, nas estruturas escolares e nos rituais sociais, de moldar as estruturas mentais e impor os princípios de visão e divisão que serão compartilhados pela sociedade que àquele Estado se submete (BOURDIEU, 2004c, p. 105).

Nesse sentido se dá a eficácia simbólica do Direito de não ser percebido pelos indivíduos que submete à sua violência em seu caráter justamente violento. Mas essa eficácia não se vincula somente à ideia do discurso jurídico enquanto instância autoritária e pedagógica, no sentido que discutiremos nos próximos capítulos, ou à sua concepção enquanto um discurso neutro que informa ou faz conhecer. Ela depende ainda desse consenso relativamente definitivo entorno de sua existência, que o Estado tão eficientemente estabiliza, entre aqueles que definem sentidos e delimitam visões de mundo legítimas juridicamente e aqueles que devem a elas se submeter (INDA, 1997).

Em relação aos efeitos das propriedades do campo jurídico para a sociedade em geral, é de especial interesse a sua capacidade de estabilização das desigualdades sociais (ADELMAN & CENTENO, 2005, p. 156). Esse efeito se dá tanto pela homologia quanto pela violência real e simbólica que o campo jurídico está autorizado a utilizar para impor seus princípios de visão e divisão e, em última análise, suas definições de sentidos jurídicos, especialmente a visão oficial, autorizada do mundo social. Pelo efeito de homologia o campo jurídico transborda suas próprias fronteiras ao garantir a

manutenção de princípios de visão e divisão de outros campos que ele incorpora a seus próprios. Nesse sentido, a incorporação das ortodoxias liberais, como a meritocracia e as liberdades empresariais ao conjunto de sentidos válidos juridicamente são particularmente eficazes na estabilização das desigualdades sociais, referendando discursos econômicos que atendem a interesses de grupos dominantes em prejuízo dos grupos dominados.

Consequência necessária dos efeitos de legitimação do campo jurídico, que tem por prerrogativa legalmente (e, portanto, auto) autorizada o uso do aparato repressivo estatal, é a utilização legítima da violência real e simbólica pelo campo jurídico no processo de imposição dos sentidos que define. Assim, no processo de definição dos sentidos jurídicos, que inclui a incorporação de sentidos caros aos grupos dominantes, como os citados acima, é essencial a capacidade de imposição autorizada desses sentidos. A esse processo, altamente dependente de uma interpretação social do direito enquanto instância legitimada para a produção do sentido, segue a necessária autorização (auto) concedida do Direito: sua autoridade.

Os processos pelos quais o campo jurídico é capaz, justamente na interface com o campo político, no que aqui chamamos de subcampo legislativo, de se “auto autorizar”, ou se “auto legitimar” nos seus procedimentos, são um dos focos de nosso estudo. Assim, trataremos pormenorizadamente nos capítulos que se seguem sobre as formas como o discurso oficial do campo jurídico e do subcampo legislativo são capazes de conferir autoridade a eles próprios, por meio do mascaramento dos mecanismos mais propriamente autoritários de definição de sentidos, num processo que culmina numa percepção social falseada (*méconnaissance*, no termo original) de legitimidade.

1.4 O SUBCAMPO LEGISLATIVO

Na caracterização do campo jurídico a partir dos textos bourdieunianos sobre esse tema, Ponzilacqua (2015) identifica cinco notas fundamentais deste campo: além da autonomia – ainda que relativa, como buscamos definir acima; o monopólio do poder – pelo estabelecimento de um *habitus* específico e inacessível àqueles que se encontram fora do campo, especialmente por meio da instituição de uma linguagem própria; o poder de nomeação, a doxa e a universalização – aqui compreendido como a capacidade especificamente jurídica de estabelecer, de maneiras entendidas como legítimas, o *nomos* (princípio universal legitimado e legitimador do conhecimento do mundo social), e o poder para categorizar juridicamente, ou seja, consagrar, naturalizar e neutralizar uma visão de mundo hegemônica e unívoca; a formalização e a violência simbólica – como mecanismos compreendidos como legítimos de consolidação dos meios “válidos” ou validados de obtenção dos capitais associados ao universo jurídico; e a estruturação, ortodoxia e homologia – ou seja, a estruturação do campo jurídico (e do que se denomina por ordenamento jurídico) passa a ser entendida como contribuição essencial à manutenção de toda a ordem simbólica que vai justificar e na qual se fia a ordem social.

O poder de nomeação e universalização do campo jurídico, instituidor por excelência da doxa – ou seja, a maneira de perceber as coisas como auto-evidentes – nos é particularmente caro, vez que o estabelecimento da doxa se relaciona intimamente com o caráter pretensamente pedagógico – e objetivamente violento – do Direito. Não há como se negar que a eficácia do Direito (enquanto ordenamento jurídico) em criar definições que serão tidas como visão legítima e estatalmente garantida do mundo social se dá justamente em seu caráter pretensamente pedagógico. Ou seja, o Direito precisa ser visto como uma verdade necessária à manutenção da ordem social para que possa então exercer a função de estabilizador da visão legítima do mundo e da doxa.

É em seu poder de nomeação, e consequentemente na sua capacidade de categorizar ou não categorizar – alijando, com isso, grupos inteiros de definições possíveis, mas não reconhecidas, do universo de possibilidades jurídicas e que serão, por isso, inválidas também no universo estatal – que o direito exerce sua forma de violência simbólica mais particular. A instituição das categorias que podem ser juridicamente nomeadas significa também a instituição daquilo que não é nomeável e

que, portanto, está fora do âmbito do Direito – e em última análise, fora do âmbito do próprio Estado.

Nesse sentido, o trabalho legislativo ganha especial relevo, pois a instância legislativa é o ambiente por excelência da nomeação jurídica, em ao menos dois sentidos: 1) aquilo que ingressa no universo jurídico pela via legislativa não poderá ser ignorado pelo campo jurídico; 2) a definição legislativa tem presunção de discurso legítimo, derivada de suposição de legitimidade da própria produção legislativa no que chamamos de ambiente democrático representativo (a respeito dessa presunção, ver a discussão da sessão 1.1). Sobre a essencialidade do trabalho de objetivação da norma, ou seja, da ação legislativa, sobre todo o campo jurídico, Bourdieu explica que:

“A neutralização se dá na objetivação da norma, pressuposto da autonomia do campo jurídico em relação ao mundo da política, na codificação que faz desaparecer o arbitrário que está no seu fundamento, possibilitando, inclusive, o seu ‘controle lógico’”. (BOURDIEU, 1986)

É assim que o presente trabalho busca justamente voltar os olhos a esse processo, que no esforço de autonomização do campo jurídico e de sua esterilização em relação às críticas ao campo político e sua relação íntima com o campo econômico, mascara a verdade objetiva de que a norma objetivada, o texto a partir do qual a atividade do campo jurídico propriamente dita se desdobra, é fruto desse subcampo singular que congrega de maneiras particulares os campos jurídico e político. Buscaremos nos capítulos seguintes explicitar a forma como os dois campos se imbricam e como procuram se isolar, buscando a autonomia de um e outro, e possibilitando, por meio dos mecanismos de mascaramento das decisões arbitrárias, assegurar a manutenção de determinadas ortodoxias que garantem a visão de uma certa legitimidade do direito posto (a norma).

A denominação que aqui adotamos, subcampo legislativo, se impõe pela noção de que os sentidos que as disputas deste visam definir não são necessariamente sentidos propriamente legislativos, mas justamente sentidos jurídicos e políticos. Assim, esse espaço social não se caracteriza no mesmo sentido que os campos sociais, mas integra ao menos dois outros campos sociais, o campo jurídico e o campo político. A esse propósito, como já mencionamos, é justamente por representar a confluência e o imbricamento de ao menos dois campos que buscam provar suas respectivas autonomias que o campo legislativo se apresenta como espaço privilegiado de análise dos processos de mascaramento do caráter de violência – real e simbólica – das decisões arbitrárias tomadas em seu interior. É nesse ambiente, justamente, que se pode verificar com maior

clareza o esforço por legitimar a autoridade autoconcedida do poder – jurídico, político, estatal –, e de nublá-las as estruturas de poder desse espaço, e de forma mais geral, da sociedade, que culmina com a seleção de um grupo de indivíduos que poderão competir nas formas legitimamente determinadas pelo próprio campo (e, portanto, altamente propensa a reproduzir os princípios de visão e divisão dominantes) pelo direito de dizer o direito ou a política. Inclusive pelo direito ao monopólio de definição desse tipo de seleção arbitrária tão peculiar e com uma enorme força simbólica que é a norma jurídica.

É para se entender, no sentido da sociologia bourdieuniana, que não há acaso nas estruturas de reprodução social, há arbitrariedade, ou seja, a definição de sentidos que não se lastreiam em objetividades intrínsecas. Ao contrário, a arbitrariedade se constitui justamente no fato de que os grupos dominantes selecionam os sentidos mais afins aos seus próprios princípios de visão e divisão. Consequência dessa compreensão é o fato de que todos os mecanismos, estruturas, e procedimentos estabelecidos são os mecanismos, estruturas e procedimentos mais propensos a reproduzir e a legitimar os sentidos que garantem a manutenção da estrutura social de dominação e reprodução.

Assim, a estrutura social do subcampo legislativo, bem como o esforço dos discursos no campo jurídico em se autonomizar em relação a esse subcampo, desvencilhando-se das críticas aos problemas do sistema legislativo (como fazem os argumentos de que só seria Direito a norma legislada e interpretada pelos juristas), são justamente os indícios mais profundos da violência simbólica que se busca mascarar.

Essas observações preliminares são particularmente interessantes porque em seus escritos sobre o ambiente legislativo, Bourdieu situa-a no campo político, ainda que ciente das influências desse ambiente sobre o campo jurídico – e do campo jurídico sobre esse ambiente. Novamente nos deparamos com um daqueles momentos em que é essencial situar o ofício do sociólogo em sua historicidade e espacialidade; ou seja, talvez o fato mais relevante na decisão de situar o ambiente legislativo somente no campo político seja justamente perceber esse movimento como o traço mais característico da inserção do pensador no ambiente intelectual de sua época, reverberando os princípios de visão e divisão típicos, por exemplo, do campo jurídico, que insistem em se imunizar contra o campo político, alijando o ambiente legislativo de seu interior. Negar, entretanto, que o ambiente legislativo seja componente do campo jurídico seria negar que as disputas pela legitimidade de definição de sentidos que ocorrem nas relações de poder legislativas e os seus produtos, inclusive as leis, sejam

jurídicos; ou, inversamente, aceitar que os sentidos propriamente jurídicos que resultam das disputas no interior do ambiente legislativo sejam produzidos fora do campo jurídico, o que seria um contrassenso à própria noção de campo jurídico como o espaço por excelência de definições dos sentidos propriamente jurídicos.

Assim, realizadas as observações que nos levam a situar o subcampo legislativo como um espaço social simultaneamente pertencente ao campo político e ao campo jurídico, podemos utilizar a noção bourdieuniana de “campo político”, fortemente vinculada a uma espécie de sociologia do legislativo, para nos auxiliar na compreensão do que aqui se busca definir como o subcampo legislativo.

A noção de campo, utilizada para definir o espaço político, incluído aí o legislativo, é importante por permitir a compreensão de que o processo político não se esgota nos ambientes institucionalizados de tomada de decisão (*e.g.* eleições, parlamentos, partidos políticos). De outro lado evita generalizações que vejam a política – essa que aqui discutimos, capaz de definir sentidos jurídicos e políticos de atuação do Estado, inclusive pela instituição dos princípios de visão e divisão deste – como algo presente em tudo, que retira da política sua especificidade, como se toda a sociedade efetivamente fosse um ambiente real de definições desses tipos singulares de sentidos.

Em relação ao fato do processo político legislativo não se esgotar nos ambientes institucionalizados, é importante repisar a noção, previamente discutida, de que deverão ser considerados como parte desse subcampo todos os espaços e agentes de alguma forma envolvidos ou que possam influir direta ou indiretamente nas definições de sentido e nos produtos desse ambiente. Dessa forma, além dos parlamentares e todo o corpo de servidores das casas legislativas capazes de alguma forma de influir nestas definições – não tratamos aqui somente das definições dos produtos (leis, regimentos, regulações) do ambiente legislativo, mas de todos os seus princípios de visão e divisão, incluídas as hierarquizações, os modos de ser dos diferentes grupos e as características utilizadas em sua distinção – fazem também parte deste subcampo agentes como os lobistas – ainda que informais, que parte da doutrina jurídica sobre processo legislativo denomina por “grupos de pressão” (FERREIRA FILHO, 2009, p. 265) – os grupos sociais mais ou menos organizados, os diversos agentes chamados a participar de audiências públicas – em geral: doutores, representantes de entidades ou representantes dos afetados – entre tantos outros sujeitos institucionalmente autorizados ou não, que de alguma forma são capazes de influir nas definições de sentidos legislativos.

Nesse sentido, de especial interesse o trabalho de Aguiar (2013), pesquisador e assessor técnico na Câmara dos Deputados, que buscou identificar por meio dos mecanismos institucionalizados regimentalmente os atores, dentre os próprios parlamentares, que reúnem atribuições que terminam por estabelecer uma concentração de poderes; são elas: 1) o presidente da mesa diretora da casa legislativa; 2) os presidentes de comissões parlamentares; 3) os líderes partidários e os líder de governo; 4) os relatores. O seu trabalho auxilia na compreensão de que mesmo dentre os parlamentares existem determinadas hierarquizações – uma das mais tradicionais e que não é explorada em seu trabalho é o número de mandatos exercidos, tendo em vista que os parlamentares são frequentemente reeleitos – que estabelecem grupos de parlamentares e necessariamente um grupo dominante dentro das hierarquias parlamentares.

A outra importância da aplicação do conceito de campo aqui é a percepção de que o espaço político não é dado. A historicização e circunscrição espacial da noção de campo político permite que nos desvinculemos de interpretações universalizantes do político e o identifiquemos em suas características permanentemente moldado e remoldado nas disputas de poder entre os agentes que o integram. Por fim, evita que se retire do fazer legislativo os agentes que são justamente os responsáveis por todas as ações que ali ocorrem – como na propensão reducionista do fazer legislativo às normas auto estabelecidas pelos regimentos internos dos parlamentos. De fato, é um subcampo estruturado, com suas hierarquizações próprias e seus princípios de visão e divisão que privilegiam determinadas visões de mundo e impedem o ingresso ou a participação efetiva de determinados grupos que lhe são estranhos.

No sentido dessa última observação é especialmente interessante os efeitos da nomeação próprio do campo jurídico e que se impõe, no subcampo legislativo, como instituidor de determinados princípios de visão e divisão que impedem a participação de grupos inteiros das disputas desse campo, bem como hierarquizam os grupos legitimados à disputa, conferindo a determinados grupos uma capacidade argumentativa muito superior àquela dos demais grupos, inclusive pela capacidade de universalização das suas demandas (MIGUEL, 2014, p. 217).

“O campo exclui, na medida em que estabelece um dentro e um fora. É mais do que ter ou não ter acesso aos espaços formais de tomada de decisão (no caso da política); é a distância entre aqueles socialmente considerados capazes de intervir no debate político e a massa dos que devem se abster de tentar participar, porque eventuais tentativas não serão levadas a sério.” (MIGUEL, 2014, p. 221)

O próprio Bourdieu, ao definir os traços marcantes do *habitus* político nota os traços do que Miguel denomina por democracia elitista (ver tópico 1.1), inclusive na exigência de uma preparação especial que inclui um conhecimento ou um *corpus* de saberes específicos sobre as discussões políticas mais relevantes para aquele ambiente, bem como do domínio de certas linguagens, especialmente aquelas às quais ele se refere como a “linguagem do tribuno” – o modo específico e eficaz de se dirigir aos profanos (sujeitos externos ao campo políticos) – e a “linguagem do debatedor” – utilizada na relação entre os profissionais (BOURDIEU, 2011b, p. 168). Assim, os agentes que detêm esses capitais culturais e simbólicos em menor quantidade estarão sempre e necessariamente em posição hierarquicamente inferior àqueles que as possuem em maior quantidade, mesmo que os parlamentares sejam normativamente entendidos dentro de uma visão de igualdade formal entre si.

No caso específico do legislativo brasileiro isso pode ser facilmente identificado, inclusive historicamente, com a presença de indivíduos que conduzem os trabalhos parlamentares, concentrando poderes distintivos em relação aos demais parlamentares. É o caso das atuações de determinados sujeitos, que nesse campo recebem o nome de líderes, observável desde o período imperial (PEREIRA, 2010, p. 211). Ou mais recentemente as figuras das lideranças e dos presidentes – da mesa diretora e de comissões (AGUIAR, 2013).

Bourdieu segue identificando características típicas dos agentes pertencentes ao subcampo legislativo, ao notar que os ritos de passagem típicos desse ambiente tende “a inculcar o domínio prático da lógica imanente do campo político”, impondo aos ingressantes a submissão às hierarquias, aos valores e mesmo às censuras típicas dele (BOURDIEU, 2011b, p. 168). Mas acima de tudo identifica a imposição de um comprometimento com as regras do jogo desse campo, ou seja, para fazer parte desse ambiente tão singular, a partir do qual se postula que seja possível modificar as estruturas de reprodução social de toda a sociedade através do Direito ali produzido, é necessário principalmente comprometer-se com esse ambiente, conformando-se a ele:

“Este sentido do jogo político que permite que os políticos prevejam as tomadas de posição dos outros políticos é também o que os torna previsíveis para os outros políticos (...) prontos a desempenhar com constância e sem surpresas nem traições o papel que lhes cabe na estrutura do espaço de jogo. Nada há que seja exigido de modo mais absoluto pelo jogo político do que esta adesão fundamental ao próprio jogo, *illusio*, *involvement*, *commitment*, investimento no jogo que é produto do jogo ao mesmo tempo que é a condição de funcionamento do jogo.” (BOURDIEU, 2011b, p. 272)

Em sua visão, nada é mais indicativo desse comprometimento exigido dos membros desse ambiente do que a tendência de defesa intransigente dos mecanismos e das regras do jogo do campo político encampada por todos os seus agentes quando o próprio campo é ameaçado.

Dessa forma podemos divisar o subcampo legislativo como um espaço relativamente refratário à entrada de agentes que não comunguem de seus mecanismos de funcionamento e princípios de visão e divisão. Não obstante, é inegável que ocasionalmente o sistema eleitoral possibilite a chegada de certos sujeitos que causam estranhamento pelo seu distanciamento de tais princípios. Assim como nas discussões acerca de cotas legislativas para grupos sociais, o que parece claro na compreensão desse espaço como subcampo legislativo é que as hierarquizações presentes nesse espaço imediatamente valoram negativamente os discursos e os valores desses novos agentes, que terminam por ter de optar por: ou moldar os seus discursos e valores aos discursos e valores vigentes, ao menos em certa medida, buscando adquirir o *habitus* dominante – num esforço que jamais será plenamente eficaz – e com isso, em última análise, reafirmando esse *habitus*; ou buscar uma participação a partir dos seus próprios valores e *habitus*, exaltando-os, num esforço que em geral tem como consequência mais comum a sua hierarquização nas categorias mais inferiores do campo, ou em nichos extremamente específicos, com a sua presença mesmo sendo questionada a todo momento. São essas justamente as conclusões de estudos que analisaram as possibilidades reais de atuação das mulheres parlamentares no legislativo brasileiro (MIGUEL & FEITOSA, 2009).

De uma forma ou de outra, a compreensão desse ambiente enquanto subcampo legislativo imprime um desafio adicional às teorias que visam superar os questionamentos mais comuns a respeito da representação, especialmente aquelas que se fiam na simples presença de membros de grupos dominados (ou mesmo totalmente excluídos) nas fileiras de representantes, bem como aquelas que partem de referenciais deliberacionistas supondo que a racionalidade dos argumentos seja capaz de suplantar as divergências. O que essa noção deixa claro é que esses mecanismos são insuficientes, seja porque o campo se esforçará para incorporar essas novas visões de mundo a partir dos interesses dos grupos dominantes, selecionando as concessões possíveis de serem feitas e reservando-se o monopólio dos elementos que lhes forem mais caros e mais essenciais à aquisição dos diversos tipos de capital; seja por deixar claro que não há uma única racionalidade, e quando se perde de vista que haja uma hierarquização das

racionalidades, valorando-se positivamente a racionalidade (e inclusive o discurso) dos agentes mais próximos do grupo dominante e negativamente as racionalidades (e os discursos) dos agentes mais afastados desse mesmo grupo dominante.

A esse respeito cabe ressaltar brevemente que a teoria bourdieuniana não nega os efeitos de distensão do *habitus* de um determinado campo pela incorporação de visões de mundo antes completamente alijadas dele; o que se busca desvelar é uma certa ingenuidade de determinadas teorias que reputam ser esta a forma principal, ou mesmo ou mecanismo particularmente eficaz de modificação das estruturas do subcampo legislativo. Nesse mesmo sentido, Miguel (2014, p. 233) discutindo o caso das mulheres no parlamento brasileiro admite que a exclusão sistemática de cerca de 10% dos parlamentares parece mais fácil do que se houvesse a presença de 50% de mulheres parlamentares. Mas considera que “volume importa, mas não resolve”, atentando-se para o fato de que os mecanismos de exclusão e cooptação preexistentes à entrada dessas mulheres no legislativo permanecem ativos e, portanto, o ingresso é apenas um passo no sentido de se conquistar uma re-hierarquização desse espaço capaz de promover maior equilíbrio no exercício do poder político. E defende-se de argumentos que pudessem tentar vincular essa observação a características naturais das mulheres ou de seu interesse particular por tais temas:

“A circunscrição da fala legítima das mulheres a estes últimos [a determinadas temáticas] não é efeito de uma perspectiva própria delas, mas da percepção estereotipada sobre quem são e como se situam na sociedade. A persistência dos estereótipos contribui para restringir a penetração das perspectivas minoritárias, de antemão consideradas pertinentes apenas em relação a um conjunto específico e limitado de questões. O efeito combinado e de reforço mútuo de estereótipos e do *habitus* é a principal barreira à efetivação do potencial igualitário da ampliação da presença das perspectivas dos grupos dominados” (MIGUEL, 2014, p. 233-234)

Dito de outra forma, não se postula aqui que mecanismos que visem à distensão do subcampo legislativo pela via de reformas que garantam a presença de grupos dominados seja irrelevante, mas sim que é preciso precaver-se para que essa presença – cuja insuficiência na redistribuição de poderes e na rehierarquização do espaço já procuramos demonstrar – não sofra uma apropriação discursiva pelos grupos dominantes no sentido de retirar das relações comunicativas “as relações de força que nelas se efetivam sob uma forma transfigurada” (BOURDIEU, 1997, p. 81). É dizer, para que esse esforço pela presença seja cooptado pelo grupo dominante e apresentado como argumento suficiente para provar novamente a legitimidade do modelo que então se apresente, mascarando a verdade objetiva dos princípios de visão e divisão que

permanecem em pleno funcionamento e criam hierarquias que impedem que a presença se traduza em efetiva igualdade (no sentido de compartilhamento de quantidades equivalentes de capitais) que garanta a todos a possibilidade plena de reconhecimento.

Essa discussão é particularmente relevante uma vez que o subcampo legislativo é um espaço de disputas bastante específica sobre, entre outros temas, a alocação estatal, e portanto entendida como legítima, de poderes, recursos e prestígio social. Ou seja, é o subcampo onde ao menos uma parte significativa das disputas se dão pelo monopólio da legitimidade de distribuição dos diversos tipos de capitais pela burocracia estatal. Considerando-se a limitação dos recursos estatais, as disputas nesse subcampo nem sempre tratam de meras divergências sobre visões de mundo, mas divergências mutuamente excludentes sobre a alocação e distribuição de capitais, de forma que quase nunca é possível um consenso no sentido das teorias deliberacionistas.

Se o campo jurídico é relativamente eficiente em promover uma visão de sua atuação como autônomo e neutro, o mesmo não pode ser dito acerca do subcampo legislativo. Marcado pelo encontro de dois campos: o jurídico e o político, esse subcampo vem sofrendo um crescente desprestígio social e é alvo de intensa desconfiança, como já buscamos enfatizar, parcialmente devido à percepção de sua permeabilidade a influências de outros campos, notadamente o econômico. A aparência de autonomização do Direito em relação ao campo econômico é notada por diversos estudiosos, sendo esta cisão necessária à manutenção de uma aparência de neutralidade do campo jurídico: “a relativa autonomização em relação à política e a grupos sociais identificados a uma expertise, como os economistas e os contabilistas, é um dos pressupostos da legitimidade do poder dos juristas” (ENGELMANN, 2006, p. 20).

Nesse sentido, são interessantes as análises que mostram a susceptibilidade dos legislativos de países como o Brasil à expansão das ortodoxias jurídicas estrangeiras, especialmente as de matriz liberal. Algumas delas apontam que os fluxos comerciais internacionais implicam também em um fluxo de tecnologias, inclusive jurídicas, impelindo inclusive reformas legislativas e judiciárias (DEZALAY & GARTH, 2002;2005). Cabe ressaltar, entretanto, que no contexto da sociologia do campo jurídico, esse movimento de importação nunca é perfeitamente eficaz; a apropriação local das ortodoxias impostas é sempre uma apropriação a partir dos princípios de visão e divisão dominantes nos campos sociais locais, de tal sorte que mesmo as importações mais diretas de conceitos e institutos implicam sempre em um certo nível de ressignificação local para adequar o novo ao pré-existente (GARTH, 2016).

2 A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

A teoria da reprodução social, uma das mais conhecidas contribuições da parceria entre Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron marca a sistematização da teoria da violência simbólica na sociologia francesa. Essa sistematização foi possível pelo enorme volume de dados coletados acerca do sistema educacional francês – ou do campo pedagógico francês – pelos autores e seus colaboradores, permitindo que se realizasse então essa investida teórica no que seriam os mecanismos relativamente conservados de reprodução social.

Digo relativamente conservados porque os autores têm consciência de que esse conjunto de mecanismos que puderam observar está localizado, histórica e espacialmente, na França dos anos 1960 – a obra foi originalmente publicada em 1970. Entretanto, os autores também afirmam estarem diante de certos “princípios que, por sua generalidade, autorizariam outras aplicações” (BOURDIEU & PASSERON, 1992).

Assim, na síntese bourdieuniana que busca superar o embate entre estruturalismo e construtivismo surgem as noções já trabalhadas de campo e *habitus* que se estruturam simultânea e constantemente, numa relação dialética, mas que ao podem ser analisados objetivamente por se apresentarem relativamente estáveis justamente pela tendência à reprodução social.

Dessa forma, na visão sociológica de Bourdieu, aquilo que, de fato, pode ser melhor organizado de forma sistemática é o conjunto dos mecanismos que atuam genericamente: 1) na seleção do conjunto de arbitrários que serão impostos; 2) na imposição; 3) na legitimação dessa imposição; 4) na sua manutenção ou reprodução. A prática real desses mecanismos deve ser descrita pelo trabalho sociológico necessariamente adstrito a uma temporalidade e uma espacialidade específicas que não são jamais definitivas ou extensíveis, sem as necessárias adequações, a outros campos, outras sociedades ou outros momentos históricos.

Outra observação essencial à melhor compreensão das análises bourdieunianas é aquela que o próprio autor tece nas notas introdutórias ao livro “A reprodução: elementos para uma teoria do ensino”, de que não se deva compreender os efeitos objetivos das ações individuais como produtos de ações necessariamente intencionais, conscientes e voluntárias dos indivíduos ou dos grupos, especialmente quando há um esforço para demonstrar que um dos efeitos do mascaramento (dissimulação ou

desconhecimento da verdade objetiva da violência simbólica) é justamente que o agente sujeito a esta violência não perceba que esteja sofrendo, e inclusive tenda a reproduzi-la, de acordo com suas possibilidades, mas sem uma necessária intencionalidade de fazê-lo.

O que Bourdieu e Passeron buscam alertar, aqui, é justamente para o fato de que parte da violência simbólica exercida por determinados agentes, não é outra coisa senão o efeito da violência simbólica que sobre ele se exerceu, e a tendência à sua reprodução social. Não no sentido de eximir o sujeito violentador de sua parcela de responsabilidade por reproduzir um arbitrário cultural que inclusive raramente é o arbitrário cultural de seus grupos de origem, mas para que se possa perceber que – na visão de Bourdieu – o melhor caminho a se tomar no combate a estes mecanismos de reprodução é justamente o desmascaramento das violências, que poderiam contribuir para que o agente, repensando sua práxis possa buscar meios de dirimir os efeitos de tal violência nela.

Essa posição, eu nosso entendimento, viria a ser repensada ao longo de sua carreira acadêmica, especialmente quando Bourdieu se depara com a resistência dos agentes a aceitarem o caráter violento de suas ações ou de repensarem as práticas; bem como com a capacidade dos grupos dominantes em criarem novos mecanismos de dominação que reacomodem as novas tendências sem que o quadro geral de violência seja modificado, mas segue como uma espécie de norte utópico da teoria da reprodução social, que reproduzimos na epígrafe deste texto, essa possibilidade de desvelamento das violências simbólicas como forma de combatê-las.

Antes de nos voltarmos à análise desta teoria, para melhor compreendê-la, é essencial que nos detenhamos ao menos introdutoriamente na análise de um de seus conceitos centrais, o de seleção arbitrária. Por seleção o autor denomina toda definição de sentido, ou genericamente toda escolha, realizada no contexto de um espaço social (campo), e que tenha a capacidade de afetar outras pessoas por meio de algum mecanismo de imposição – seja pelo uso da força em si, ou por mecanismos mais sutis, ou propriamente simbólicos. O sentido de “arbitrário”, por sua vez, não deve ser compreendido como aleatório – o que de fato não é – mas que essas seleções não se ligam a nenhum tipo de princípio lógico universal, muito menos possuem relação com alguma “natureza das coisas” ou com uma suposta “natureza humana” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 23, as aspas estão presentes também no texto original).

Como salientamos previamente, isso não significa que esta seleção seja gratuita. Toda sociedade, e todo grupo dentro de uma sociedade, por processos internos,

selecionam arbitrariamente os sentidos que lhe definem, sendo estas seleções precisamente o que lhes confere particularidades. Tais seleções de sentidos, definidora de culturas, é sociologicamente necessária para a auto identificação de um grupo enquanto tal. Isso se dá precisamente porque uma cultura deve sua existência às condições sociais específicas daquele grupo, e sua inteligibilidade à coerência e às funções da estrutura dos significados selecionados para os indivíduos que a comungam. Há, portanto, uma relação dialética necessária entre a “cultura do grupo” e o próprio “grupo” e precisamente por essa razão, embora a seleção dos sentidos seja arbitrária no sentido que identificamos acima, ela não deve ser entendida como gratuita ou simplesmente aleatória, uma vez que guarda íntima relação com os contextos histórico-sociais de sua ocorrência.

A compreensão do sentido especificamente dado por Bourdieu & Passeron no uso da expressão “seleção arbitrária” é especialmente importante, uma vez que só é possível compreender a natureza violenta de uma ação que vise inculcar determinados sentidos, na medida em que também se compreenda que tais sentidos são arbitrariamente selecionados por grupos específicos, e que a inculcação de sentidos exteriores ao grupo, como ocorre no contexto pedagógico pela seleção de sentidos e conteúdos afins aos de grupos socialmente dominantes, será sempre uma ação dotada de algum tipo de violência.

“Definir o arbitrário cultural pelo fato de que ele não poderá ser deduzido de nenhum princípio, é apenas mostrar, graças a esse *constructum* lógico desprovido de referente sociológico e, *a fortiori*, psicológico, o meio de constituir a ação pedagógica em sua verdade objetiva [de violência]; e, igualmente, o meio de colocar a questão sociológica das condições sociais capazes de excluir a questão lógica da possibilidade de uma ação, que só pode alcançar seu efeito próprio quando se encontra objetivamente desconhecida a sua verdade objetiva de imposição de um arbitrário cultural.” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 13)

A partir desses referenciais, a teoria da reprodução social busca então elucidar os mecanismos – específicos do campo pedagógico francês dos anos 60, mas em alguma medida aplicáveis em outros contextos por efeitos de homologia estrutural – que levam à seleção, ao estabelecimento, à legitimação e à reprodução de um arbitrário cultural (ou simplesmente de uma cultura) dominante, e ainda compreender as relações de dominação que se estabelecem entre as culturas dos diversos grupos sociais num contexto de disputa e de relações de poder – ou numa visão mais propriamente marxista de “luta de classes/grupos”.

Tais mecanismos não podem deixar de ser vistos no contexto mais amplo das relações de poder que permeiam uma sociedade, o que deixa claro que para que se possa inculcar um arbitrário cultural, especialmente um arbitrário cultural distinto, como é o dominante para os dominados, é necessário o uso de algum tipo de violência. A esse respeito, a teoria bourdieuniana trata a violência a partir da categorização de ao menos dois tipos distintos – mas jamais excludentes – de violência: a violência física e a violência simbólica. Serão elas que determinarão o resultado das relações de poder dentro de uma sociedade, e que são capazes de impor as seleções arbitrárias de um grupo sobre outro.

A violência física pode ser definida pela utilização de métodos diretos de persuasão, sejam eles a força em si, ou a ameaça de seu uso; por sua vez, a violência simbólica é aquela que definida justamente por não ser percebida como uma violência pelo indivíduo a ela submetido – e por vezes, especialmente num contexto de “cadeia de violência simbólica”, também não é reconhecida como tal pelo indivíduo mesmo que a aplica.

É interessante observarmos que dificilmente um grupo é capaz de impor seu arbitrário cultural sobre outro sem o uso concomitante destes dois tipos de violência. Por esta razão, é essencial compreendermos que embora essencialmente distintos, eles convivem em toda sociedade, e são usados em proporções diferentes em momentos e sociedades distintos. Cabe ressaltarmos que, na visão aqui tomada, a violência real tem efeito imediato e efêmero, cessando sua capacidade impositiva tão logo cesse a violência. Se a violência real tem uma capacidade de imposição a longo prazo, é justamente porque toda violência real possui ainda um caráter de violência simbólica, essa sim capaz de inculcar arbitrários culturais a longo prazo.

A violência simbólica ocorre sempre que uma seleção de sentido é inculcada em um indivíduo sem que este tenha a consciência de que isso está sendo feito. Para tanto, ela deve ocorrer sempre num contexto de aparência de legitimidade do agente que a realiza sobre os indivíduos-alvo. É interessante notarmos que justamente por não ser percebida como uma violência, este mecanismo possui uma forte capacidade de reprodução social, pois ele se autolegitima, e os indivíduos-alvo passam a aceitar aquela seleção arbitrária como algo natural. Nas palavras do próprio autor:

“Todo poder que exerce violência simbólica, ou seja, todo poder que é *capaz de impor significações e impô-las com aparência de legitimidade, escondendo as relações de poder que são a base da força destes sentidos*, adiciona sua própria força simbólica para aquelas relações de poder.” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 4, grifos nossos).

Apesar da categorização dos dois tipos de violência, parece claro que nenhuma relação social possa se basear exclusivamente em um ou outro tipo de violência – especialmente na violência física. A proporção em que um ou outro tipo de violência é utilizado parece variar de acordo com vários fatores sociais, sempre garantindo que a inculcação do arbitrário cultural dominante seja realizada de forma a ser socialmente percebida pelos grupos sujeitos a ela da maneira mais “natural” e “legítima” possível. Assim, mesmo em uma mesma sociedade, pode-se perceber diferenças no uso de um ou outro tipo de violência; a pensarmos no contexto do uso da força estatal no Brasil podemos perceber claramente que a utilização dos meios de violência física são reservados principalmente aos grupos sociais percebidos – no sentido dos princípios de visão e divisão do grupo dominante – como os níveis mais baixos da “hierarquia social”. Aos grupos cujo arbitrário cultural é mais próximo daquele dos grupos dominantes, o uso preferencial é da violência simbólica, mais sutil, que permite cooptar tais grupos, especialmente por formas de discurso que garantam a manutenção de uma expectativa de ascensão social – penso, por exemplo, no discurso meritocrático.

Por fim, é interessante notarmos que, ao contrário do conceito marxiano de capital, o conceito redesenhado por Bourdieu é mais amplo, e alberga a importância de outros tipos de valores dentro de uma sociedade. Por esta razão, cunham-se termos como “capital cultural”, “capital social” e “capital simbólico”, que são distintos do “capital econômico” por possuírem outras formas de aquisição e acumulação; mas se aproximam no sentido de que é o grupo dominante o detentor da grande parte de todos estes tipos de capital.

Os grupos dominados, em sua busca por acumular os diferentes tipos de capital, baseados nos ditames das seleções arbitrárias realizadas pelo grupo dominante, terminam por se conformar a reproduzir o sistema cultural que confere a aparência de legitimidade à cultura dominante e, desta forma, as próprias ações dos grupos dominados terminam por legitimar o sistema dominante, reproduzindo-o.

2.1 A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL E O CAMPO PEDAGÓGICO

2.1.1 A Ação Pedagógica

O axioma central que perpassa toda a teoria da reprodução social é a ideia de que “todo poder de violência simbólica (...) acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de forças” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 19). Esse enunciado conciso transmite conceitos essenciais que perpassarão necessariamente todas as proposições dessa teoria. O primeiro deles é justamente de que se trata de uma sociologia baseada numa sociedade constituída em relações de força, ou seja, todas as definições socialmente legitimadas estão em disputa – ainda que marcadamente desigual – entre grupos ou classes de agentes, em espaços definidos – essas definições também estão em disputa. Nesse contexto de luta o poder de violência simbólica, ou seja, o poder capaz de impor significações de formas entendidas socialmente como legítimas e, portanto, dissimulando as relações de força e a violência que o caracterizam, sempre irá somar sua própria força às relações de força existentes, reforçando o estado das relações, ou seja, sua reprodução. Esse axioma central explicita o efeito aditivo da violência simbólica, que se dá sempre socialmente pelo conjunto de indivíduos que contribui para seu reforço e legitimação. Não que se deva entender a violência simbólica como uma ação realizada necessariamente de forma isolada – por um único indivíduo – ou de forma plenamente consciente – em certa medida, no sentido de se vincular às razões práticas, ela nunca será completamente consciente.

Lançados esses pressupostos, segue-se a noção de que toda ação pedagógica (AP) é objetivamente uma violência simbólica, uma vez que é sempre a imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 20). Bourdieu posteriormente generalizaria esta ideia em sua obra, ao ponto de não apenas perceber que todas as relações de comunicação são sempre relações de poder, mas aprofundando essa noção:

“(...) não basta notar que as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material e simbólico acumulado pelos agentes (...). É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam (...)” (BOURDIEU, 2011c, p. 11)

Neste tocante, pouco importa quem é o agente (sujeito ativo), ou mesmo qual é o conteúdo de certa AP, pois esta será sempre um tipo de violência simbólica: seja a educação familiar, a educação institucionalizada, ou a educação difusa – aquela realizada pelos membros educados de uma formação social sobre os menos instruídos. Também pouco importa o conteúdo da AP, vise ela à reprodução de arbitrários culturais dominantes ou dominados – note-se, entretanto, que a magnitude da violência simbólica será tão maior quanto maior for a distância entre o arbitrário cultural previamente inculcado sobre o indivíduo – aquele vinculado ao grupo social ao qual pertence – e o arbitrário cultural a ser imposto. Ainda que se busque reduzir ao máximo o uso da violência física, para se mascarar o caráter impositivo da ação pedagógica, ou ainda que a ação do agente busque parecer ser o menos impositiva possível, será sempre, objetivamente, uma violência simbólica.

Toda AP será sempre uma violência simbólica em ao menos dois sentidos. O primeiro deles é no sentido de que há um poder arbitrário que fundamenta essa ação, poder esse derivado da relação de força entre os grupos aos quais pertencem os agentes envolvidos na relação. Sem um poder arbitrário que confira autoridade a um dos polos da comunicação – o agente ativo da AP – dando legitimidade ao conteúdo, e à forma de transmissão deste, que ele busca impor como legítimo, a ação não seria efetiva. É importante notarmos que a violência simbólica se define e é, por isso, precedida de um poder simbólico de um grupo sobre o outro. Este poder arbitrário definirá o arbitrário cultural que será imposto pelas APs, mas também limitará os tipos de ações legítimas que poderão ser exercidas de forma aceitável, ou seja, as relações de poder definirão, a partir do arbitrário cultural do grupo dominante, os tipos de ações que poderão ser exercidas sem que a legitimidade desta ação seja questionada.

Por ser baseada em um poder simbólico, a AP sempre só poderá produzir seus efeitos propriamente simbólicos numa relação de comunicação que não seja cultural e socialmente compreendida como violência, e não podendo, portanto, se reduzir à força física pura e simples. Por essa mesma razão “a AP não pode produzir seu efeito próprio, isto é, propriamente pedagógico, senão quando são dadas as condições sociais da imposição ou da inculcação” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 22); ou seja, ela só poderá produzir os efeitos de inculcação de um arbitrário cultural no contexto e na forma socialmente reconhecida como legítima para tal. Nesse ponto temos a primeira vinculação necessária entre legitimidade e violência, ou seja, a violência simbólica só será efetiva (e portanto só será violência simbólica propriamente denominada) quando

ocorra na forma e com os conteúdos que garantam que esta comunicação será compreendida socialmente como legítima – ainda que gere reações contrárias.

As observações acima levam necessariamente à conclusão de que as APs não podem se dar de qualquer forma; o mascaramento da violência simbólica dependerá de que esta seja exercida de uma determinada forma, e que imponha determinados conteúdos, que embora possam ser arbitrários não poderiam ser aleatórios. Uma característica essencial da violência simbólica – não ser percebida enquanto violência – implica que a forma e o conteúdo inculcado precisam estar no horizonte de possibilidades – e muito comumente no horizonte de expectativas positivas – para que se dê de maneira eficiente. Assim, há uma necessária disputa também por essas formas e conteúdos que poderão ser inculcados, com uma consequente hierarquização que, segundo a teoria da reprodução social levará à valoração positiva daquilo que “corresponde o mais completamente, ainda que sempre de maneira mediata, aos interesses objetivos (...) dos grupos dominantes” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 22).

Este processo de seleção busca sempre maximizar a aparência de legitimidade da ação e a naturalização do conteúdo imposto, de forma a ampliar a eficácia da inculcação de sentidos. O que implica em que nem sempre o modo mais direto de imposição será selecionado, especialmente em sociedades em que as formas de violência mais diretas tenham sido colocadas em cheque; apesar disso, a seleção sempre beneficiará os grupos dominantes valorando positivamente aquilo que lhes é próximo e portanto definindo como de maior valor aquilo (capitais culturais e simbólicos) que eles já detém ou possuem maiores condições e propensões para adquirir.

Essa proposição sumariza a tese do arbitrário cultural dominante, ou seja, embora não se dê de maneira direta, toda seleção, nos diversos campos sociais, tendem a definir como positivos os sentidos e os princípios de visão e divisão que atendam, ao menos mediatamente, aos princípios de visão e divisão do grupo dominante. Essa também é a base da homologia estrutural que permitem que determinados esquemas de seleção – e.g. a meritocracia – sejam utilizados em todos os campos sociais, ainda que com nuances determinadas por particularidades de cada espaço social, e seja sempre compreendido como um princípio de divisão legítimo, sem que as críticas a ele – e a teoria bourdieuniana é pródiga em tais críticas – sejam capazes de lhe retirar esse atributo.

Cabe ressaltar que as APs dos grupos dominados nunca serão exatamente aquelas do grupo dominante, uma vez que ocorre em um ambiente social distinto. Entretanto, como há uma disputa constante por poder, e almeja-se sempre a posição de grupo dominante, as ações pedagógicas dos grupos dominados terminam por objetivar uma semelhança com a AP do grupo dominado, que é compreendida como a mais vantajosa (por possuir maior valor no mercado simbólico). Neste processo de busca pela replicação da AP dominante, contudo, os dominados nunca poderão ser tão eficientes quanto os dominantes. Isso ocorre porque o capital cultural dos sujeitos-alvo será distinto para cada grupo considerado, logo, a AP do grupo dominante – ou aquelas que se baseiem nela num processo de mimese – será, muito possivelmente, mais eficientemente assimilada pelo grupo mais afim desta, ou seja, o próprio grupo dominante.

O segundo sentido segundo o qual toda AP é objetivamente uma violência simbólica é que a delimitação das imposições de sentido dignas de serem inculcadas implica na seleção de um arbitrário cultural como superior aos demais, vez que será aquele que poderá ser legitimamente imposto. Além de uma seleção, esse mecanismo determina também uma exclusão correlativa de todos os demais sentidos possíveis como menores ou indignos. Ou seja, as seleções que levam ao arbitrário cultural dominante determinam também os arbitrários culturais relegados às posições dominadas, o que em boa medida também define a posição social que será entendida como devida aos grupos detentores desses arbitrários culturais dominados.

“Numa formação social determinada, o arbitrário cultural que as relações de força entre os grupos ou classes constitutivas dessa formação colocam em posição dominante no sistema dos arbitrários culturais é aquele que exprime o mais completamente, ainda que mediatamente, os interesses objetivos (materiais e simbólicos) dos grupos ou classes dominantes.” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 23-24)

De importância em relação ao arbitrário cultural dominante é que sobre ele atuarão toda sorte de mecanismos que geram efeitos de neutralização, de naturalização, de eternização. O que Bourdieu denomina por “amnésia da gênese”, ou seja, a des-historização dos sentidos dominantes e das leituras legítimas da própria história exercem um efeito específico sobre as seleções de sentido dominantes que ao filtrarem até mesmo o conhecimento existente por seus princípios de visão e divisão são capazes de naturalizar e eternizar tais seleções. Dessa forma, apesar do arbitrário cultural que é elevado à condição de dominante expresse sempre os interesses do grupo dominante, isso se dá de maneira dissimulada, de forma a mascarar a realidade da arbitrariedade por

uma aparência de naturalidade ou racionalidade, para que seja cultural e socialmente aceito como legítimo.

Esses dois sentidos da arbitrariedade de uma AP – ser um poder derivado de uma relação de forças e definir um arbitrário cultural como legítimo – nos leva à terceira observação essencial sobre as APs, que é o fato de que o poder de inculcação de uma ação pedagógica será maior quanto maior for a legitimidade socialmente construída em torno daquilo que ela impõe (arbitrário cultural). É dizer que quanto mais próximo da forma e do conteúdo valorados positivamente – e, portanto, alçados à posição de arbitrário cultural dominante – for uma AP, maior será também o seu poder de inculcação. Isso se dá por diversas razões, dentre elas as expectativas dóxicas dos sujeitos que sofrem a inculcação, mas também por força daquela relação já mencionada de desejo do dominado em adquirir os capitais próprios do grupo dominante, de forma que toda ação que vise inculcar sentidos que sejam compreendidos enquanto pertencente àquele grupo terá maior eficiência por o mascaramento da violência simbólica ser mais efetivo.

Nesse sentido, a adequação da cultura aos objetivos da classe dominante majora o poder de imposição de uma ação pedagógica qualquer, na mesma medida em que esta também se adeque àqueles objetivos e na medida em que os agentes inculcados percebam a adequação da AP ao arbitrário cultural dominante. A consequência, a contrário senso, dessa afirmação, é que quanto mais seja necessário recorrer às formas mais diretas e ostensivas de coerção para que se efetive uma inculcação, mais também se evidencia a ausência de força própria do conteúdo que se pretende impor.

Tais constatações nos levam a uma das consequências mais interessantes da teoria da reprodução social, que é o postulado de que toda AP inculca mais do que aquilo que diz inculcar; ou seja, ainda quando o conteúdo de uma AP possa ser dedutível de algum princípio lógico ou biológico – ele próprio não isento de alguma hierarquização e releitura sobre os princípios de visão e divisão do grupo dominante – o mero exercício prático do poder de imposição já implica na violência simbólica responsável por reforçar os mecanismos compreendidos como legítimos de atuação, o que os autores denominam “função de reprodução social da reprodução cultural” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 25).

De forma análoga, as diferentes APs produzidas pelos grupos sociais e que são hierarquizadas de acordo com a sua aproximação aos valores da AP dominante, por buscarem se aproximar desta – para aumentar o seu valor num “mercado de ações

pedagógicas” – tendem a reproduzir o domínio do arbitrário cultural dominante, reforçando-o e assim contribuindo à reprodução das relações de força que colocam esse arbitrário cultural específico na posição dominante. Essa constatação é essencial para que se perceba que todo mecanismo de imposição ou reprodução cultural, ou seja, toda ação social que visa impor ou perpetuar uma cultura – e, mais, fazer isso em detrimento das demais possibilidades culturais – reproduzirá, ainda que mediatamente, as relações de força e as condições sociais que determinaram a valoração positiva desta cultura, contribuindo então para a reprodução da própria estrutura social.

O autor sugere uma espécie de relação dialética entre a AP e o arbitrário cultural, de forma que o arbitrário cultural confira legitimidade à ação pedagógica quando esta se adequa a ele, especialmente através da aparência de lógica e naturalidade; e a AP, por sua vez, legitime o arbitrário cultural dominante também por um processo de torna-lo aparentemente lógico e natural.

Isso implica em situar toda AP em algum espaço entre os polos idealizados e inexistentes da “pura força” e da “pura razão”. Fosse a AP participante dessa idealização teórica que é o polo da pura razão, não seria necessário nenhum tipo de força para realizar a inculcação; havendo, contudo, de ser utilizado algum tipo de força física ou simbólica, todo agente de uma AP deve necessariamente possuir alguma autoridade para que possa exercer a imposição.

2.1.2 A Autoridade Pedagógica

Tomando por pressupostos que: 1) toda ação pedagógica é uma violência simbólica, justamente porque o “poder arbitrário” que torna essa imposição possível nunca é completamente identificado como tal; e 2) toda AP é a inculcação de um “arbitrário cultural” que só é eficiente porque a arbitrariedade do conteúdo inculcado nunca é completamente identificado como tal; então também devemos compreender, no sentido das discussões da sessão anterior, que toda violência simbólica e, portanto, toda AP, tem por pressuposto que o seu agente detenha uma aparência – ou uma compreensão socialmente estabelecida – de autoridade, que no caso da AP convencionaremos, no mesmo sentido dos autores, denominar Autoridade Pedagógica (AuP).

À autoridade pedagógica do agente da AP deve se vincular ainda um segundo elemento essencial que é impressão socialmente aceita de uma autonomia, ao menos

relativa, da instância encarregada de exercê-la. Essa impressão de autonomia é essencial no processo de mascaramento da seleção arbitrária de sentidos, de tal forma que não se possa vincular diretamente as decisões da instância, e por consequência, do agente que inculca, à verdade objetiva de violência simbólica que é a imposição de um arbitrário cultural definido nas relações de força e, por isso, relativo a um grupo social específico e em detrimento dos demais.

A partir dessas conclusões os autores denunciam as utopias que tentam conceber alguma possibilidade de ação pedagógica livre de algum tipo de autoridade. Tais ideias só seriam possíveis a partir da negação ou da violência (simbólica) presente em toda AP ou da necessidade de apresentação dessa violência como necessária ou natural (o que exige uma autoridade legitimada). Para eles, se trata de uma tentativa de se modificar as relações de força na sociedade, objetivando o monopólio do modo de legítimo de imposição pelo grupo responsável pela denúncia do caráter impositivo da AP anterior. Nesse sentido, emerge o problema da negação sistemática da violência (ou da necessidade de sua naturalização para que haja possibilidade de imposição) pelos diversos espectros ideológicos, que buscaremos discutir de maneira mais aprofundada na próxima sessão.

A primeira característica essencial da AuP é o seu poder de (auto)reforço, ou seja, o poder arbitrário de imposição, justamente pelo desconhecimento dessa condição, é reconhecido como autoridade legítima, ou seja, transfigura-se em um direito de imposição legítimo, servindo simultaneamente para reforçar o poder arbitrário que a estabelece e que nesse processo ela dissimula. Ou seja, a compreensão social de que a AuP é legítima dá legitimidade às APs do agente, que por sua vez irão reforçar o arbitrário cultural dominante, conferindo também a este ares de legitimidade, o que termina por dissimular seu caráter propriamente arbitrário.

Assim podemos afirmar que o poder arbitrário, derivado das relações de força em uma conjuntura social específica, pode se impor e ser reconhecido como poder legítimo justamente pelo processo de mascaramento ou desconhecimento de sua arbitrariedade o qual necessita de uma autoridade que seja também reconhecida como legítima, seja pela forma como se impõe ou pelo conteúdo que impõe, ou ainda, pelo desejo produzido pelo interesse do sujeito inculcado em ser inculcado, por acreditar numa suposta superioridade dos sentidos inculcados em relação aos seus.

“As relações de força são [estão] no princípio, não somente da AP, mas também do desconhecimento da verdade objetiva da AP, desconhecimento que define o reconhecimento da legitimidade da AP e que, por essa razão,

constitui a sua condição de exercício” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p.29)

É importante ressaltar que a relação de mascaramento da AuP e da AP como arbitrárias não deve ser compreendida como um exercício individual, de caráter psicológico; muito menos como algum tipo de escolha, consciente ou não, ou de aceitação tácita pelos sujeitos-alvo. Justamente por tratar-se de um “arbitrário cultural”, este movimento de dissimulação, na verdade, se dá no contexto mais amplo da vida social, sem nunca serem percebidos pelos indivíduos, inscrevendo-se de tal forma na *doxa* que até mesmo as tentativas de transgredir este arbitrário, terminam por reforçá-lo.

“Dizer que os agentes reconhecem a legitimidade de uma instância pedagógica, é dizer somente que faz parte da definição completa da relação de forças, na qual eles estão objetivamente colocados, impedi-los da apreensão do fundamento dessa relação. Desse modo, deles se obtêm práticas que objetivamente levam em conta, mesmo quando são desmentidas pelas racionalizações do discurso ou pelas certezas da experiência, a necessidade das relações de força (vide, por exemplo, o fora-da-lei outorgando objetivamente força de lei à lei que ele transgredir pelo único fato de que se escondendo para transgredir-la ajusta sua conduta às sanções que a lei tem a força de lhe impor).” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 28).

A legitimação, ou o reconhecimento da legitimidade, de uma dominação constitui uma força capaz de contribuir fortemente para o balanço de poderes e a manutenção das posições sociais, pois impede o grupo dominado de se perceber inserido em um contexto de relações de força e, portanto, perceber a possibilidade de fazer uso da força que possui.

Por esta razão, as relações de violência propriamente simbólicas acabam ganhando um maior peso no balanço dos poderes de uma determinada sociedade à medida que: 1) o balanço alcança uma estabilidade tal que os grupos dominantes estejam impedidos (ou fortemente inibidos) de invocar a força bruta do poder do dominante como razão da dominação; e 2) o nível de unificação do mercado, e poderíamos dizer também da cultura, em que o valor econômico e simbólico das diferentes APs se constitui. Este segundo ponto se dá, pois em um ambiente social onde as diferentes ações pedagógicas se assemelhem, e a possibilidade de mobilidade social aparente ser mais ampla, o uso da força bruta no processo de dominação enfraqueceria o balanço de poderes, deslegitimando o grupo dominante.

O desconhecimento da violência simbólica presente em toda AP, e portanto o desconhecimento da própria relação de forças em que esta se baseia, é essencial para o reconhecimento da legitimidade da AP, o que necessariamente nos leva a reconhecer que nesse processo de transubstanciação dos resultados das relações de força em

autoridade legítima, a AP se mostra como um objeto privilegiado de análise do fundamento social dos paradoxos tanto da dominação quanto da legitimidade.

Isso porque os modos de imposição se encontram em relação direta com as relações de força, sendo determinados por estas. E esses modos de imposição, que são o sistema dos meios necessários para efetivamente impor um arbitrário cultural e para a dissimulação da violência simbólica é resultante da combinação histórica dos instrumentos de violência simbólica e dos instrumentos de dissimulação (que acarreta em legitimação) dessa violência.

Assim que a verdade objetiva da arbitrariedade de uma AP tem mais oportunidade de se revelar, ainda que parcialmente na medida em que esta AP é exercida sobre um grupo social cujo arbitrário cultural é mais afastado do dominante e quando a definição social das formas legítimas de imposição do arbitrário cultural dominante exclui mais completamente o recurso às formas mais diretas de coerção. Essa situação específica gera um paradoxo, pois, como vimos, o recurso às formas mais diretas de coerção é mais necessário quando a distancia entre o grupo dominante e o grupo sobre o qual a AP se estabelece é maior; por outro lado, se a definição socialmente legitimada das formas de imposição exclui essas formas mais diretas de coerção, a AP dominante sobre esse grupo se exerce de uma forma que o próprio arbitrário cultural dominante não reconhece como legítima – o que pode ser claramente observado nos esforços de inculcação sobre grupos cujo arbitrário cultural é totalmente alheio ao arbitrário cultural dominante.

“Todo arbitrário cultural implica, com efeito, numa definição social do modo legítimo de imposição do arbitrário cultural e, em particular, do grau em que o poder arbitrário que torna possível a AP pode se desenvolver como tal sem aniquilar o efeito da própria AP.” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 30)

Isso implica também no fato de que as formas legítimas de imposição são mutáveis, especialmente e de forma correlativa às relações de força, vez que as transformações destas são capazes de levar a transformações nas relações de autoridade, redesenhando o quadro das formas legítimas de se impor um arbitrário cultural.

Outra característica importante da pretensão ao exercício visto como legítimo de poder é que a concorrência por seu monopólio se reproduz nas várias instâncias sociais; ou seja, as relações de força e as relações simbólicas entre os grupos sociais podem ser observados em ambientes sociais menores, em alguma proporção – inclusive pelo efeito de homologia estrutural entre os campos. Os autores reputam essa concorrência como sociologicamente necessário, vez que a legitimidade é indivisível. Assim, as

reivindicações de legitimidade retêm sua força relativa da força dos grupos sociais do qual elas exprimem os interesses materiais e simbólicos.

Se a AP se estabelece em uma relação de comunicação pedagógica, ela deve supor uma AuP para se instaurar. Assim, deve ser afastado todo tipo de ideia que reduza uma AP a uma relação de comunicação pura e simples. O reconhecimento da legitimidade da emissão, ou seja, da autoridade do agente inculcador, é condicionante para a recepção da informação e a efetividade da ação transformadora, sem a qual a informação não se transformaria em formação do indivíduo inculcado. Essa é uma característica marcante das APs, dispensando-a de um esforço próprio em produzir as condições de sua instauração e de sua perpetuação. Assim, apesar de toda comunicação ser, em alguma medida, violência simbólica, alguns tipos de comunicação – como as ações pedagógicas – se distinguem das demais pela autoridade que lhes é concedida de imediato, dispensando o esforço de reconquistar a todo momento o reconhecimento social que é exigido de outras comunicações.

Também consequência de que a AP dispõe por definição de uma AuP, os emissores e os produtos dessas ações são imediatamente legitimados como dignos de transmitir o que transmitem, e assim autorizados a impor a recepção do que comunicam e a controlar a inculcação pela via de sanções socialmente aprovadas ou garantidas. O efeito próprio da AuP, portanto, é assegurar o valor social de qualquer AP independentemente da reputação social da instância que o exerce, do seu conteúdo, ou da qualificação técnica ou carismática do seu agente – desde que dentro dos limites do que estabelece o arbitrário cultural dominante, ou mais especificamente, o horizonte de expectativas aceitáveis socialmente para aquela ação.

O reconhecimento imediato da legitimidade do emissor de uma AP tem por consequência que os receptores pedagógicos estão de imediato dispostos a reconhecer a informação transmitida, a autoridade do agente, as sanções como também legítimas, o que leva a uma eficiência particularmente alta desse tipo específico de transmissão. Todos esses efeitos, entretanto, serão tão mais eficazes quanto mais dispostos são os grupos aos quais a AP se aplica em reconhecer a AuP que os impõe. Assim que, para grupos cujo arbitrário cultural divirja acentuadamente do grupo dominante a eficácia das ações pedagógicas desse grupo sobre os sujeitos daquele serão menos propensos a ter sua legitimidade aceita de imediato.

Também é importante sintetizar que a AP legítima é aquela que inculca o arbitrário cultural dominante. Somente ela goza dessa condição plena de legitimidade

que lhe confere os efeitos discutidos acima. A AP dominante (legítima) é a imposição arbitrária – no sentido do poder de inculcar legitimamente – do arbitrário cultural dominante, sendo que esse duplo arbitrário deve ser sempre dissimulado para garantir a eficiência da violência simbólica. Assim, o efeito mais próprio e essencial da AuP é a legitimação de um arbitrário e a dissimulação da verdade objetiva de sua imposição.

Se não houvesse autoridade pedagógica, a relação estabelecida pela AP seria uma comunicação comum, o que não é o caso. Contudo, a eficiência da AuP reside justamente no fato de ela não ser prontamente identificada como tal, de forma que a ação pedagógica assemelhe-se muito a uma simples comunicação, não impositiva e completamente livre de arbitrariedade. Por outro lado, os receptores da AP desenvolvem uma espécie de necessidade pelo conteúdo da AP, especialmente quando estes adquirem valor de mercado, como é o caso da maioria das sociedades contemporâneas. Desta forma, a AP adquire ainda maior legitimidade, ao despontar como resposta aos anseios próprios dos indivíduos, que anseiam por conhecer determinados sentidos que poderá lhes conferir maiores vantagens (capital) – os autores dão a esse fenômeno a denominação de “vontade de informação”. Mas selecionar aquilo que é digno de ser transmitido é também desprestigiar tudo aquilo que não foi selecionado, inclusive os arbitrários culturais dos dominados. Por esse mecanismo, o arbitrário cultural dominante se estabelece então como cultura dominante, ou mais propriamente, cultura legítima – a única dotada de valor máximo na hierarquia dos capitais; e se estabelece uma relação pouco explorada pelos autores: aquilo que é socialmente compreendido como legítimo – ou, em certo sentido, dóxico – pode ser equivalentemente qualificado como “dominante” – ou seja, próprio da seleção arbitrária do grupo dominante.

Outra característica da AuP é que toda instância (agente ou instituição) que exerce uma AP só dispõe de AuP a título de mandatária dos grupos dominantes, ou seja, a título de detentora por delegação do direito de violência simbólica. Não que se discuta aqui uma relação contratual de mandato, embora ela possa ser normatizada – como nos direitos/deveres dos pais sobre a educação dos filhos – mas mesmo estas não têm nunca todos os elementos desse movimento de delegação que só pode ser compreendido na prática sociológica ao se observar os limites até onde a AP pode ser exercida mantendo a percepção de legítima. O agente da ação pedagógica só possui AuP enquanto em seu papel de representante mandatário do grupo cujo arbitrário cultural aquela AP inculca, e a AP apenas realiza-se quando e de acordo com o modo de imposição compreendido como “legítimo”, conforme definido pelo arbitrário cultural dominante, ou seja, “são

sempre as relações de força que definem os limites nos quais pode agir a força de persuasão de um poder simbólico” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 38) – os autores dão a essa definição o nome de “princípio da limitação da autonomia das instâncias pedagógicas”.

Outro princípio ao qual as APs se submetem é o “princípio da realidade”, ou lei do mercado – aqui compreendido como o mercado dos diversos tipos de capitais, e não somente o econômico. Esse princípio dita que as sanções nas quais se exprime a AuP e que dão a ela força de imposição, assegurando, reforçando e consagrando duravelmente o efeito de uma AP, possui uma força simbólica maior quando há uma correlação mais direta entre elas e as sanções do mercado em que se constitui o valor econômico ou simbólico dos produtos das diferentes APs. Assim também, se a percepção individual de que o valor de um sujeito – ou seja, seu conjunto de capitais – dentro de um grupo ou campo depende da incorporação em maior grau de determinados produtos de APs (*e.g.* conhecimentos, práticas discursivas, modos de conduta), então maior será também a sua docilidade ante a inculcação deste tipo de produto, e conseqüentemente ante a outras inculcações que lhes sejam correlatas – vez que uma AP inculca sempre um conjunto de sentidos e definições, e nunca somente aquilo que ela explicitamente afirma transmitir.

Os autores explicitam que num mercado fortemente unificado, como é aquele dos principais grupos sociais urbanos das sociedades contemporâneas, os grupos dominados têm reforçado constantemente o não-valor do seu acervo cultural constantemente. Entretanto, não excluem a possibilidade de as APs dominadas terem o reconhecimento de sua legitimidade – no entanto, mesmo nessas ocasiões, há uma reação a partir da cultura dominante, como no caso dos conhecimentos tradicionais, que são cooptados pelo campo científico e transfigurados em cultura legítima.

“unificando o mercado em que se constitui o valor dos produtos das diferentes AP, a sociedade burguesa multiplicou (relativamente, por exemplo a uma sociedade de tipo medieval) as ocasiões de submeter os produtos das AP dominadas aos critérios de avaliação da cultura legítima, afirmando e confirmando sua dominação na ordem simbólica.” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 41)

As instâncias pedagógicas terão sempre menor dificuldade em afirmar a sua legitimidade própria quando o arbitrário que ela inculca reproduz mais diretamente o arbitrário cultural dominante. Esse processo de afirmação da legitimidade das instâncias pedagógicas é mais simples em sociedades onde a autoridade do agente inculcador é mais bem estabelecida; nas sociedades contemporâneas, por vezes é necessário reafirmar esta legitimidade – a da instância pedagógica, pois a da cultura legítima está

além dessa disputa, posto que baseada na disputa mesmo que a seleciona – já que aquelas se configuram territórios em disputa.

O êxito de uma AP, dependente do reconhecimento da AuP da instância inculcadora e do domínio do código cultural envolvido na inculcação, será determinado na relação entre o arbitrário cultural que impôs (o do agente), o arbitrário cultural dominante, e o arbitrário cultural já inculcado nos sujeitos da AP (inculcações em instâncias não formais).

Assim, ao buscar responder à questão de porque a penetração da inculcação do arbitrário cultural dominante se dá distintamente entre os diferentes grupos, sugere-se que isso se dê 1) em função do *ethos* pedagógico próprio a cada grupo, no sentido da disposição relativamente à AP que é inculcada como produto da interiorização: a) do valor que a AP dominante confere por suas sanções aos produtos das diferentes AP familiares; e b) do valor que os mercados sociais conferem aos produtos da AP dominante quando inculcado nos sujeitos de determinado grupo; e 2) do capital cultural, no sentido da distância entre o arbitrário cultural dominante e o arbitrário cultural do grupo (que é inculcado principalmente na instância familiar).

Por fim, tem-se ainda que toda AP, na medida que tem sua AuP derivada de uma delegação de autoridade, transmite além do conteúdo formal da transmissão também o desconhecimento da verdade objetiva da cultura que transmite como arbitrário cultural. Assim, tem-se que esse desconhecimento originário – inclusive entre os dominantes – da cultura legítima como arbitrário cultural dominante contribui para a reprodução das relações de força que a selecionou.

2.1.3 O Trabalho Pedagógico

A ação pedagógica, conquanto busque impor um arbitrário cultural por meio da legitimidade conferida por delegação à AuP, necessita do “Trabalho Pedagógico” (TP), no sentido de trabalho de inculcação duradouro o suficiente para produzir uma formação que se mantenha; ou seja, um *habitus*, capaz de se perpetuar mesmo após cessada a AP. Assim, o TP realizado de forma efetiva terá por consequência que o sujeito perpetuará as práticas e os princípios do arbitrário que lhe foi inculcado. A duração do TP diferencia este de outros tipos de violência simbólica que ocorrem de maneira esporádica.

Como o TP tende a reproduzir as condições sociais de produção do arbitrário cultural que inculca – as estruturas objetivas das quais ele é produto – ele se dá também reproduzindo o *habitus* que busca inculcar. Assim, a produtividade de um TP pode ser medida pelo seu efeito de reprodução, que é realizada pela instância ou agente que inculcam e, se o TP for efetivo, passará a ser realizado duravelmente também pelos indivíduos sujeitos a esse trabalho, passando também esses a inculca-lo, ainda que naquelas formas de violência simbólica não propriamente projetadas para tanto (ou seja, que não se dão em instâncias com AuP, por meio de TP).

A produtividade de um TP também pode ser medida pela capacidade dos sujeitos inculcados de multiplicar e espalhar as práticas (o *habitus*) para um maior número de campos sociais distintos; ou seja, o grau em que esse *habitus* inculcado é transferível – a outros sujeitos e a outras instâncias sociais. A homologia estrutural, assim, é o fruto da eficácia verdadeira de um TP: pode-se pensar, por exemplo, no espalhamento das ideias de meritocracia, que se aplicam hoje nos mais distintos campos sociais, e que despontam como uma solução imediatamente lógica (ou mesmo auto-evidente) sempre que seja necessário pensar-se em mecanismos de escolha ou avaliação.

Por fim, a produtividade de um TP é também medida em função da exaustividade do *habitus* que ela inculca, ou seja, quanto mais próximo do arbitrário cultural dominante for o *habitus* que o TP efetivamente consegue impor aos sujeitos, mais efetiva pode-se afirmar que ele seja. Assim, temos que o *habitus* inculcado pelo TP mais eficiente possui essas três características: a durabilidade, a transferibilidade, e a exaustividade.

Essas características implicam que um TP não precisa ser permanente – A AP possuirá então uma limitação de conteúdo (os limites do arbitrário cultural imposto), de forma (modo de inculcação legítima), e de tempo (duração legítima) –, mas dura somente até a formação do homem plenamente competente – no sentido de que incorporou tão plenamente quanto possível o *habitus* inculcado. Assim, uma vez realizado pelo tempo necessário, as características próprias do *habitus* que mencionamos acima garantirão a sua perpetuação e, ainda, a transformação do sujeito em um propagador legítimo do arbitrário cultural dominante. Nesse sentido se compreende a tendência em geral observada dos indivíduos realizarem uma conversão à atitudes mais conservadoras à medida que envelhecem (ou “amadurecem”).

Também nesse sentido se nota que o TP tende a gerar o reconhecimento dos princípios de visão e divisão típicos das classes dominantes sobre os próprios dominados, estabelecendo e reforçando as hierarquias definidas. O *habitus*, como “sistema de esquemas de percepção, de pensamento, de apreciação e de ação (parcial ou totalmente idênticos)” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 47) reconhecido como legítimo pelos indivíduos inculcados leva à percepção de uma integração intelectual e moral do grupo dominante – apesar dessa integração não ser tão efetiva na realidade, vide as parcelas de grupo dominantes –, que é ao menos parcialmente responsável pela facilidade que esse grupo encontra em expressar os seus interesses próprios como interesses gerais.

Apesar dessa percepção de integração, a própria noção de *habitus* já indica que mesmo dentro de um grupo consideravelmente coeso o *habitus* pode engendrar tanto uma prática quanto o seu inverso, quando tenha por princípio a lógica da diferenciação. A força própria do *habitus* repousa justamente no fato de que independente das práticas específicas – mais ou menos homogêneas – dos agentes, ele será sempre levado em conta, ao menos como conjunto de princípios de visão e divisão que determinam aquilo que pode ou não ser desconsiderado, ou até onde possa caminhar uma atitude de contestação. Ou seja, o *habitus* não é necessariamente homogeneizante das práticas em si, mas dos esquemas de percepção que serão tomados em consideração no momento de se praticar uma ação.

Ao produzir a inculcação dos *habitus*, o TP permite ao grupo dominante relegar a ele o trabalho de reprodução da integração intelectual e moral de toda a sociedade dentro dos esquemas de percepção dominante, e evitando, assim, o recurso à repressão externa, em particular à coerção física. Levado às últimas consequências, essa noção implica reconhecer que os grupos que sofrem menos violência explícita são aqueles mais completamente “domesticados” – no sentido de sua mais completa adesão aos princípios de visão e divisão do grupo dominante. Nesse sentido, o TP é um substituto particularmente eficaz da coerção física, que tem ainda por efeito distintivo produzir uma disposição permanente nos indivíduos a perceber nas ações das instâncias dotadas de AuP o requisito de legitimidade – disposição essa que tem efeito retro-alimentador da legitimidade da inculcação e da cultura inculcada, que termina por naturalizá-la.

Outra capacidade essencialmente vinculada a tais características do TP é a produção indissociável da legitimidade dos produtos e a necessidade, vista como também legítima, desses produtos na qualidade de “produto legítimo que produz o

consumidor legítimo” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 49). Esses movimentos circulares produzidos pelas percepções induzidas pelo TP levam ao que os autores denominam por “amnésia da gênese”, ou seja, o mito de gostos, preferências e necessidades inatas, que perdem sua vinculação com os contrangimentos do aprendizado e são vistas como dadas desde o nascimento, transmutando “em escolhas livres de um livre arbítrio originários determinismos capazes de produzir tanto as escolhas determinadas como o esquecimento dessa determinação” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 50).

O TP produz também o desconhecimento das limitações ética e intelectuais do arbitrário cultural que ele inculca, e ao impô-lo como princípio de hierarquização legítima subjuga todos os demais arbitrários culturais, gerando uma espécie de etnocentrismo ético e lógico que ignora as limitações implicadas nesse sistema cultural específico. Assim, quando um TP é plenamente realizado, ele transforma o arbitrário cultural dominante em verdadeira ideologia, ou ideologia dominante da cultura legítima, que vê a sua cultura como a única autêntica, uma cultura universal.

Por todas essas características, o TP tem uma grande capacidade – e uma função que lhe é correlativa – de mantenedor da ordem, ou seja, de reprodução da estrutura das relações de força entre os grupos sociais; pois ao impor o reconhecimento da legitimidade da cultura dominante – inculcando, numa medida variável, todo o conjunto de disciplinas, sanções, hierarquizações que servem aos interesses dos dominantes, e ainda fazendo com que isso tome a forma de autocensura e autodisciplina do próprio agente – inclusive porque ele tem interesse, na medida em que adquire capitais com isso, em interiorizar tais disposições.

O efeito do TP, como já dissemos, é tão mais eficiente quanto mais ele consiga demonstrar aos dominados a ilegitimidade de seu arbitrário cultural. Mais até do que o esforço em se demonstrar a legitimidade da cultura dominante, que seria um esforço até certo ponto pouco produtivo, uma vez que os dominados nunca serão tão eficiente quanto os dominantes nessa apreensão; a demonstração da ilegitimidade dos conhecimentos próprios de um grupo ante a superioridade daqueles do grupo dominante é muito mais eficiente em sua capacidade de impor as hierarquizações do mundo social estabelecido pelos dominantes como verdadeiras.

“Tudo se passa como se a duração legítima do TP que é concedido às classes dominadas fosse objetivamente definida como o tempo que é necessário e suficiente para que o fato da exclusão adquira toda a sua força simbólica, isto é, para que apareça àqueles que a ele se submetem como a sanção de sua

indignidade cultural e para que nenhum seja levado a ignorar a lei da cultura legítima.” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 53)

A primeira educação, aquela realizada em sobre um sujeito que não foi exposto a outros arbitrários culturais, e que inculca os arbitrários “familiares” – ou da formação social onde o indivíduo recebeu essa primeira educação – é um tipo de TP; e como um arbitrário cultural adquirido (por intermédio de um TP) só pode ser transformado em uma nova disposição, ou num novo arbitrário, inculcado por um novo TP teremos que esse novo arbitrário cultural será sempre algo de dialético com essa primeira educação (ou com todas as anteriores). Esse arbitrário cultural primário é o que se pode chamar por *habitus* primário.

Daí que a eficácia de todo TP secundário – ou seja, todo TP posterior ao que genericamente denominamos familiar ou primário – será tão mais eficaz em inculcar seus sentidos quanto mais próximos for do *habitus* inculcado pelo TP primário (ou da síntese dos TPs previamente inculcados sobre um sujeito). Nesse sentido, a inculcação é sempre dialética, ou seja, uma relação necessária entre o *habitus* atual do sujeito e aquele que o TP atual pretende inculcar; assim, um TP pode ter por modo de inculcação: a conversão – uma tentativa nunca plenamente eficaz de modificar o *habitus* prévio –, ou a manutenção ou reforço – uma tentativa consideravelmente mais eficaz de confirmar o *habitus* estabelecido.

Pode-se notar o esforço envolvido na conversão ao se observar os mecanismos empregadores por instituições totais (e.g. convento, prisão) que buscam desculturar e reculturar um indivíduo como se numa primeira educação, recorrendo até mesmo a artifícios como a nomeação *de novo* do sujeito (ou sua numeração e despersonalização). Os autores exemplificam ainda que, no momento histórico em que a primeira educação dos sujeitos das classes dominantes eram realizadas por agentes de outras classes, as instituições de ensino que os recebiam para a educação formal eram verdadeiras instituições totais (BOURDIEU & PASSERON, 19992, p. 53).

Há que se considerar, ainda, o grau de tradicionalismo de um modo de inculcação, que é o grau em que um TP está organizado em referência a um grupo limitado de destinatários legítimos; ou seja, o grau de tradicionalismo é a medida em que um indivíduo, para receber uma determinada inculcação precisa, necessariamente ter um *ethos* prévio da qual este TP secundário depende para ser eficaz. Essa consideração determina que toda inculcações não podem jamais ser realizadas sobre

qualquer sujeito, mas somente sobre sujeitos específicos, cuja determinação – TPs mais ou menos abrangentes – dependerá do seu grau de tradicionalismo.

Quanto aos modos de inculcação eles estarão sempre em algum ponto do espectro que se delineia entre a pedagogia implícita e a pedagogia explícita, sendo os modos mais tendentes ao implícito, quase sempre, mais eficazes em transmitir os conteúdos propriamente simbólicos. Outro uso importante da pedagogia implícita é que a partir de uma transmissão implícita que requeira algum conhecimento ou *habitus* prévio para ser decodificada ou plenamente compreendida é possível estabelecer transmissões distintas a membros de grupos distintos de forma sutil – essa é a forma por excelência de estabelecimento da distinção em ambientes supostamente igualitários, onde então o indivíduo que decodifica mais completamente a transmissão, por possuir um *habitus* distinto é considerado mais apto, estabelecendo as primeiras hierarquizações.

Assim, a eficácia própria de um TP se definirá pela forma como o modo de inculcação está organizado, assegurando, pela transmissão explícita de princípios codificados e formais, a transferibilidade formal de todo um *habitus*. Já o grau de tradicionalismo de determinado modo de inculcação é definido pelo grau em que o TP pode ser reduzido somente às práticas que exprimem o *habitus* que deve ser reproduzido, dispensando conteúdos formais; nesse caso, é a repetição das práticas por agentes em quem se reconhece AuP que transfere o *habitus*. Esse modo de inculcação, tradicionalista, possui uma forte tendência à naturalização das práticas que inculca – inclusive por ser marcadamente inconsciente tanto no agente quanto no sujeito da transmissão. Ao fim e ao cabo, todo um ambiente social pode se tornar em agente inculcador de uma AP difusa, especialmente quando este ambiente busca ser mais autônomo e distinto.

“Ao termo, como se vê nas sociedades tradicionais, todo o grupo e todo o meio ambiente como sistema das condições materiais de existências, enquanto são dotadas da significação simbólica que lhes confere um poder de imposição, exercem sem agente especializados nem momentos especificados uma AP anônima e difusa.” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 58)

A delegação que fundamenta o TP dominante – delegação de AuP – tende a não se preocupar em delegar a inculcação das preliminares que são condição de sua produtividade específica quando o arbitrário cultural dos sujeitos a serem inculcados são mais próximos do dominante; inclusive porque parte dessas preliminares já foram inculcados em instâncias anteriores – TP primário. Assim também para todas as correlações relacionadas, de forma que o TP dominante sobre os grupos mais próximos

desse pode se exercer por mecanismos muito mais implícitos e simbólicos, enquanto o TP dominante sobre grupos mais afastados desse necessitam lançar mão de um esforço muito maior, por não poder dispensar certas preliminares – desta lógica é que emergirá sempre a noção de que, para um mesmo TP formalmente inculcado sobre um conjunto de sujeitos de diferentes grupos sociais, aqueles dos grupos mais próximos aos dominantes terão sempre uma vantagem estrutural sobre os demais.

Em última instância, a distância entre o TP dominante e o TP primário de determinados grupos sociais pode ser tamanho que leve à pura e simples exclusão – implícita ou explícita – desse grupo do ambiente social em questão. Uma das formas por excelência de exclusão implícita são os exames que avaliam a aquisição de determinados sentidos que estarão, na prática, inacessíveis aos indivíduos que não possuam um *ethos* minimamente afim ao dominante.

O outro efeito desse TP que dispensa determinadas preliminares, é a legitimação da aquisição preliminar desse *habitus*, ou seja, a legitimação daqueles TPs primárias que inculcam arbitrários culturais mais próximos do dominante, e a consequente deslegitimação dos TPs primários que lhe sejam mais distantes. Assim, reconhece-se nas famílias mais abastadas uma legítima familiaridade com o *ethos* dominante, e relega-se às famílias (ou estruturas que lhe sejam congêneres) denotações como as de “desestruturadas”. Aos sujeitos dos grupos mais próximos ao dominante, nota-se o dom, ou a aptidão, para a incorporação do arbitrário inculcado pelo TP; por sua vez nos sujeitos dos grupos mais distantes do dominante despontam as características de desinteresse ou falta de esforço.

2.1.4 O Sistema de Ensino

O sistema de ensino institucionalizado (SE) é o espaço social – e, em geral, também um espaço físico que corresponde ao menos em algum grau aos limites de sua atuação mais direta – legitimado (detentor de AuP) para a imposição (no sentido das APs) de um arbitrário cultural, por meio de seu trabalho pedagógico. Todo SE é estruturado e funciona de forma a produzir e reproduzir, pelas vias institucionais, sua própria existência (auto-reprodução da instituição) que é necessária à própria inculcação que ela realiza de um arbitrário cultural que ela não produz – a instituição como instância de reprodução cultural – mas cuja reprodução, por ela, contribui para a reprodução correlata das relações de força entre os grupos sociais – a instituição como

instância de reprodução social. Assim, é possível analisar esse espaço institucionalizado por sua função interna de exercício de um TP que produz *habitus* mais ou menos homogêneos nos sujeitos; ou por sua função externa de ambiente – ou propriamente um subcampo – de reprodução cultural e social; sendo ambas as funções intimamente relacionadas, vez que interdependentes.

Assim, se um SE deve, para cumprir sua função interna, inculcar um arbitrário cultural o mais próximo possível ao dominante, produzindo pelos meios próprios de um TP capaz de gerar – continuamente e a um baixo custo econômico, social e simbólico – um *habitus* relativamente homogêneo nos destinatários legítimos (incluídos aqui até mesmo os agentes da própria instituição); e para cumprir sua função externa, produzir um *habitus* tão conforme quanto possível àquele que ele foi “autorizado” a inculcar (nos termos do que discutiu-se sobre a delegação de AuP). As condições do exercício desse TP institucionalizado tendem a coincidir com as condições de realização da função de reprodução, inclusive porque o corpo de agentes especializados que se recruta para tanto está predisposto por condições institucionais e por *habitus* típicos, como os de respeito e hierarquia, a limitar sua prática em acordo às da instituição que é mera reprodutora de um arbitrário cultural; ou seja, que não tem poder nas relações de força mais gerais de uma sociedade, para decretar esse arbitrário.

A respeito dos agentes especializados que devem realizar o TP institucionalizado, cabe ressaltar que trata-se de conjunto de indivíduos intercambiáveis e facilmente recrutáveis, dotados de formação mais ou menos homogênea e dos instrumentos homogeneizados e homogeneizantes que são a condição do exercício de um TP específico – ou predispostos, inclusive por ver nisso um acréscimo a seu capital (social e simbólico), a adquirirem os *habitus* e os conhecimentos essenciais a tal exercício.

Independente da predisposição dos agentes em limitar sua prática de acordo com a instituição, essas possuem seus mecanismos internos – mais ou menos implícitos – que asseguram a inculcação no modo delimitado por ela, impedindo ou inibindo – no sentido de valorar negativamente – o exercício de trabalhos pedagógicos heterogêneos ou heterodoxos; assim que as diversas definições, hierarquizações, princípios de visão e divisão, ou mesmo produtos da instituição (manuais, instruções, regulamentos internos) tendem a dotar os agentes de uma formação homogênea e de instrumentos homogeneizados e homogeneizantes – cuja marca por excelência é a arquitetura homogênea das instituições.

Outro mecanismo de homogeneização de agentes e da produção de um SE é a “cultura rotinizada” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 67) que implica na codificação, homogeneização e sistematização de todas as mensagens – implícitas e explícitas – transmitidas internamente pela instituição. A criação de rotinas específicas para cada tipo de ação leva a uma homogeneização procedimental que inibe manifestações heterodoxas. Os efeitos da “cultura rotinizada” se manifesta inclusive nas seleções de princípios diretivos, ou mesmo das deficiências naturalizadas – como na deficiência de atenção à extensão universitária no SE universitário brasileiro.

Ademais, considerando-se a necessidade de reprodução no tempo das condições institucionais do seu próprio exercício – tanto a auto-reprodução (perpetuação) da instituição quanto a reprodução social e cultural que são seus efeitos – o SE deverá deter o monopólio da produção (ou conformação) dos agentes encarregador de realizar o seu TP. Consequentemente, um sistema de ensino institucionalizado tende a uma relativa inércia por meio da qual, ao reproduzir as APs de que são produtos, os agente simultaneamente inculcam novos sujeitos e reforçam a legitimidade do SE que os produziu – e que garante ainda o seu valor de mercado.

“O conservantismo pedagógico dos defensores da raridade dos títulos escolares não encontraria um apoio tão firme junto aos grupos ou classes mais ligados à conservação da ordem social se, sob a aparência de defender somente seu valor sobre o mercado quando defendem o valor de seus títulos universitários, eles não defendessem, pelo seu próprio fato, a própria existência de um certo mercado simbólico, com as funções conservadoras que asseguram.” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 69)

Essa tendência à auto-reprodução tem, por fim, a consequência de que o SE tenda a exibir um atraso, correlativo à medida de sua autonomia relativa, na incorporação das transformações que sobrevêm no arbitrário cultural que ele reproduz.

Toda instituição pedagógica coloca explicitamente a questão de sua própria legitimidade para efetuar ações que sejam socialmente vistas como legítimas. Dessa forma, todo SE deve produzir e reproduzir por seus próprios meios, condições institucionais de desconhecimento da violência simbólica que exerce, ou seja, do reconhecimento de sua legitimidade como instituição pedagógica. A legitimidade da instituição é mais facilmente conquistada, inclusive por ser frequentemente delegada de uma autoridade estatal; mas também a dos agentes que agem por delegação dela, ou dentro dela, pode ser questionada – especialmente nos momentos de crise – e frequentemente tem de ser derivada de uma delegação de AuP secundária da instituição

para seus agentes – tomando por delegação primária aquela originária do grupo dominante para que a instituição inculque o arbitrário cultural dominante em seu nome.

Alguns meios de se derivar uma legitimidade dos agentes são a conformação às regras da instituição – o agente que reproduz mais completamente o que deve reproduzir, nos termos do que discutimos a respeito do *habitus* da instituição, é visto como seu legítimo agente –; a legitimação pelos sujeitos de seu TP – quando os sujeitos sobre os quais deve ser exercida um TP procuram o seu agente desejando essa inculcação (por acreditarem no valor mercadológico dela), legitimam o agente –; o aparato simbólico que qualificam o agente – os produtos simbólicos que caracterizam o valor de um agente, e portanto o valor de suas ações (*e.g.* diplomas e títulos), legitimam o agente.

Toda instância pedagógica pode ser caracterizada pelo grau de institucionalização da AP que exerce, ou seja, seu grau de autonomização, entre dois polos: o de um sistema de educação sem uma AP constituída enquanto prática específica, podendo ser desempenhada por praticamente qualquer membro educado de um grupo social correspondente ao grupo da própria instituição; e o de um SE em que a AuP necessária à AP deve ser explicitamente delegada e juridicamente garantida por um corpo de especialistas que devem realizar o TP segundo processos controlados e regulados pela instituição, com locais e momentos determinados, e pelo uso de instrumentos padronizados.

O reconhecimento social conferido ao agente de um TP dentro de uma instituição, ou seja, sua AuP, permite um desconhecimento de duplo grau sobre as delegações de autoridade que, de fato, lhe conferem AuP; ou seja, a vinculação realizada pelos sujeitos que são inculcados da AuP ao agente, impede que se desvele os processos de delegação de AuP da instituição para o agente e das relações de força que originalmente estabeleceram o arbitrário cultural inculcado à instituição. O foco dado à legitimidade do agente mascara a verdade objetiva da cadeia de imposições e delegações que culminam em sua ação particular. Esse processo é ainda mais eficaz quando o valor do agente, no sentido do pagamento pelos seus serviços, não é realizado pelos sujeitos inculcados, mas pela instituição a que ele se vincula, ou mais fortemente quando ele se vincula a esse ente imaterial que é o Estado; nessa configuração, ocorre o que os autores denominam “ideologia do desinteresse”, ou seja, a confiança maior dos sujeitos inculcados em uma suposta neutralidade do agente inculcador que não é percebido enquanto tal.

Na medida em que é capaz de gerar essa dissimulação da delegação de AuP, o SE produz as condições para o exercício institucionalizado de um TP, que não é percebido enquanto delegação para a inculcação de um arbitrário cultura, uma vez que é dissimulado enquanto tal pela ilusão da independência do trabalho pedagógico exercido pelo agente; ou seja, a falácia da transmissão devido ao “carisma professoral” dissimula a verdade objetiva da imposição, bem como a verdade objetiva da violência simbólica institucionalizada que é praticada por delegação secundária.

Assim, pode-se concluir que numa formação social determinada, o sistema escolar dominante pode dissimular o trabalho pedagógico institucional como qualidade de um trabalho pedagógico do agente inculcador imediato, sem que os que o exercem bem como os que a ele se submetem sejam capazes de identificar a sua relação primordial com as relações de força constitutivas do arbitrário cultural que se impõe. Isso se dá porque: 1) ele produz e reproduz, pela via institucional, as condições necessárias ao exercício de sua função de inculcação que são também as condições de sua função de reprodução da cultura legítima e das relações de força que a estabelecem; e 2) pelo simples fato de existir como instituição ele pressupõe as condições institucionais de desconhecimento da violência simbólica que exerce, ou seja, porque os meios institucionais – inclusive os seus agentes – dos quais dispõe estão também eles predispostos a servir, sob uma aparência de neutralidade – até porque os agente também desconhecem a violência simbólica que exercem –, os grupos dominantes, no que os autores denominam por “dependência pela independência” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 75).

2.2 A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL E O SUBCAMPO LEGISLATIVO

A análise até aqui desenvolvida tem por objetivo demonstrar que também o subcampo legislativo, e de forma mais geral, todo o campo jurídico, inclusive por terem pretensões de inculcação de um arbitrário cultural – o dominante – por suas ações, realizam um trabalho pedagógico institucionalizado, nos moldes do que discutimos em relação ao sistema de ensino institucionalizado. Esse trabalho só é possível porque essas ações são socialmente interpretadas como legítimas e, como tal, praticam uma violência – principalmente simbólica – inclusive pelo fato de propiciar o mascaramento das relações de força que estão na base do arbitrário cultural que visam impor, bem como da cadeia de delegações de autoridade que culminam no reconhecimento social somente de sua própria autoridade.

O subcampo legislativo é o espaço social, mais ou menos delimitado fisicamente – dizemos isso no sentido de que existem ações diversas que em última instância são parte do *habitus* próprio deste subcampo, mas que nem por isso se dão no espaço físico do Congresso Nacional e que, portanto, nos obrigam a reconhecer que o espaço social do parlamento é mais amplo que seu espaço físico – detentores de um reconhecimento social de sua legitimidade para impor um arbitrário cultural (dominante) – as formas de estabelecimento dessa legitimidade são variadas e serão discutidas na próxima sessão –; é dizer que o subcampo legislativo, especificamente em sua manifestação física, os parlamentos, é uma instituição com características típicas do que definimos para as instituições pedagógicas.

O arbitrário cultural dominante, ou arbitrários culturais que se aproximem deste, estarão então inscritos em todos os âmbitos do campo jurídico e do subcampo legislativo: em seus *habitus* e princípios de visão e divisão; nas hierarquizações que estabelecem; nas seleções das formas de disputa e dos conteúdos legítimos a serem disputados – e conseqüentemente os conteúdos que extrapolam os limites do campo –; nos seus produtos – aqui incluídos o próprio ordenamento jurídico, como produto do subcampo legislativo, e as decisões dos magistrados, talvez a mais típica ação pedagógica havida no campo jurídico.

Conseqüência desta inscrição do arbitrário cultural dominante por todo o campo jurídico é o esforço deste em comprovar a sua neutralidade e universalidade, forma por excelência de dissimulação da imposição que estabelece. Por sua vez, a conseqüência da

compreensão dos parlamentos como instituições com características de instituição pedagógica é o fato de sua estruturação e funcionamento buscar a contínua produção e reprodução de sua própria existência enquanto instância de inculcação de um arbitrário cultural que ela não produz (sua função de reprodução cultural) e cuja reprodução, que ela estimula e visa, contribui para a manutenção de um determinado estado das relações de força entre os grupos sociais (sua função de reprodução social).

Como discutimos na sessão 1.4 os agentes pertencentes ao subcampo legislativo são todos aqueles capazes de influenciar, mais ou menos diretamente, as seleções de sentido realizadas naquele espaço social. No entanto, também estabelecemos que as hierarquizações próprias de todo espaço social levam ao reconhecimento de determinados agentes que concentram maiores poderes, influenciando de forma mais decisiva no estabelecimento de um *habitus* e nos produtos deste espaço. Nesse momento podemos demonstrar com mais propriedade que essa afirmação não vai ao encontro de teorias, como as de Michels (1982, *passim*) que naturalizam a formação de uma elite política como consequência inescapável de todo grupo social que se proponha a ingressar no campo político. Na visão bourdieuniana, que adotamos, são justamente os princípios de visão e divisão e o *habitus* dominantes na cultura ocidental (objeto de análise de Michels) que, ao serem reproduzidos, estimulam a formação dessas elites locais; seja porque os mecanismos de seleção usualmente considerados legítimos (meritocracia, talento, dom) levam a tal, seja porque as instituições assim o exigem (penso aqui, por exemplo, nas instâncias que se recusam a dialogar com determinado grupo, exigindo a seleção de um representante).

Dito isso, segue-se que o subcampo legislativo selecionará, por suas próprias hierarquizações, agentes específicos, dotados de poder, e que de fato poderão exercer o trabalho pedagógico que lhes é específico; ou seja, agentes que terão maior força na definição dos sentidos próprios do campo e dos produtos que ele imporá como sua produção legítima. Tais agentes serão sempre, preferencialmente, aqueles dotados mais completamente da formação homogênea e dos instrumentos homogeneizados e homogeneizantes que são a condição objetiva do exercício do trabalho pedagógico que visam impor, ou seja, preferencialmente políticos de carreira, ocupantes mais antigos de cargos públicos, advindos de famílias de políticos – nesse sentido, uma pesquisa realizada sobre a concessão de relatorias (indubitavelmente certo poder) na Câmara dos deputados confere um vislumbre dos meios pelos quais a concentração de poder não é nunca totalmente aleatória (SANTOS & ALMEIDA, 2005).

Justamente no sentido dessa seleção de agentes mais afins a um determinado *ethos*, que se valora positivamente neste subcampo legislativo, percebemos também com clareza a tendência deste à sua auto-reprodução. Estudos realizados ainda na década de 1990 demonstram que até 70% dos deputados federais se dispõem a disputar sua reeleição, e até 61% destes efetivamente conseguem se reeleger (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1996, p. 20). Outro estudo do mesmo período mostra que o número médio de mandatos por parlamentar desde a redemocratização é próximo de dois, havendo deputados com até onze mandatos (SANTOS, 1997).

Essa característica, que observamos nas instituições pedagógicas, é mais aguda quando as formas de AP são mais implícitas – como é o caso das ações legislativas relacionadas à delegação de determinados poderes extraordinários a alguns de seus agentes dentro do ambiente de suposta isonomia que caracteriza a figura pública construída para aquele ambiente (inclusive para o fortalecimento da percepção social de sua legitimidade). É assim que a imposição de um *habitus* legislativo se dá num ambiente de ações tendentes às formas mais implícitas de inculcação, evidenciando a tendência à auto-reprodução de seus agentes; ou seja, o custo social de lidar, no ambiente legislativo, com agentes muito distantes do *ethos* esperado deles induz à definição de mecanismos de seleção dos indivíduos para tal ambiente que privilegiem a escolha dos sujeitos que já possuem previamente esse *ethos* – inclusive por mecanismos institucionais que transbordam os limites do próprio ambiente físico do parlamento, chegando, por exemplo, aos partidos políticos em sua prerrogativa de escolha dos elegíveis (BOURDIEU, 2011b, p. 166) – ou a uma forte exclusão interna dos agentes que dele se distanciam.

“A tendência à auto-reprodução jamais se realiza tão completamente quanto num SE em que a pedagogia permanece implícita (...), isto é, num SE em que os agentes encarregados da inculcação não possuem princípios pedagógicos senão em estado prático, pelo fato de que eles os adquiriram inconscientemente pela frequência prolongada de mestres que não os dominam eles mesmos a não ser no estado prático.” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 70)

Outra breve explicação que devemos aqui realizar é de que as estruturas de representação política selecionadas, nos diversos níveis em que estas seleções ocorrem, não devem ser vistas num sentido instrumentalista clássico, tendente a perceber tais estruturas como uma afirmação direta dos grupos dominantes. Na perspectiva bourdieuniana essas seleções não se dão de forma premeditada: são justamente as ações dos agentes, somadas aos efeitos de homologias e da imposição prévia de um arbitrário

cultural, que determinam a escolha de mecanismos eficazes em manter as reproduções (cultural e social) no campo, atendendo mediatamente aos interesses dos grupos dominantes, e selecionando formas eficazes de mascaramento da violência simbólica. Ou, nas palavras do próprio autor, “é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nessa medida) que os produtores servem os interesses dos grupos [dominantes] exteriores ao campo de produção” (BOURDIEU, 2011b, p. 12).

Assim, em face daquilo que discutimos na sessão 1.1, e na esteira do que apresentamos na sessão 2.1, pode-se ver na democracia (na sua exata configuração atual no Brasil – ou em sua exata configuração em determinado tempo e local), e nos diversos procedimentos e mecanismos de seleção do subcampo legislativo, uma forma plena e eficaz de mascaramento da violência simbólica (e por vezes física) que pratica; ou seja, o modelo impositivo mais bem adaptado e socialmente reconhecido como legítimo de mascaramento da violência implícita no exercício de imposição das leis em nossa sociedade.

Devemos então compreender que a escolha arbitrária, mas não aleatória, dos agentes legitimados para exercer as Ações Legislativas não pode ser reputada ao mero acaso; é fruto das disputas de poder e de determinado estado das relações de força que culminaram na seleção, no campo político, deste mecanismo específico de transferência de legitimidade e autoridade, que assegura que o arbitrário cultural dominante seja estabelecido, aceito, legitimado, e perpetuado. O modelo atual é o que permite o maior equilíbrio no balanço dos poderes em seu estado atual, ou seja, para que o grupo dominante permaneça nesta posição. Devemos compreender então, que a escolha do modelo democrático não é um mero acaso, muito menos uma resposta aos anseios de uma nação, mas a forma mais eficiente de manutenção do balanço dos poderes na forma como ele se encontra.

Estabelecida a visão que aqui pretendemos adotar, que aproxima o subcampo legislativo, e especificamente a instituição formalizada dos parlamentos (e câmaras representativas de modo mais genérico) como um tipo de instituição cujas funções específicas se aproximam àquela das instituições escolares, podemos retomar então as bases da teoria da reprodução social, para compreendermos as particularidades que esta toma nesse subcampo específico, e nas relações deste com o campo jurídico.

Para tanto, é necessário definirmos a ideia de Ação Legislativa como toda ação de um agente no subcampo legislativo com vistas a influenciar, mais ou menos diretamente, a elaboração dos produtos próprios daquele campo, ou a manutenção de

suas próprias estruturas e *habitus*. Por contingências da própria análise, focaremos especialmente sobre as ações tendentes a influenciar a elaboração dos produtos próprios do campo (os diversos tipos de normas), mas fazendo referência, quando imperioso ou plausível, aos demais tipos de ações. Nesse sentido, as ações aqui analisadas tendem, principalmente, a influenciar sobre a redação, a relatoria, a votação e a efetivação de uma proposição legislativa – o que a doutrina jurídica denomina globalmente por “processo legislativo”, mas sem respeitar os limites impostos por essa doutrina, vez que em nossa perspectiva teórica os agentes capazes de influir e as possibilidades de ações legislativas são muito mais amplos do que, por exemplo, aquelas regimentalmente previstas.

Outro ponto importante é definir novamente os agentes das ações legislativas aqui discutidas. Se, conforme já mencionamos os agentes que atuam no subcampo legislativo são inúmeros – todos aqueles capazes de influir em alguma medida sobre as definições realizadas no interior do subcampo –, deve-se levar também em conta que só alguns desses atores desfrutam de uma aparência de legitimidade para realizar determinadas ações; especificamente nas ações relacionadas aos atos reservados aos parlamentares eleitos, ainda que sobre influências diversas, é essencial ao processo de mascaramento que sejam eles a praticarem aquilo que lhes é reservado, para garantir a eficácia da transferência de autoridade, por exemplo, aos produtos do subcampo.

Se as ações pedagógicas podem ser realizadas por qualquer sujeito socialmente percebido como dotado de autoridade, no subcampo legislativo essa percepção social de autoridade só é conquistada por mecanismos determinados – como a eleição, que é o mecanismo eficaz selecionado pelo campo político para a transferência de autoridade e legitimidade aos representantes eleitos. Assim, são esses agentes os congressistas, mas também os agentes a quem é assegurado o direito de iniciar o processo legislativo, apresentando projetos; o Presidente da República, nas várias interações que tem durante tal processo; e em certa medida o judiciário, quando este é chamado a intervir no processo legislativo.

Os limites já discutidos do nosso modelo de democracia representativa evidenciam com maior clareza a arbitrariedade na escolha dos agentes legítimos das ações legislativas. O sistema partidário, que restringe o acesso dos indivíduos à possibilidade de eleição, a forma de financiamento de campanhas, entre outros, são sintomáticos do fato observável, de que determinados grupos conseguem se perpetuar no subcampo legislativo brasileiro com imensa eficiência, garantindo o monopólio da

capacidade legítima de exercer ações legislativas e, desta forma, também do poder de “dizer o direito”.

O axioma central da teoria da reprodução social, já mencionado, de que todo poder que exerce violência simbólica acrescenta sua própria força simbólica às relações de força existentes; e também que a percepção de que toda ação legislativa é violência simbólica, uma vez que busca impor um arbitrário cultural como legítimo mascarando essa imposição por mecanismos próprios àquele campo, leva-nos à noção de que toda ação legislativa reforça, objetivamente, uma determinada cultura – a dominante – que será sempre a beneficiária maior, senão diretamente dos efeitos de uma imposição legislativa (aqui no sentido de uma norma legislada), ao menos mediatemente, no sentido do reforço e da legitimação dos mecanismos de seleção estabelecidos segundo princípios de visão e divisão que tendem a garantir a manutenção das relações de força em uma dada sociedade. Portanto, não importa a pessoa específica do agente legitimado, e tampouco o conteúdo da Ação Legislativa, esta será sempre um tipo de violência simbólica de um grupo sobre os demais.

A violência simbólica também neste âmbito é precedida de um “poder arbitrário” de um grupo sobre o outro, e é este poder arbitrário que definirá não apenas o arbitrário cultural a ser inculcado – ou aquele a que as ações tenderão –, representado em algum grau em toda Ação Legislativa, mas também definirá quais os tipos destas ações poderão ser exercidas de forma crível e aceitável, para que possa embeber-se da aparência de legitimidade, ou seja, sem o comprometimento do processo de mascaramento.

Assim, a doutrina jurídica acerca do processo legislativo é uma instância importante nas definições das formas válidas de ações legislativas e, selecionando as formas legítimas de se agir, define também aquilo que precisa ser mascarado. Ou seja, ao se definir aquilo que é legítimo, também se define, a contrário senso, os tipos de ações que precisam ser de alguma forma dissimuladas ou escondidas, pois poderiam comprometer a aparência de legitimidade da ação. Mas a doutrina jurídica comumente se limita a verificar as possibilidades regimentalmente previstas de ações legislativas, escapando-lhes por completo – ou, talvez, convenientemente – todos os demais aspectos do subcampo legislativo que, com razão, não poderiam ser integralmente previstos em normas – até por parte deles se inscreverem no *habitus*, ou seja, no senso prático próprio ao campo, por definição irreduzível a normas previstas, especialmente em face de seu caráter iminentemente simbólico.

A “comunicação legislativa”, enquanto produto de uma ação legislativa que inculca um arbitrário cultural revestida de uma autoridade socialmente mascarada como legítima, quando se traduz no produto típico do subcampo legislativo, ou seja, nas normas, define também os tipos de violência física que poderão ser utilizados em sua efetivação. Ressalte-se que, como violência simbólica, a comunicação legislativa, especialmente no sentido da edição de uma norma, acrescenta a sua própria violência simbólica à manutenção das relações de forças postas. No entanto, além dessa violência simbólica, pode-se ainda legitimamente prever que a persecução daquilo à que tal norma se destina pode se dar por meio de coerções físicas, mas as condições sociais de imposição de uma norma não poderá jamais recorrer somente aos meios físicos, como de fato jamais faz, afinal, a sua própria edição já é um ato de violência simbólica.

Nesse sentido, as ações legislativas também carecem de condições sociais que permitam a imposição e a inculcação; a primeira destas é, sem dúvida, a aceitação social do modelo democrático vigente como forma legítima de produção de conteúdos legislativos, como já discutido. Mas também integra estas condições a aparência de disputa ocorrida no interior dos órgãos legislativos: os diferentes grupos de pressão, embora dotados de forças distintas, aparecem como participantes isonomicamente dotados de força neste modelo, contribuindo para a legitimação do mesmo – para uma crítica já mencionada a esta isonomia, o estudo de Aguiar (2013), sobre os atores que por força do próprio regimento interno da câmara dos deputados concentram poderes no processo legislativo.

Também nesse mesmo mote, nossos trabalhos anteriores demonstram como a relação de forças entre grupos de parlamentares têm capacidades diferencialmente distribuídas de arregimentar apoio, de universalizar e naturalizar suas demandas, ou de forma mais geral, de conduzir o processo legislativo em determinado sentido (HENRIQUES & PONZILACQUA, 2013). Buscamos assim demonstrar que independente de outros fatores, inclusive da opinião pública, ou da afronta a direitos de minorias, o que as Ações Legislativas produzem, ao seu fim, é uma violência simbólica capaz de exprimir e impor, sob um manto de legitimidade, os anseios particulares dos grupos dominantes. O que nos leva a outra interessante constatação: de que esta violência será sempre exercida de maneira a melhor atender os interesses dos dominantes, seja em seu conteúdo, em seu modo particular de imposição e, principalmente, na delimitação do quê e sobre quem será imposto.

Essas ações legislativas também são um processo de violência simbólica no sentido que, ao delimitar os temas – e os sentidos específicos desses temas – que são de interesse, e portanto legítimos para ingressarem no plano jurídico-normativo, todos os demais assuntos, bem como todas as demais possíveis abordagens deste assunto são preteridos. Há, portanto, que se reconhecer que toda violência simbólica age de tal forma que haja um duplo grau de violência: a violência da seleção arbitrária, e a violência do silêncio – ou da censura, no sentido da impossibilidade de evocação legítima de determinado sentido – dessa seleção em relação a todos os demais sentidos.

Os próprios autores ao criticarem a possibilidade da separação dos dois sentidos da arbitrariedade de uma AP (arbitrariedade do poder que impõe e do arbitrário cultural imposto), explicitam uma crítica à “crença idealista na força totalmente autônoma do Direito” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 24), que nada mais é do que um dos mecanismos justamente de mascaramento da violência simbólica que o Direito exerce.

De fato, a própria inscrição do Direito enquanto forma de atuação do Estado confere um efeito de legitimidade “intrínseca” dessa forma de imposição das ações legislativas (as normas); ou seja, a delegação de autoridade de que se favorecem as ações legislativas se inscreve no âmbito desse constructo teórico generalizante e universalizante que é o Estado, cuja estrutura tem por um de seus efeitos justamente o mascaramento das relações de forças sociais que lhe são anteriores e que a ele conferem autoridade. Assim, o Estado se configura como uma fonte de autoridade por excelência, outorgando a tudo que dele deriva esse tipo de legitimidade “intrínseca”, que decorre da própria noção de Estado democraticamente organizado – no sentido da democracia elitista que discutimos na sessão 1.1.

Dessa forma, toda seleção definida a partir de uma ação legislativa do tipo que visa a produzir uma norma deve lidar com a ausência de força própria do conteúdo que impõe, e o faz a partir da legitimidade intrínseca da forma. A consequência dessa desconexão, que é mais completa quanto mais o conteúdo da norma se afasta das expectativas mais naturalizadas dos sujeitos de determinado grupo – ou seja, quando menos dóxicas – é o recurso às formas mais ostensivamente coercitivas de efetivação dessa norma. Portanto, ao reproduzir a cultura dominante, inclusive a partir do reforço da autoridade estatal, o Direito realiza uma “função de reprodução social da reprodução cultural”, garantindo a manutenção dos grupos dominados nessa posição, inclusive com o recurso à força coercitiva física do aparato estatal, na medida em que está também

usufrui da presunção de legitimidade das ações emanadas do Estado – especialmente a legitimidade que Weber denominou “poder racional legal” (WEBER, 1999, p. 525).

Nesse sentido, o “monopólio do direito de dizer o direito” pelos grupos dominantes no subcampo legislativo gera a definição de sentidos arbitrários benéficos a esse mesmo grupo, fortalecendo-o, ao mesmo tempo em que fortalece também os mecanismos de definição de sentidos próprios desse grupo, inclusive o próprio sistema político vigente. Mas, além da arbitrariedade das seleções havidas no subcampo legislativos, observamos também a necessária adequação entre o conteúdo de toda Ação Legislativa e o arbitrário cultural dominante; é dizer que determinada ação legislativa deve a sua inteligibilidade e pertinência à coerência entre o seu conteúdo – e sua função última, na forma de sua efetivação – e os anseios do grupo dominante.

Consequência direta desta segunda característica, temos que, seja de forma ou mais ou menos direta, o conjunto de normas vigentes determinadas pelas ações legislativas terminará por expressar os interesses objetivos (materiais e simbólicos) do grupo dominante, o que possivelmente terá desdobramentos sobre a própria cultura da sociedade, a qual irá se adequar a esta legislação, de forma que haja um diálogo entre legislação e cultura. Lembremo-nos, aqui, do exemplo, já mencionado, do sujeito que ao se esconder para infringir uma norma a legitima, dá-lhe reconhecimento e, consequentemente, força.

A essa constatação seguem duas discussões necessárias: a primeira delas, sobre a possibilidade de grupos dominados terem pretensões atendidas (ainda que parcialmente). É imperioso notar que a perspectiva que aqui adotamos não exclui a possibilidade que os grupos dominados tenham sucesso em exercer pressão (inclusive pela própria ameaça do uso da “força das massas”), e ver atendidas algumas de suas pretensões. No entanto, deve-se ressaltar que tal fato deve ser analisado pormenorizadamente para que se observe como mesmo esse tipo de definição (que atenda a alguma reivindicação dominada) se dá. O recurso aos mecanismos postos de definição (incluídas aqui as ações legislativas), por si só, já é uma demonstração de um reforço das estruturas de seleção definidas em consonância com o arbitrário cultural dominante; ademais, tais mecanismos exercem uma filtragem de quais os sentidos e definições são menos gravosos à manutenção do estado das relações de força, ou seja, quais concessões podem ser feitas sem gerar um desbalanço grave nas relações de forças; por fim, observamos ainda que a mera definição por meio de uma ação legislativa não implica na imediata eficácia das definições, devendo inclusive passar

pelas demais instâncias legítimas de definição de sentidos jurídicos – como é o caso das discussões dogmáticas a respeito de determinada norma, que podem inclusive retirar toda efetividade desta.

A segunda discussão, que já realizamos anteriormente, mas que é sempre necessário repisar, relaciona-se com o fato de que a perspectiva bourdieuniana rechaça toda noção instrumentalista dos campos sociais, que veem nas ações de determinado campo a influência direta das pretensões do grupo dominante. Embora os agentes do subcampo legislativo, especialmente aqueles que concentram poderes, no sentido já discutido, tenham em geral uma proximidade acentuada com os grupos dominantes, é na persecução de seus interesses mais imediatos que eles servem mediatamente aos interesses dos grupos dominantes.

Isso porque a adequação entre legislação, cultura dominante (arbitrário cultural dominante), e os objetivos desta classe dominante majora o poder de imposição de uma ação legislativa, no sentido de que tal ação que reforce o que socialmente se espera, será mais bem aceita por esta sociedade. Vale lembrar que, ao ir ao encontro dos anseios da classe dominante, uma dada ação parecerá, aos olhos leigos, beneficiar uma população que, conforme também já mencionamos, busca e se espelha nesta classe dominante – nesse sentido a discussão já realizada sobre a maior facilidade dos grupos dominantes em expressarem seus anseios em termos universalizantes. Logo, ao dar respaldo legal a seus anseios em suas ações legislativas, a classe dominante terá uma percepção social de legitimidade por também responder a supostos anseios – ainda que inculcados – de parcela da sociedade que acredita se beneficiar daquela ação.

Conforme já discutimos, a autoridade legislativa, delegação da autoridade estatal que advém das relações de força no interior da sociedade e que seleciona os sentidos da estrutura estatal como uma das formas mais eficazes e socialmente palatáveis de inculcação do arbitrário cultural dominante, num Estado de Direito se deve a argumentos principalmente de natureza democráticos e procedimentais. Logo, mesmo as ações que aparentem ser completamente lógicas ou naturais – ou plenamente dóxicas –, deverão ser executadas na forma do procedimento adequado, pelos agentes democraticamente legítimos, detentores, portanto, da percepção de autoridade necessária à eficácia da inculcação. Isso porque nenhuma violência simbólica pode ser exercida sem uma percepção de autoridade que a legitime, sob risco de escancarar mesmo aos olhos leigos a sua verdade objetiva de violência, de arbitrária e de imposição. Por outro lado, toda ação tomada dentro da forma socialmente aceita e

arbitrariamente instituída tende a reforçar todo o sistema, colaborando para o reforço de sua legitimação perante a sociedade. Nesse sentido, é interessante percebermos que, assim como para as ações pedagógicas, todo o sistema criado para sustentar as ações legislativas, inclusive elas próprias, guardam relações com a sociedade que as instituiu, ou mais especificamente com um ideal de sociedade conforme inculcado pelo arbitrário cultural dominante para garantir a manutenção das relações de força que garantem sua posição.

A autonomia relativa do subcampo legislativo é um dos pressupostos de sua legitimidade, no sentido de que deve haver uma percepção social de algum grau de neutralidade das ações legislativas, sem a qual toda a construção social que confere autoridade aos produtos deste subcampo seria colocada em questão permanentemente. Nesse sentido, um dos principais argumentos para a autonomia relativa desse subcampo é a de que os parlamentares, e o parlamento, como um todo, atuam em defesa do “bem comum” ou dos “interesses gerais e coletivos”, ideia que permeia desde textos clássicos como o “Discurso aos eleitores de Bristol” (BURKE, 2012), até teorias atuais como o faz a noção de “véu da ignorância” desenvolvida por Rawls (1997, p. 146 e ss.). Essa constatação nos permite também discutir a interação entre os diferentes campos sociais, pois, quando o campo intelectual seleciona determinadas ideias como válidas, está sempre, de certa forma, limitando os sentidos dignos de serem debatidos, e consequentemente restringindo o universo das discussões válidas na perpetuação de determinados referenciais teóricos.

Cabe salientar que a eficiência da autoridade legislativa reside justamente no fato de ela não ser prontamente identificada como tal, de forma que as ações legislativas se assemelhem a uma comunicação que corresponda, de fato, a meras enunciações dos anseios coletivos. Assim, trata-se de dar, ao fazer legislativo, ares de mera resposta a estes anseios gerais por normatização, encobrendo-se o fato objetivo de que se trata de uma definição arbitrária de sentidos. Os indivíduos e grupos alvos dessas ações, por outro lado, são socialmente levados a se perceber enquanto necessitados e dependentes destas normatizações, de forma que se estabelece uma relação entre a aparência de necessidade dos grupos dominados e a aparência de resposta das ações legislativas, culminando numa majoração da legitimidade de tais ações.

Outro argumento legitimador das ações legislativas é o respeito ao formalismo. Esse argumento realiza uma verdadeira redução ao infinito numa cadeia de legitimação formalista, desde o respeito ao procedimento eleitoral, até a sua homologação, a posse

dos eleitos, suas ações de acordo com os procedimentos da instituição em que adentram, e assim sucessivamente; em nenhum momento, no entanto, coloca-se em questão a noção primeira de que o estabelecimento dessas regras, desde seu princípio, é fruto da mesma cadeia de violências simbólicas derivadas das relações de força de uma sociedade; em outras palavras, é novamente o efeito de naturalização e eternização das seleções arbitrárias que, analisando os procedimentos formais de uma perspectiva que não questione a sua própria produção, mascara o fato de que os procedimentos são, eles mesmos, seleções arbitrárias e, portanto, igualmente violência simbólica, definindo mecanismos que tenderão sempre a permitir que o respeito a eles leve a determinados tipos de ações que reproduzam o arbitrário cultural que os instituiu.

Um terceiro mecanismo capaz de conferir autonomia relativa ao subcampo legislativo são os esforços de neutralização e naturalização do próprio Direito que é produzido e que legitima a sua autoridade impositiva (BOURDIEU, 2011b, p. 240 e ss.). A doutrina jurídica é particularmente cuidadosa no sentido de garantir uma percepção social de um direito neutro, auto-evidente, quase natural; mesmo as teorias críticas, à esquerda do espectro na doutrina jurídica, tendem a retirar do Direito toda a sua verdade objetiva de violência. Retirando-se do estudo do Direito a violência, seja a violência simbólica que o institui ou a violência física e simbólica que é utilizada em sua efetivação, e, ocultando os termos da violência que permeia todo o Direito, mascara-se a contradição entre a verdade objetiva de toda ação (inclusive legislativa) e a representação dessa ação arbitrária como algo necessário, ou até mesmo natural.

Também aqui a aparência de legitimidade conferida à autoridade legislativa confere legitimidade às ações legislativas e estas, por sua vez, reforçam o arbitrário cultural dominante e mascara o caráter arbitrário e violento de todo o conjunto de seleções. A dissimulação da arbitrariedade da autoridade legislativa deve ser compreendida também no contexto social em que se insere. Desta forma, somente temos a eficácia desse movimento de mascaramento porque os indivíduos de nossa sociedade naturalizaram a concepção desta autoridade como algo legítimo. Esta naturalização é o fruto mais importante da violência simbólica, que assegura a sobrevivência de todo o sistema, posto que não permita a percepção da violência exercida.

Um último mecanismo de legitimação da autoridade legislativa é a legitimação dos agentes – especialmente aqui os agentes eleitos – que são percebidos socialmente como representantes da sociedade, como na formulação clássica de Sieyès (2003, p. 20). No entanto, essa percepção é colocada em cheque seja por críticas como aquelas

formuladas por Young (2000, p. 53 e ss.) que percebem que a representação é incapaz de incluir visões de mundo distintas, ou por críticas mais radicais sobre a própria possibilidade de tal delegação de vontades, no sentido da crítica rousseuniana da representação (ROUSSEAU, 2011, p. 36). Os efeitos relacionados aos agentes no subcampo legislativo tem ainda outro importante efeito que é a despersonalização da autoria dessas ações legislativas que visam a produzir normas – de fato, o produto (norma) de determinada ação legislativa não pode ser deduzida como ação de um agente específico, mas será sempre ação de toda a instituição que lhe confere autoridade de forma monolítica. Essa coletivização das ações legislativas, além de contribuir para a neutralização das definições inculcadas – que não podem ser jamais reputadas a um agente ou grupo, em sua externalização formal – facilita a violência simbólica que ela realiza, uma vez que contribui para o mascaramento de seu caráter impositivo, arbitrário e vinculado a visões de mundo específicas (o arbitrário cultural dominante).

Também a perspectiva bourdieuniana contribui, ao demonstrar as seleções dos mecanismos de escolha de representantes enquanto seleção arbitrária e, portanto, sua imposição enquanto violência, para o questionamento desse mecanismo; ou seja, o que o sistema de representação de fato é capaz de representar, em certa medida, são justamente as relações de dominação que existem na sociedade. Nesse sentido, a constatação dos próprios autores da teoria da reprodução a esse respeito é esclarecedora:

“As relações de concorrência entre as instâncias obedecem à lógica específica do campo de legitimidade considerado (político, religioso ou cultural) sem que a autonomia relativa do campo exclua jamais totalmente a dependência relativamente às relações de força. A forma específica que tomam os conflitos entre instâncias que pretendem à legitimidade num campo dado é sempre a expressão simbólica, mais ou menos transfigurada, das relações de força que se estabelecem nesse campo entre essas instâncias, e que não são jamais independentes das relações de força exteriores ao campo.”
(BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 32)

A despeito do esforço por demonstrar a autonomia do subcampo legislativo, há uma dependência necessária deste às relações de força mais gerais da sociedade. Assim que, também nele se estabelecem formas de seleção e de concorrência próprias, mas somente na medida em que essas concorrências garantam, ao fim, legitimidade máxima às definições de sentido selecionadas pela lógica própria do subcampo, que em geral se aproximam daquelas do grupo dominante. É importante perceber que mesmo na classe dominante não existe uma homogeneidade uniformizante, havendo sempre frações de classes dominantes; muitas vezes as disputas vivenciadas no subcampo legislativo, em que pese serem socialmente justificadas enquanto confronto entre ideais de sociedade de

grupos distintos, são em realidade disputas de tais frações de classe dominante, que são nesse sentido capazes de limitar as possibilidades de discurso de tal modo que, independente da fração que “vença” determinada disputa, a manutenção de toda a classe dominante esteja assegurada.

Conjuntamente, esses mecanismos permitem a eficácia do processo de dissimulação da violência, ou seja, que os grupos dominados não percebam a relação de forças e poderes, e não se esforcem para exercer a força que possuem. É dizer que o mascaramento da autoridade legislativa e das ações legislativas enquanto violentas e arbitrárias é um dos fatores que confluem para manter a imobilidade dos demais grupos dentro da sociedade, os quais se submetem ao poder do grupo dominado de forma relativamente servil, por aceitar a legitimação imposta por este movimento.

Dominação e legitimidade estão, nesse modelo, em constante relação dialógica e conflituosa, e é desta relação que se extrai o poder. Assim, normas explicitamente arbitrárias, e que invistam contra os preceitos sociais de legitimidade estabelecidos, tendem a gerar reações de grupos dominados, por vezes tendo até de serem revistas ou completamente anuladas, por se constituírem em risco à manutenção das relações de força. Essas leis, por abusarem do caráter de dominação mais puro, deixam entrever o caráter arbitrário das ações legislativas, causando estranhamento nos grupos dominados. Por outro lado, leis que são percebidas como mais benéficas, que são, ao menos em aparência, contra-dominantes, tendem a reforçar a autoridade legislativa, e contribuem para a majoração do mascaramento do caráter violento destas ações.

Nesse sentido é importante retornarmos a uma discussão que já iniciamos anteriormente, no sentido das seleções contra-dominantes, pois se deve perceber que quando o subcampo legislativo – ou qualquer campo social – avoca para si a definição de um sentido aparentemente contra-majoritário, deve-se perceber que há nesse movimento a interferência direta do arbitrário cultural dominante, que faz seleções mesmo dentre as possibilidades de discursos e sentidos contra-dominantes. Assim, tais seleções implicam na escolha de demandas que ofereçam menor risco ou menos danos à manutenção da própria estrutura de dominação e, em última análise, à manutenção das relações de força que lhe deram origem. Ademais, ao fazer uma seleção contra-dominante, ainda que seja definida uma seleção tanto mais assente ao arbitrário cultural dominante quanto possível, confere-se ainda maior legitimidade àquela estrutura e aos mecanismos de definição de sentidos postos. Nesse sentido ganham reverberação, por

exemplo, os discursos que afirmam que o poder legislativo responde aos anseios da população, ou à vontade popular.

Sobre a seleção de sentidos, mesmo aparentemente contra-dominantes, mais assentes ao arbitrário cultural dominante, é interessante destacar a figura do profeta que Bourdieu & Passeron (1992) evocam, para mostrar como, dentre os diversos profetas, são aqueles que dão voz aos anseios já existentes os que ganham relevância:

“(...) é preciso estabelecer que o profeta que logra êxito é aquele que formula, para uso dos grupos ou classes aos quais ele se dirige, uma mensagem cujas condições objetivas sejam determinadas pelos interesses, materiais e simbólicos, desses grupos ou classes, predispondo-os a escutar e a compreender. (...) o profeta religioso ou político prega sempre para os convertidos e segue seus discípulos ao menos do mesmo modo que seus discípulos o seguem, já que só escutam e compreendem as suas lições aqueles que, por tudo o que eles são, lhe deram objetivamente mandato para lhes dar a lição.” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 38)

Além disso, é interessante notarmos que toda ação legislativa reforça a autoridade legislativa e a legitimidades de todo o sistema, pois sempre pressupõem o uso do sistema considerado legítimo. Assim, toda vez que uma ação legislativa é capaz de exercer a violência e impor a inculcação que a delegação de autoridade lhe autorizou a realizar, todo o sistema pelo qual esta ação se deu é reforçado.

No plano legislativo, assim como no pedagógico, não há formas de se conceber as ações sem que estas tenham um caráter violento. Portanto, seria impensável qualquer forma de regulação da vida social (legislação) que não tenha um componente violento e impositivo. Por outro lado, há modelos diversos, que aplicam mais um ou outro tipo de violência – bruta ou simbólica – em sua imposição. A definição do modelo adotado dependerá da extensão da dominação e do desbalanço de forças entre dominantes e dominados, de forma que aquele selecionado para legitimar as ações legislativas será sempre o que melhor seja capaz de assegurar a imposição e evitar que os grupos dominados sejam capazes de reagir à violência destas ações.

Para isso contribuem todas as definições de sentido no subcampo legislativo. Desde os princípios de hierarquização (visão e divisão), a definição do *habitus* adequado àquele ambiente, os mecanismos de seleção dos agentes legitimados, os limites da elasticidade das ações legislativas dentro dos quais uma ação pode ser imposta sem que haja uma quebra do equilíbrio de manutenção das relações de força, do modo legítimo de imposição de cada definição – a necessidade ou não de uma norma para impor determinado sentido, o tipo de coerção a ser empregado, os mecanismos de efetivação, dentre outros. Como a legitimidade é, em última análise, indivisível, a luta

por seu monopólio é inevitável, e as definições de todos os sentidos possíveis dentro do subcampo legislativo é, de fato, essa luta pelo monopólio do reconhecimento social da legitimidade das ações legislativas.

De fato, com relação à definição dos limites das ações legislativas convém relembarmos do que os autores da teoria da reprodução social denominam de “princípio da limitação da autonomia das instâncias pedagógicas” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 40), igualmente válido para o subcampo legislativo; esse princípio explicita a ideia de que, por mais que as ações legislativas possam definir sentidos sobre quase tudo aquilo que se compreenda por “jurídico”, não podem fazê-lo de qualquer forma, e tampouco podem definir sentidos para além daquilo que seja considerado legítimo à sua atuação. Ou seja, mesmo essa autoridade tão potente que é conferida aos parlamentares se submete a limitações. De fato, toda autoridade possui limitações. Até mesmo a autoridade “originária” do grupo dominante é limitada pelas relações de força da qual ela deriva, ou seja, até mesmo o grupo dominante está sujeito às limitações para além das quais o equilíbrio de forças que sustenta a dominação pode ser ameaçado.

Além dessas limitações próprias à autoridade, deve-se ter em conta que, enquanto comunicação, ainda que formalizada, estatizada e teoricamente em vigência sobre um princípio geral de igualdade, uma norma nunca tem penetração e eficácia simbólica idêntica para grupos sociais distintos. Nesse sentido, uma norma será tão mais bem aceita e eficazmente inculcada – no sentido de gerar efeitos mesmo a despeito de formas coercitivas mais diretas – quanto mais a sua observância consegue se revestir de algum acréscimo de valor para os sujeitos de determinado grupo, ou na medida em que a adequação a ela confirme uma vantagem no mercado econômico ou simbólico.

Além dessa relação, o reconhecimento da legitimidade do produto de uma ação legislativa será dado também em função da relação entre o arbitrário cultural dominante (e na medida em que esse produto se adequa mais ou menos a ele), a penetração desse arbitrário cultural dominante na formação social em que se queira analisar o reconhecimento da legitimidade de tal produto (eficiência da inculcação), e o arbitrário cultural desse grupo (inculcado principalmente em instâncias não formais como nos grupos familiares e no convívio cotidiano com outros indivíduos do grupo social).

Assim, resta claro que o menor reconhecimento e identidade dos grupos sociais mais distantes do grupo dominante (os grupos “mais dominados” e as classes mais “baixas”) com os produtos das ações legislativas – e, bem assim, com todas as ações

legislativas, vez que a perspectiva de ingresso de membros de tais grupos no jogo do subcampo legislativo é baixa, e menor ainda suas chances de aceitação plena caso nele ingresse, afasta completamente tais sujeitos deste subcampo – tem por consequência uma maior recorrência do uso de formas de coerção mais fisicamente violentas para garantir a eficácia das ações legislativas. Assim, se podemos ver nessas ações e em seus produtos, uma violência simbólica quando analisamos sua relação com grupos e classes ditas “médias”, é para se ver na inculcação de determinados sentidos legislativamente definidos e juridicamente aplicados toda a força da violência simbólica e física de que pode lançar mão o Estado até o limite a partir do qual poderia haver risco de se perder a percepção social de legitimidade das ações estatais.

Também o tempo necessário para a inculcação de um arbitrário cultural sobre um indivíduo será maior quanto mais distante do *habitus* que se deseja inculcar esteja o indivíduo ou grupo sobre o qual o trabalho se realiza. Assim, nota-se um descompasso entre a inculcação realizada pelo trabalho legislativo (aqui o paralelo com a noção de trabalho pedagógico, não se resume à produção do subcampo, mas a todo o esforço por inculcar as definições selecionadas pelo subcampo), especialmente em face de ser um trabalho mais ou menos uniforme realizado sobre toda uma população simultaneamente – ressalvado o que aqui já se discutiu sobre as formas de coerção mais ostensivamente empregadas contra os grupos mais distantes do grupo dominante, sobre os quais além do trabalho legislativo usual há outro trabalho judiciário/policial que busca garantir a eficiência da dominação nesses grupos.

A distância, conjugada a certa uniformidade, que caracterizam o trabalho legislativo, tornam o seu tempo extremamente longo – de fato, o trabalho pedagógico do subcampo legislativo não cessa nunca – porque pretende atuar sobre toda a sociedade e a todo o tempo. Pelo trabalho legislativo o Estado se projeta sobre a sociedade como Estado policialesco – não no sentido necessariamente da presença ostensiva, mas no sentido da conformação permanente dos *habitus* aceitáveis às definições jurídicas e políticas do social.

No entanto, podemos observar com clareza o trabalho diferencial do TP estatal em relação a grupos sociais distintos: assim, em relação a grupos cujo *habitus* se distancia do dominante, a presença estatal, inclusive com suas formas coercitivas mais diretas pode ser observada com maior frequência; por outro lado, em relação aos grupos cujo *habitus* se aproxima do dominante, o Direito surge como uma realidade auto-evidente, dedutível mesmo da lógica própria do senso prático do grupo, e o trabalho

legislativo-estatal pode se dar de formas mais sutis, ou mesmo ser dispensado em certa medida – nesse sentido, o clamor liberal pela não interveniência do Estado nos campos e grupos onde o *habitus* já se conformou mais completamente ao arbitrário cultural dominante e a própria autonomia do campo ou grupo seria capaz de assegurar a reprodução cultural e social.

Dessa forma, chega-se ao fato de que o trabalho legislativo, e bem assim o próprio direito, só é necessário porque o arbitrário cultural dominante não é nunca universalmente aceito, de forma que esse trabalho precisa ser constante para garantir a eficiência da inculcação do arbitrário cultural que ele impõe. A pretensão de universalidade do alcance do Direito (e da norma) é justamente a demonstração de sua particularidade enquanto produto de um arbitrário cultural dominante; afinal, fosse ele de fato algum tipo de definição que efetivamente exprimisse os princípios de visão e divisão de todos os grupos – algo impossível na perspectiva bourdieuniana, já que os *habitus* dos grupos não são nunca completamente reconciliáveis – o Direito não seria necessário ou a coerção que lhe é correlata seria dispensável.

A teoria da reprodução social traz à luz o fato de que não é a norma ou a sanção que estimula a conformação dos sujeitos ao *habitus* dominante numa sociedade submetida a um Estado, mas as ações mais propriamente práticas, aquelas que impõem a todo tempo os princípios próprios à cultura dominante, da qual o Direito é senão um produto. Nesse sentido, a criação de mecanismos de distinção que se adequam ao arbitrário cultural dominante nos diversos campos sociais; a seleção de princípios de visão e divisão próximos àqueles dos grupos dominantes; ou mesmo a adequação constante dos sujeitos aos *habitus* de novos ambientes predispõem a sociedade à inculcação facilitada desse mesmo arbitrário. É dizer que a conformação dos diversos espaços sociais, por efeitos inclusive de homologia estrutural, à lógica da cultura dominante, é uma forma bastante mais eficaz de inculcação desse arbitrário do que o próprio Direito.

“pode-se opor o efeito próprio da AP ao efeito do poder político pelo alcance temporal onde se exprime a duração estrutural dos poderes de imposição correspondentes: o TP é capaz de perpetuar mais duravelmente que uma coerção política o arbitrário que ele inculca (*salvo quando o poder político recorre ele mesmo a um TP*)” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 45, grifos nossos)

Assim, deve-se estabelecer uma diferença entre o ordenamento jurídico, e a coerção que ele é capaz de praticar pontualmente, em casos específicos, e as práticas de fato que o impõem a partir de um trabalho pedagógico estatal e, de certa forma, social,

muito mais amplo – assim as práticas legislativas, as práticas judiciais, as práticas estatais e os desdobramentos de tais práticas (que são objetivamente APs) nas ações dos indivíduos de uma sociedade; ou seja, é reconhecer a eficácia dessas ações pedagógicas cotidianas em imporem um *habitus* específico que internalize os princípios de visão e divisão da cultura dominante, de forma que o indivíduo ao agir a partir do que acredita ser seu “senso prático”, aja também em conformidade com o direito.

Como discutimos anteriormente, a eficácia do trabalho pedagógico legislativo será tão maior quanto mais próxima for o arbitrário cultural da formação social original do indivíduo e o arbitrário cultural dominante. Daí que haverá sempre uma eficácia menor do TP estatal sobre os grupos e classes cujo arbitrário cultural se distancie do arbitrário cultural dominante, de tal forma que a “lógica” do direito, que se reveste de características dóxicas para os grupos mais próximos dos dominantes, seja estranha aos grupos deles mais distantes, gerando conflitos mais pronunciados ou mais recorrentes.

Consequência desse distanciamento entre a cultura dominante e a cultura de certos grupos dominados, é que o Direito, numa sociedade de classes, não reforça somente a própria estrutura de classes, mas também reforça os locais de classe e o papel delas e dos indivíduos nelas inseridos. Uma vez que se possa verificar, na adequação ao Direito, ou, mais especificamente, ao senso prático inculcado pelo Direito – que se aproxima da cultura dominante – um valor mercadológico, ou seja, o *habitus* dos indivíduos mais conformes ao Direito se traduz em ganhos de valor do indivíduo nos mercados econômico, social, cultural e simbólico, observamos que esse Direito pode ser compreendido para além do seu papel de reprodução cultural para ser compreendido no papel que exerce na manutenção da própria reprodução social.

A distância entre o arbitrário cultural dominante e o arbitrário cultural dos grupos dominados mais distantes daquele faz com que a delegação de autoridade para o trabalho legislativo especificamente realizado sobre tais grupos seja mais ampla, permitindo o uso mais ostensivo da coerção. Esse mecanismo se dá porque o trabalho pedagógico primário – principalmente o familiar – nesses grupos, não inculcam as preliminares necessárias ao trabalho legislativo (*e.g.* os princípios de obediência ao próprio Estado). Os grupos cujo arbitrário cultural é mais próximo ao dominante, portanto, podem ser vistos como mais completamente domesticados, e, portanto já predispostos à inculcação que o trabalho legislativo visa engendrar e dispensa, só por isso, a utilização de meios coercitivos mais diretos.

De fato, determinados grupos podem possuir TPs primários tão distantes dos dominantes que sejam simplesmente excluídos, como faz o Direito explicitamente em relação a determinados grupos indígenas no Brasil, não por reconhecer a legitimidade da cultura desses, mas por de tal forma se distanciar dessa que simplesmente a exclui completamente do horizonte de TPs válidas, reputando a um sujeito mais próximo do *ethos* dominante a responsabilidade para responder totalmente por elas.

A consubstanciação da eficácia do TP legislativo é justamente a disposição permanente dos indivíduos – e quanto mais próximos do arbitrário cultural dominante, maior é essa disposição, até porque maior o valor de mercado que se alcança por ela – em ver em todas as ações do Estado, ações legítimas. A “domesticação” mais completa dos *habitus* é justamente essa crença fiel de sujeitos que, derivando seu próprio valor de mercado das hierarquizações próprias do arbitrário cultural dominante, passam a defender esse arbitrário cultural como próprio e, em todas as ações que dele derivam, a legitimidade que imputa àquele arbitrário cultural que lhe foi inculcado.

Esse é justamente o efeito reforçador ou retro-alimentador de todo trabalho pedagógico, inclusive o legislativo, que implica, em última análise, na naturalização da cultura legítima; de tal forma que se deve observar, por exemplo, nas tentativas de ver no direito algo de natural, o efeito mais completo da inculcação de um arbitrário cultural dominante. Essa ideia também põe em cheque as teorias que supõem a possibilidade de uma racionalidade para além das contingências necessariamente estabelecidas pelos esquemas de percepção que são impostos como legítimos pela cultura dominante.

É essencial perceber que até mesmo as seleções supostamente mais marcadas pela lógica, como poderiam ser imaginadas as seleções do campo científico, são contingenciadas pelos princípios de visão e divisão dominantes. Assim, não se poderia crer que as ideias que alcançam um *status* de maior visibilidade sejam necessariamente as mais racionais, mas possivelmente aquelas que se adequam de forma mais completa à visão dominante – não que isso implique na impossibilidade de contestação, mas mesmo essa contestação se dá nos limites daquilo que pode ser legitimamente contestado, reputando-se como acientíficas as teses que escapem por completo ao contingenciamento da visão dominante.

Assim, afastada a “naturalidade” e mesmo uma suposta cientificidade – no sentido da neutralidade que tal concepção costuma trazer –, pode-se ver no direito um produto de consumo, que confere aos seus intérpretes um alto valor nos mercados, mas

também àqueles que a ele melhor se adequam um valor mais elevado (traduzido com frequência em termos de capital simbólico).

Já discutimos anteriormente a noção de que o trabalho legislativo é capaz, pelos processos de legitimação de suas definições que lhe é intrínseco, de gerar aquilo que na teoria da reprodução social se denomina “amnésia da gênese” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 50), estabelecendo a noção de uma propensão natural a ver os princípios do direito como auto-evidentes, e tornando o próprio direito – esse, estatal – como um produto essencial e legítimo (ou mesmo natural); além de correlatamente predispor os indivíduos a negar legitimidade a todas as demais formas desse produto (o Direito) como ilegítimas (assim, por exemplo, os direitos de outros grupos sociais de matriz distinta). Aquilo que o próprio Direito estabelece como não direito (uma escolha absolutamente arbitrária), passa a ser socialmente ilegítimo de ser considerado direito.

Isso implica também no fato de que os agentes inculcados sejam dotados de disposições consideradas adequadas à visão dominante. Ao argumentar a esse respeito em relação aos gostos artísticos, os autores percebem que tais agentes, inculcados pelo TP dominante, “não podem aplica-la [a disposição adequada] senão a certos objetos, e objetos que aparecem aos agentes produzidos pelo TP como apelando ou exigindo a disposição adequada” (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 50). Esse mesmo raciocínio, entretanto, pode ser aplicado a toda a imposição de esquemas de gostos que geram preconceitos e hierarquizações sociais que conduzem, por exemplo, a determinados tipos de conduta frente a sujeitos vistos como pertencentes a determinados grupos sociais sobre os quais é necessário se realizar uma determinada disposição, mesmo negativa.

Assim, a noção de “trabalho” (incluído aqui o trabalho legislativo, jurídico e estatal) implica no reconhecimento da impossibilidade real de qualquer suposta isenção ou neutralidade do produto (o direito) ou de seus agentes e instituições. Implica, ainda, na inexistência da excelência, exceto como uma modalidade da prática que supõe um grau de realização elevadíssimo do trabalho de inculcação capaz de conformar o sujeito quase completamente à cultura dominante, tornando-o mesmo em seu emissário – essa é a raiz da tese da democracia elitista apresentada por Miguel (2014, p. 27): o corpo dos sujeitos de elite é na verdade o corpo de sujeitos completa e perfeitamente inculcados. Não são o grupo dominante, mas são seus emissários perfeitamente realizados.

De fato, o trabalho legislativo, nele incluído o direito, tem sua realização plena quando as normas (institucionalizadas ou não) da cultura dominante que o Estado

representa são internalizadas na forma de autodisciplina e autocensura dos sujeitos – voltamos ao caso do sujeito que ao infringir a lei o faz se escondendo, por considerar sempre a lei enquanto horizonte, bem como ao indivíduo que flagrado em um ato considerado criminoso se auto-reputa a necessidade de uma pena, pois novamente tem a lei (essa que é a “cristalização” das estruturas sociais do Estado que lhe impingiu a agir contra ela) como horizonte inevitável.

Assim, o trabalho legislativo pode ser compreendido como a forma de monopólio do Estado sobre as definições jurídicas, relegando à indignidade toda forma de resolução de conflitos das culturas dominadas, negando-lhes toda possibilidade de decidirem internamente suas questões; mas não somente nesse sentido: ao decidir quais as questões merecem a atenção das formas legítimas de resolução de conflitos, e quais não podem sequer ser levadas aos mecanismos legítimos, também se procede a uma indignificação dos conteúdos caros às culturas dominadas. Por fim, o trabalho pedagógico legislativo é eficaz em demonstrar a indignidade mesmo das questões dos dominados que são levadas a ele (ainda quando a forma e o conteúdo possam ser analisados pelo Direito), como no caso das “pequenas causas” e na representação por advogados dativos. Esse conjunto de situações demonstra que não é necessário demonstrar o valor do dominante quando se pode demonstrar o desvalor e a ilegitimidade de tudo aquilo (inclusive os conflitos jurídicos) relativo aos dominados.

Um último e interessante exemplo, muito propriamente legislativo, desse processo pelo qual as questões caras aos grupos dominados são relegadas ao segundo plano pode ser percebido na seleção de pautas legislativas. Figueiredo & Limongi (1999, p. 29 e ss.) demonstraram há algum tempo o tempo reduzido de tramitação das proposições do executivo e do judiciário em comparação com aquelas do próprio legislativo; além disso, demonstraram também a velocidade distinta de proposições orçamentárias e outras proposições que versam sobre a própria estrutura do Estado. Apesar de ser possível buscar justificações racionais para tais fatos – são projetos mais simples ou mais urgentes – o que aqui se busca demonstrar é que também na seleção dos assuntos dignos de maior celeridade legislativa, as demandas dos grupos dominados são relegadas ao segundo plano, indignas de uma atenção maior, ou de qualquer pressa em sua tramitação.

Mas em termos de mercado - não só de mercado de consumo, mas mercado na visão de Bourdieu, ou seja, espaço de trocas de produtos, inclusive os simbólicos ou culturais - existe uma rentabilidade real na “inadequação” da cultura dominada. Quando

se estabelece transmissões implícitas que a cultura dominada não é capaz de decodificar, pode-se realizar formas de trabalho legislativo que, embora exteriormente estejam imbuídos por um senso de igualdade, ao menos formal, de fato tenham efeitos muito distintos posto que os conteúdos implícitos só sejam realmente percebidos pelos dominantes. Nesse sentido, podemos exemplificar com o recorrente discurso de redução dos impostos, que Paul Krugman (2006, p. 277) ao analisar o caso americano evidencia ser um discurso aparentemente atraente a todos quando, na realidade o que está em jogo são cortes que beneficiam em especial as classes mais abastadas.

Até aqui, buscamos estabelecer um paralelo entre a teoria da reprodução social de Bourdieu & Passeron (1992) e o subcampo legislativo (e suas projeções sobre o campo político e jurídico); estabelecidas as aproximações e os distanciamentos que as homologias estruturais entre os diversos campos sociais nos permitem realizar. Também buscamos demonstrar como a perspectiva bourdieuniana permite que se coloque todas as definições e distinções em análise, enquanto seleções arbitrárias, para que se possa buscar o fundamento de toda autoridade e legitimidade jurídica nas relações – e especificamente no momento das relações de força – de uma sociedade. Buscaremos a seguir desenvolver de forma mais aprofundada essa relação e tentaremos demonstrar como é possível analisar as seleções das doutrinas jurídicas possíveis a partir dessa perspectiva.

2.3 A LEGITIMIDADE E A AUTORIDADE DA VIOLÊNCIA

A percepção de toda ação legislativa como violência simbólica nos leva à consideração de que toda sorte de argumentos que estão no espectro do aceitável dentro de determinado campo, para justificar ou mesmo que busque “aperfeiçoar” essas ações – de variadas formas, a mais comum talvez sendo a tentativa de torna-los “mais democráticos” – conseguirá, de fato, reforçar a dissimulação do real caráter dessa ação enquanto violência.

Se podemos afirmar que o campo jurídico tem pretensões pedagógicas, ou seja, busca impor uma violência simbólica que é a inculcação de um arbitrário cultural o mais próximo possível do dominante, dissimulando a verdade objetiva dessa imposição por meio de uma autoridade que lhe é delegada pelos grupos dominantes para realizar essa imposição – e por uma aceitação correlata dos grupos dominados que têm nessa inculcação a crença (infundada) da possibilidade de ascensão ao grupo dominante –, de tal forma que a própria produção jurídica possa ser vista, ao menos em uma acepção, enquanto trabalho pedagógico; então poderemos perceber no ambiente legislativo uma instituição com características muito próximas daquelas que desenvolvemos na sessão 2.1.4 a respeito das instituições pedagógicas.

Nesse sentido, é importante então reconhecer que se coloca a própria legitimidade do ambiente legislativo em questão, uma vez que este visa efetuar determinados tipos de ação – como a imposição de leis – que inclusive por terem um caráter pedagógico precisam, para ter seus efeitos próprios (no sentido do que discutimos de forma geral para as ações pedagógicas em 2.1.1) o reconhecimento social de sua legitimidade.

Assim, o ambiente legislativo – e, de forma mais ampla, o campo jurídico e político – deve produzir e reproduzir, por seus próprios meios – mas sem ignorar os esforços legitimadores de outras instâncias estatais –, condições institucionais de desconhecimento da violência simbólica das ações que ocorrem em seu interior e de que são depositários e portadores os produtos que dela emanam. Nesse sentido, a discussão feita por Miguel (2014, *passim*) bem coloca os principais argumentos e teorias da ciência política – que por si só já são uma seleção do campo intelectual – e as suas limitações, no sentido do que discutimos em 1.1.

Outra instância de produção de argumentos lógicos para a legitimação do subcampo legislativo é a doutrina jurídica a respeito do tema. Nesse sentido, é possível encontrar duas principais linhas de argumentação na doutrina brasileira sobre o processo legislativo – note-se, antes, que a própria limitação jurídica do seu interesse à processualidade do que ocorre no ambiente legislativo, ignorando em larga medida os aspectos políticos que dialogam com os institutos jurídicos e, principalmente, as influências do campo econômico e de outras pressões sobre as decisões legislativas, é significativa de certos princípios de visão que blindam a produção do Direito de tais discussões.

Uma primeira linha teórica, que se desenvolveu e desenvolve principalmente vinculada à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, e tem como grande expoente o Prof. Manoel Gonçalves Ferreira Filho. Em sua principal obra sobre o tema, o professor, em que pese a crítica que faz “à presunção de que as decisões do legislador exprimem necessariamente os mandamentos da Razão” (FERREIRA FILHO, 2009, p. 76), reconhece que “se o constituinte cuidou de definir um procedimento para a formação das leis, não se preocupou em definir a matéria legal. Daí decorre que (...) a caracterização de um ato como lei passou a depender exclusivamente da forma de sua elaboração” (FERREIRA FILHO, 2009, p. 76). Ou seja, embora teça determinadas críticas ao modelo vigente, com um certo toque de saudosismo do constitucionalismo do século XVIII, o autor se deixa levar pelo argumento formalista e, de fato, passa a fazer uma descrição dos mecanismos e procedimentos regimentalmente previstos de elaboração das leis.

Essa linha procedimentalista será em boa medida seguida por outros alunos da mesma escola, inclusive determinando uma cisão doutrinária entre o que denominam “processo legislativo” que é definido como fenômeno dinâmico da realidade social que podem ser inclusive alheios à doutrina jurídica e o “procedimento legislativo” que é definido como “uma sequência juridicamente preordenada de atividades de vários sujeitos na busca de um determinado resultado: a formação ou rejeição da lei” (CASSEB, 2008, p. 20). A doutrina jurídica desses autores se debruça então sobre os procedimentos legislativos, dando força aos argumentos que derivam a legitimidade das ações legislativas que resultam em normas de um suposto rigor procedimental.

Cabe ressaltar que, para essa linha teórica, a legitimidade dos representantes eleitos está colocada e é aceita sem maiores ressalvas, desde que os procedimentos eleitorais sejam respeitados. Embora o próprio Ferreira Filho (2009, p. 79) critique o

fato de que a vontade política não possa mais ser compreendida como a vontade da nação, tal consideração é feita no sentido de um saudosismo de um tempo em que supostamente houve uma coincidência entre a vontade dos representantes e a “nação”. Na perspectiva aqui adotada, trata-se justamente de um período em que os representantes possuíam um *habitus* extremamente homogêneo, mas somente por pertencerem necessariamente a um mesmo grupo social, muito próximo ou mesmo identificado ao grupo dominante (nesse período o voto e a candidatura eram restritos por critérios censitários, além de vedações, mais ou menos explícitas, a negros, mulheres, imigrantes, indígenas e outros grupos afastados do *ethos* dominante).

Uma segunda linha teórica, mais recente, se desenvolveu na doutrina jurídica principalmente a partir da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, principalmente a partir dos estudos do Prof. Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira, e busca teorizar a necessidade de um processo legislativo estabelecido em bases constitucionais, “em que forma jurídica moderna e princípio democrático interagem” (CATTONI DE OLIVEIRA, 2016, p. 23). Com forte influência do pensamento habermasiano, essa doutrina compreende o processo legislativo como espécie do gênero processo, e por isso também se ocupa da processualidade no campo legislativo, mas conjuga a essa processualidade a possibilidade da participação popular mais expressiva nesse processo.

“A análise da lei deve ocorrer na cogitação de sua legitimidade criadora (institucionalizada), que é o Devido Processo Constitucional, descortinando a existência da necessária participação discursiva dos parlamentares que, apoiados na soberania da vontade popular, atuam e concretizam, como registra Marcelo Cattoni, a legitimidade democrática do Processo Legislativo (Devido Processo Legislativo) realizado em contraditório e em simetria de participação.” (DEL NEGRI, 2008, p. 22)

Nesse sentido, o pensamento dessa linha teórica se aproxima dos teóricos deliberacionistas, defendendo a participação mais ampla da sociedade nos processos e procedimentos, numa intenção de “aprofundamento democrático”, mas sem questionar as bases dessa democracia elitista, novamente tomada como posta. De outro lado, tal doutrina também busca no judiciário, e na possibilidade de judicialização do processo legislativo, uma outra resposta possível às críticas e à crise da representação. Como já mencionamos, trata-se, na perspectiva aqui adotada, de uma inegável distensão das relações de força do subcampo legislativo, mas insuficiente para modificar profundamente os problemas ali detectados, e facilmente incorporada pelo discurso dominante – no sentido aqui já discutido de apropriação do discurso contra-dominante

pelos grupos dominantes, resultando na seleção de mecanismos que aparentem atender às demandas contra-dominantes, mas sem de fato retirar o a autoridade do grupo dominante, e ainda ampliando a percepção social de legitimidade de suas ações.

Com relação à participação popular, os mecanismos atualmente existentes, como as audiências públicas, a possibilidade de apresentação de projetos de lei pelos cidadãos, ou os mecanismos quase retóricos – na situação política brasileira atual – de plebiscitos e referendos, trata-se quase sempre de participações não vinculantes da decisão parlamentar (à exceção do referendo, utilizado uma única vez na história constitucional brasileira, em 2005). Ademais, o mecanismo mais utilizado, a audiência pública, possui limitações diversas, inclusive por depender de pedido expresso de um parlamentar que, nesse pedido, deve indicar os participantes pretendidos, o que já sinaliza uma restrição severa à efetiva participação popular em tal mecanismo.

A análise das propostas de judicialização do processo legislativo demandaria uma análise própria, mais delongada, mas para os efeitos do que aqui se pretende demonstrar, inclusive em face da controvérsia doutrinária que ainda permeia essa proposta, basta perceber que em nossa perspectiva os membros do judiciário e, especialmente, os ministros de instâncias superiores – inclusive indicados pelo poder político do executivo e referendado pelo poder legislativo na figura do Senado – são agentes públicos cujo *habitus* se aproxima sobremaneira do arbitrário cultural dominante. Portanto, é para se ver, também na proposta de recurso ao judiciário, mecanismos que em última análise ampliam a percepção de legitimidade do processo sem retirar dos grupos dominantes o controle sobre as seleções no campo legislativo.

Assim, podemos perceber que alguns meios de se derivar legitimidade dos agentes do subcampo legislativo são a conformação às regras da instituição (procedimentalismo), situação em que o agente que reproduz mais completamente o que deve reproduzir, nos termos do que discutimos a respeito do *habitus* da instituição, é visto como seu mais legítimo agente; a legitimação pelos sujeitos de seu TP (representação), que é amplificada quando os sujeitos sobre os quais deve ser exercida o trabalho legislativo procuram o seu agente desejando essa inculcação (por acreditarem no valor mercadológico dela); e a legitimação pelo caráter mais democrático da ação legislativa (democratização), mesmo que em última análise não haja uma mudança no centro de forças das relações de poder que determinam as seleções de sentido no subcampo.

O foco na legitimidade dos agentes, ou seja, a aceitação da representação democrática leva a um desconhecimento do duplo grau de delegação de autoridade que se dá entre o grupo instituidor do arbitrário cultural dominante e a instituição legiferante, e desta para o agente. Ocorre, nesse sentido, o que Bourdieu & Passeron (1992, p. 74) denominam “ideologia do desinteresse”, ou seja, o reforço da crença na neutralidade dos agentes ou, ainda quando se vincule ao agente legislativo uma determinada ideologia, o reforço da crença na neutralidade da instituição, justamente por não se identificar a fonte originária de toda a autoridade legislativa na relação de forças que seleciona um arbitrário cultural (o dominante) como único digno de ser imposto sobre toda a sociedade. A “ideologia do desinteresse” pode ser facilmente reforçada pelas noções da representação como agentes que buscam a “vontade geral” ou o “bem comum”: em última análise, o foco dado à legitimidade do agente mascara a verdade objetiva da cadeia de imposições e delegações que culminam em sua ação particular.

De fato, a institucionalidade legislativa é capaz de dissimular com extrema eficácia a violência simbólica que exerce e o fato de impor um arbitrário cultural dominante, de tal forma que mesmo os parlamentares não tenham plena consciência dessa relação primordial com a classe dominante, nesse sentido, são importantes ao menos duas principais racionalizações, fortemente vinculadas ao que vimos como discursos válidos na doutrina jurídica: 1) o agente institucionaliza as condições de exercício de suas funções sobre mantos como o da regimentalidade e da disputa enquanto “processo”; 2) porque os próprios meios institucionais, incluindo aqui os diversos agentes do campo, não reconhecem essa relação e a reproduzem em busca de seus próprios interesses (não necessariamente individualistas), reputando a toda a institucionalidade um sentido de “jogo” natural pelas definições dos produtos do subcampo (inclusive as normas).

Nesse sentido, as falas dos próprios parlamentares e de outros agentes que transitam e atuam no subcampo legislativo são significativos da incorporação desses discursos. Ao analisarmos qualitativamente as atas e as notas taquigráficas de todas as reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal no primeiro semestre de 2014, nos deparamos com algumas passagens que nos permitem demonstrar com clareza a penetração de tais justificações da legitimidade dos agentes legislativos (no caso, os próprios parlamentares).

Assim, são ricas as falas que explicitam a penetração das ideias que buscam a legitimidade dos atos legislativos no voto dos eleitores, como a do Senador Cássio Cunha Lima: “(...) porque as ditaduras não se configuram apenas na ausência da legitimidade do voto (...)” (Ata da 13ª Reunião Extraordinária da CCJC do Senado Federal, realizada em 08 de Abril de 2014); ou a do Senador Álvaro Dias, ao discursar sobre a possibilidade de um compromisso entre os candidatos por uma campanha política que pautasse o tema da reforma política: “Seria, a meu ver, adequado. Teríamos um Congresso legitimado pelas urnas para uma grande reforma política” (Ata da 11ª Reunião Ordinária da CCJC do Senado Federal, realizada em 02 de Abril de 2014).

Mas não apenas os parlamentares incorporam e reproduzem os argumentos que dizem respeito à legitimidade dos agentes legislativos simplesmente pela posição que ocupam ou pela eleição que os garantiu o mandato de senador. Durante uma audiência pública que discutia o tema “Advocacia Pública como instrumento de segurança jurídica”, os convidados por diversas vezes repisaram esse tema. Assim, a Sra. Elisa Helena Lesqueves Galante: “a segurança do próprio Pacto Federativo passa por um corpo de agentes públicos, que tem como função institucional exatamente garantir a segurança jurídica dos atos e ações desenvolvidos por V. Ex^{as}, agentes políticos, estes, sim, legitimamente escolhidos pelo povo diretamente.” (Ata da 31ª Reunião Extraordinária da CCJC do Senado Federal, realizada em 03 de Junho de 2014).

Durante essa mesma reunião o Sr. Luís Inácio Lucena Adams por diversas vezes repete a legitimidade diferenciada (em relação a outros agentes públicos) de que seriam dotados os parlamentares, vez que eleitos: “O governante eleito é eleito, e isso é uma legitimidade superior a nossa. A minha legitimidade é meramente tecnocrática. Eu cheguei à posição por um concurso público. Eu tenho uma formação que me permite estar nessa posição, mas essa formação não é legitimadora a ponto de usurpar a posição de quem é eleito, que faz as escolhas políticas, como o senhor bem levantou.” (Ata da 31ª Reunião Extraordinária da CCJC do Senado Federal, realizada em 03 de Junho de 2014).

Em outra audiência pública, o Sr. Fabiano Augusto Martins Oliveira expõe com clareza o argumento que, em nossa perspectiva, traduz o monopólio da legitimidade de definições dos sentidos legislativos pelos parlamentares, que é a incorporação mais completa do discurso da legitimidade e autoridade dos agentes legislativos: “Num primeiro momento, houve uma reação forte de setores ligados a igrejas. Também nos círculos acadêmicos houve uma reação, mas, repito, com habilidade, com firmeza e

resgatando o espaço institucional onde essas divergências devem ser equacionadas, qual seja, o Senado, a Câmara dos Deputados, recuperando esse espaço, ou melhor, não abrindo mão da legitimidade desse espaço, aqui nós avançamos.” (Ata da 29ª Reunião Extraordinária da CCJC do Senado Federal, realizada em 27 de Maio de 2014).

Outro argumento que aparece reiteradamente é a questão da legitimidade procedimental, como a fala da Senadora Gleisi Hoffmann que denota a legitimidade de qualquer senador para os atos procedimentais: “Independentemente de quem apresentou e que tem legitimidade para tanto – tanto o Senador Humberto Costa quanto o Senador Aloysio Nunes –, a minha preocupação é esta: é procedimental.” (Ata da 20ª Reunião Extraordinária da CCJC do Senado Federal, realizada em 22 de Abril de 2014). Outra fala interessante é do Senador Pedro Taques, que mesmo após afirmar a inconstitucionalidade de uma proposição reafirma a legitimidade procedimental dos senadores (inclusive para a apresentação de proposições inconstitucionais): “Aí, os senhores serão enganados não pelo Senador Gim, não por ele, porque ele está querendo resolver a situação e tem legitimidade para isso, mas nós vamos buscar uma forma de resolver isso.” (Ata da 8ª Reunião Ordinária da CCJC do Senado Federal, realizada em 19 de Março de 2014). O Senador Eduardo Suplicy, em sentido diverso, mas também fruto da lógica procedimentalista, questiona a falta de legitimidade dos senadores para apresentar emendas em questões privativas de outros legitimados “tais emendas não podem tratar de assuntos privativos de legitimado exclusivo diverso daquele que iniciou a tramitação da proposição que está sendo emendada, sob pena de se estar incorrendo em inconstitucionalidade formal, ao se promover verdadeira burla à iniciativa reservada.” (Ata da 24ª Reunião Ordinária da CCJC do Senado Federal, realizada em 07 de Maio de 2014).

No mesmo sentido da legitimidade constitucional exposta pelo Senador Suplicy, a fala do Sr. Fabiano Augusto Martins Oliveira em audiência pública: “Isto também é algo digno de nota, o fato de que essa reforma nasce no Parlamento, é iniciativa do Parlamento brasileiro. Ou seja: aqueles que detêm habilitação constitucional, legitimidade constitucional para entrar no tema entraram no tema.” (Ata da 29ª Reunião Extraordinária da CCJC do Senado Federal, realizada em 27 de Maio de 2014).

O argumento da ampliação da legitimidade por meio da “participação popular” – no sentido das audiências públicas, que discutimos acima – também encontra eco nos discursos dos parlamentares. É o caso do Senador Ricardo Ferraço ao abrir uma sessão

de audiência pública: “Então, quero cumprimentar os nossos convidados, agradecer a oportunidade, a legitimidade, a experiência e a visão de cada um de V. S^{as} que nos ajudaram com essa reflexão.” (Ata da 7^a Reunião Extraordinária da CCJC do Senado Federal, realizada em 18 de Março de 2014). Durante uma outra audiência pública, o Senador Pedro Taques chega inclusive a citar a doutrina jurídica a esse respeito, demonstrando como tais visões não se adstringem ao meio acadêmico jurídico, mas transbordam de fato para outros campos: “Paulo Bonavides, um dos maiores constitucionalistas do Brasil, cearense, Senador Pimentel, Paulo Bonavides, justifica, com perfeição, essa necessidade de participação popular cada vez maior ao afirmar que – abro aspas: “na escalada da legitimidade constitucional, o século XIX foi o século do legislador, o século XX o século do juiz e da justiça constitucional universalizada; já o século XXI está fadado a ser o século do cidadão governante, do cidadão povo, do cidadão soberano (...)” (Ata da 4^a Reunião Ordinária da CCJC do Senado Federal, realizada em 26 de Fevereiro de 2014).

Também aqui tais argumentos não se restringem aos próprios parlamentares; as teses de linha deliberacionista/habermasiana que buscamos demonstrar que ganham maior relevo na doutrina jurídica, também são incorporadas ao discurso dos convidados às audiências públicas. É o caso do Sr. Marcio Lopes de Freitas Filho, que demonstra claramente a ideia de uma maior legitimidade de um projeto que tenha algum tipo de participação popular – apesar de não se questionar o fato de terem que passar pelos trâmites legislativos comuns: “A ideia foi como construir um projeto de lei que não fosse definido em um gabinete fechado por burocratas de governo e que tivesse uma legitimidade e uma construção aceita e participativa pela sociedade civil.” (Ata da 6^a Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, 16^a Reunião da CCJC do Senado Federal, realizada em 10 de Abril de 2014).

Como pode-se perceber, todas as principais teses acerca da legitimidade do processo legislativo que se podem encontrar na ciência política e na doutrina jurídica encontram ecos nos discursos dos parlamentares e dos demais agentes que de alguma forma atuam no subcampo legislativo. Mas talvez o caso mais interessante de ser analisado a partir da perspectiva aqui adotada, no período analisado, seja a discussão de um projeto de lei que visava regular as manifestações populares – e tipificar o crime de “vandalismo” como ato coletivo de destruição de determinados tipos de bens –; durante essa discussão pode-se perceber com clareza como as definições que o subcampo legislativo tende a definir como legítimas, além de estarem albergadas na autoridade dos

agentes que a produzem, também tendem a retirar a legitimidade de todas demais alternativas, estabelecendo a forma correta inclusive das manifestações populares (esses atos, tipicamente contra-dominantes, estariam então sofrendo o processo que já mencionamos aqui de incorporação pelo grupo dominante; ou seja, sem negar a possibilidade de uma manifestação popular digna, estabelece-se aquela manifestação que é correta, sob um ponto de vista dominante, e abre-se caminho inclusive para o uso de formas de violência mais ostensivas contra manifestações indignas – ou incapazes de realizar-se de acordo com os preceitos dominantes).

A fala do senador Romero Jucá traduz bem a relação que buscamos estabelecer: “(...) o que estamos fazendo, na verdade, é legitimar a correta manifestação popular e efetivamente proteger a sociedade daquele detalhe ou daquela excrescência da movimentação popular, que é a violência, a morte, a depredação que prejudica não só os depredados.” (Ata da 26ª Reunião Ordinária da CCJC do Senado Federal, realizada em 14 de Maio de 2014). No mesmo sentido vão as falas do Senador Aloysio Nunes: “E refluir exatamente em razão da presença de vândalos que se aproveitaram dessas manifestações para extravasar sentimentos, impulsos, provavelmente orientados por algum tipo de ideologia, que acabaram por afastar das manifestações pessoas que legitimamente iam às ruas para protestar, para reclamar ou para expressar até o seu desejo de dizer: eu existo, eu sou um cidadão, eu tenho direito à vida pública” (Ata da 26ª Reunião Ordinária da CCJC do Senado Federal, realizada em 14 de Maio de 2014). O senador ainda termina sua fala expressando a necessidade de obediência à lei – esta criada pelo parlamento – e a execração da legitimidade de toda violência (física): “a violência não pode ser legitimada como forma de luta numa democracia. Não vou citar o Montesquieu, meu querido Randolfe – não sei se o Randolfe está aí –, não vou fazer uma consulta mediúnica a Montesquieu, mas Montesquieu, em O Espírito das Leis, se estende exatamente sobre o conceito de liberdade. Ele diz que liberdade é agir segundo a lei, porque se houvesse liberdade para agir contrariando a lei, não haveria mais liberdade. Nós estaríamos no estado da selvageria. É o que diz Montesquieu.” (Ata da 26ª Reunião Ordinária da CCJC do Senado Federal, realizada em 14 de Maio de 2014).

Embora não caiba aqui nos delongarmos sobre esse último ponto, é interessante ao menos ressaltar que, em nossa sociedade, um dos princípios de visão e divisão dominante, e amplamente difundidos, é a ilegitimidade da violência física – especialmente nas manifestações dessa que se vinculam às formas de luta e de reivindicação dos grupos sociais dominados. Nesse sentido, o mascaramento da

violência simbólica – que não é sequer entendida enquanto violência – é significativo também dessa seleção que novamente garante a reprodução cultural e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho que apresentamos buscou redefinir, a partir da perspectiva bourdieuniana, a percepção dos principais argumentos de legitimidade e autoridade do Direito – visto não só enquanto ordenamento jurídico, mas principalmente a partir de sua produção no ambiente legislativo, tantas vezes ignorada pela doutrina jurídica que habitualmente toma o direito posto, já legislado, como ponto de partida, neutralizando as disputas do subcampo legislativo e ignorando, em ampla medida, a questão da legitimidade da produção normativa.

Nesse sentido, buscamos demonstrar como a própria democracia é um conceito em disputa, e que a legitimidade dos agentes legislativos não pode ser tomada como dado. Em seguida, buscamos demonstrar como a perspectiva da Teoria da Reprodução Social de Bourdieu & Passeron (1992) coloca em cheque toda legitimidade, que é aqui vista como mero efeito de uma autoridade – cuja percepção social enquanto tal é efeito de uma imposição, ou seja, uma violência simbólica –; segundo essa teoria, toda autoridade só existe por efeito de uma delegação de autoridade realizada pelo grupo dominante – o grupo que detém maior poder na relação das forças de uma sociedade – e, por isso, toda autoridade busca impor sentidos que, ao menos mediatamente, representam os interesses de tais grupos dominantes.

A partir dessa perspectiva, buscamos demonstrar como a produção do subcampo legislativo enquadra-se nessa lógica, e como produz mecanismos (legislativos, jurídicos e estatais) de inculcação – inclusive com recurso à violência e à coerção físicas. Também buscou-se demonstrar como os efeitos dessas seleções arbitrárias são mais agudos e ostensivos sobre os grupos que detém um arbitrário cultural mais distante do arbitrário cultural dominante.

Por fim, apresentamos as principais linhas teóricas da doutrina jurídica sobre o processo legislativo, mostrando como a própria seleção da doutrina “digna” também é realizada em consonância com o arbitrário cultural dominante, definindo até os limites da discussão academicamente legítima dentro desse tema. E demonstrando como os argumentos produzidos dentro do campo intelectual reverberam nos discursos dos agentes do subcampo legislativo.

A perspectiva bourdieuniana pode parecer, numa primeira análise, bastante niilista, especialmente quando se nota que nela, a desconstrução do modelo posto – no

sentido das investidas contra-dominantes – não realiza nenhum tipo de mudança (senão quando são incorporadas e transfiguradas pelo próprio discurso dominante); dada a continuidade das relações de força, a construção de um novo modelo simplesmente levaria a novas seleções arbitrárias de um arbitrário cultural capaz de manter as relações de força e perpetuar esse arbitrário mascarando a violência simbólica das ações levadas a cabo para sua manutenção e reprodução.

O ceticismo, entretanto, não deve se confundir com conservadorismo; se, de fato, adota-se uma postura cética em relação à possibilidade de um sistema político livre de arbitrariedade e violência, é porque a estrutura social está baseada em relações de força ao menos simbolicamente violentas. Mudanças nessas relações de força e poder levam à necessidade de (re)adequação do sistema de definições legítimas; assim abre-se a perspectiva tanto da reforma – a possibilidade de que os grupos dominados exerçam pressões e modificações nas relações de poder, de forma a restringirem o espectro em que as seleções arbitrárias podem ser legitimamente tomadas, no sentido da epígrafe desse trabalho – quanto para a modificação mais profunda das próprias relações de força, inclusive com seu rompimento, ou estabelecimento de relações em outras bases.

BIBLIOGRAFIA

ADELMAN, J. & CENTENO, M. A. Between liberalism and neoliberalism: law's dilemma in Latin America. In: DEZALAY, Y & GARTH, B. G. (orgs.). *Global Prescriptions: the production, exportation, and importation of a new legal orthodoxy*, 2005, p. 139-161.

AGUIAR, O. O. Os atores-chave no processo decisório no âmbito das comissões permanentes. *E-legis*. Brasília, n. 12, 2013, p. 137-152.

ARENDT, H. *Crises da república*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. Habitus, code et codification. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Paris, v. 64, n. 1, 1986, p.40-44.

_____. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996a.

_____. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

_____. *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil, 1997.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004b.

_____. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 2004c.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011a.

_____. *O poder simbólico*. 15ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011b.

_____. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, P. & PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BURKE, E. Discurso aos eleitores de Bristol. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, v. 20, n. 44, 2012, p. 97-101.

CASSEB, P. A. *Processo Legislativo: atuação das comissões permanentes e temporárias*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

CATTONI DE OLIVEIRA, M. A. *Devido processo legislativo: Uma justificação democrática do controle jurisdicional de constitucionalidade das leis e do processo legislativo*. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

COHEN, J. Democracy and liberty. In: ELSTER, J. *Deliberative democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

CONSTANTINO, A. K.; ALVES NETO, F. R. O campo jurídico e a pesquisa em Direito no Brasil: uma problematização sob a perspectiva teórica de Pierre Bourdieu. In: XXIII Congresso Nacional do CONPEDI, 2014. João Pessoa. *Anais...* Florianópolis: CONPEDI, 2014, p. 305-323.

COTTA, M. Representação política. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 11ª edição. Brasília: Editora UnB, 1998, p. 1101-1107.

DEL NEGRI, A. *Controle de constitucionalidade no processo legislativo: teoria da legitimidade democrática*. 2ª edição. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

DEZALAY, Y. La production doctrinale comme objet et terrain de lutes politiques et professionnelles. In: POIRMEUR, Y. *et. al. La doctrine juridique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

_____. Marchands de droit: le restructuration de l'ordre juridique international par les multinationales du droit. *Politix*. Paris, v. 7, n. 28, 1994, p. 156-163.

DEZALAY, Y. & GARTH, B. G. *Dealing in virtue: International commercial arbitration and the construction of a transnational legal order*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

_____. *Global palace wars: lawyers, economists and the contest to transform Latin American states*. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

_____. *Global Prescriptions: the production, exportation, and importation of a new legal orthodoxy*. Michigan: University of Michigan Press, 2005.

DOWNS, A. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: EDUSP, 1999.

DUARTE, F.C & SOUZA, E. E. D. Revisitando Pierre Bourdieu: as relações de poder no ensino jurídico. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito*. v. 4, n. 2, 2012, p. 154-164.

ENGELMANN, F. *Sociologia do campo jurídico: juristas e usos do direito*. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2006.

FERREIRA FILHO, M. G. *Do processo legislativo*. São Paulo: Saraiva, 2009.

FIGUEIREDO, A. C. & LIMONGI, F. Congresso Nacional: organização, processo legislativo e produção legal. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: CEBRAP/Entrelinhas, n. 5, 1996.

_____. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GARTH, B. Entre o direito e a sociedade: entrevista com Bryant Garth – entrevista. 2016. São Paulo: *Revista de Estudos Empíricos em Direito*. Entrevista concedida a Fernando de Castro Fontainha, Isabel Saenger Nuñez e Paulo Eduardo Alves da Silva.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

HENRIQUES, H. R. & PONZILACQUA, M. H. P. A sociologia do campo jurídico de Pierre Bourdieu e a produção legislativa como campo de disputa simbólica de poder. In: XXIX Congreso de la Asociación latinoamericana de Sociología, 2013. Santiago. *Anais...* Santiago, 2013.

HESPANHA, A. M. *et al. Justiça e litigiosidade: história e prospectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

INDA, A. G. *La violencia de las formas jurídicas: la sociología del poder y el derecho de Pierre Bourdieu*. Barcelona: Cedecs, 1997.

JIMENO, M. Reforma constitucional na Colômbia e povos indígenas: os limites da lei. In: RAMOS, A. R. *Constituições nacionais e povos indígenas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

KELSEN, H. *Teoria Pura do Direito*. 8ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

KEYSSAR, A. *O direito de voto: a controversa história da democracia nos Estados Unidos*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

KRUGMAN, P. *A desintegração americana: EUA perdem o rumo no século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LEBARON, F. La distinction, œuvre-carrefour de la sociologie de Bourdieu. In: LEBARON, F. & MAUGER, G. *Lectures de Bourdieu*. Paris: Elipses, 2012, p. 155-167.

LUHMANN, N. *El derecho de la sociedad*. México D.F.: Herder, 2005.

MARCHIONI, A. *Amazônia à margem da lei? Abordagem jurídica segundo Pierre Bourdieu*. Maceió: EDUFAL, 2011.

MICHELS, R. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UnB, 1982.

MIGUEL, L. F. *Democracia e representação: territórios em disputa*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

MIGUEL, L. F. & FEITOSA, F. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, 2009, p. 201-221.

MONTESQUIEU. *O espírito das leis*. São Paulo, Martins Editora, 2005.

PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. São Paulo: Paz e terra, 1992.

PEREIRA, V. *Ao soberano congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010.

PINTO, Louis. *Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

PONZILACQUA, M. H. P. *Chamando o direito às falas: linguagem do direito, cidadania e emancipação sociopolítica*. Franca: Unifran, 2010.

_____. A sociologia do campo jurídico de Pierre Bourdieu e Yves Dezalay: aplicação no contexto latino-americano. In: *SOCIOLOGY OF LAW ON THE MOVE: PERSPECTIVES FROM LATIN AMERICA*, 2015. Canoas. *Anais...* Canoas, 2015, p. 2702-2723.

RAWLS, J. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Editora, 1997.

ROHT-ARRIAZA, N. The Pinochet precedent and universal jurisdiction. *New England Law Review*, Boston, v.35:2, 2001, p.311-319.

ROUSSEAU, J. *Do contrato social*. São Paulo: Penguin Companhia, 2011.

SANTOS, A. M. Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: Anpocs, n. 33, 1997, p. 87-101.

SANTOS, F. & ALMEIDA, A. Teoria informacional e a seleção de relatores na Câmara dos Deputados. *Dados – revista de ciências sociais*. Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, 2005, p. 693-735.

SIEYÈS, E. J. *¿Qué es el tercer Estado?* Ensayo sobre los privilegios. Madri: Alianza Editorial, 2003.

TAVES, R. S. V. Autonomia relativa do Direito em Pierre Bourdieu e o normativismo: da crítica sociológica à lógica própria do Direito. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*. Pouso Alegre, v. 28, n. 1, 2012, p. 153-188.

WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UnB, 1999.

WOOD, E. M. *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

YOUNG, I.M. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.